



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM LETRAS**



Maria Aparecida de Barros

**POR DETRÁS DAS GRADES:
MEMÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO**

DOURADOS/MS

2016

Maria Aparecida de Barros

POR DETRÁS DAS GRADES:
MEMÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Literatura e práticas culturais

Linha de pesquisa: Literatura e Estudos Regionais, Culturais e Interculturais

Orientadora: Prof^a. Dr^a Alexandra Santos Pinheiro

DOURADOS/MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B277p Barros, Maria Aparecida De

Por detrás das grades: memórias de mulheres em situação de prisão / Maria
Aparecida De Barros -- Dourados: UFGD, 2016.

122f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Alexandra Santos Pinheiro

Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Comunicação, Artes e
Letras, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Memórias. 2. Prisões femininas. 3. Oralidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MARIA APARECIDA DE BARROS

POR DETRÁS DAS GRADES:
MEMÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.
Dourados – MS, 06 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandra Santos Pinheiro
Presidente

Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos
Membro Titular

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite
Membro Titular

Dedico estas páginas às inúmeras mulheres, apenadas ou não, que não desistem de lutar por dias melhores, mais justos, mais dignos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos, ao meu companheiro Eduardo e à minha filha amada Ana Beatriz, por entenderem a minha ausência, e pelo incentivo constante.

Aos queridos professores do PPGL/UFGD, pela partilha do conhecimento. Aos professores da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições e a querida e generosa professora Maria das Dores Capitão Vigário Marchi, pela disponibilidade em me ouvir.

Aos colegas do mestrado pela partilha e pela ajuda mútua, em especial, à Marinalva e à Maria Luana, amigas sempre presentes.

Às internas entrevistadas e demais mulheres em situação de prisão na PFRBR, com as quais aprendo diariamente. Às colegas de serviço, técnicas penitenciárias, à Direção e Chefias, pela disponibilidade em nos atender. À diretoria da AGEPEN e ao MM Juiz de Direito Jorge Tadashi Kuramoto da Vara de Execução Penal de Rio Brilhante pelas autorizações necessárias.

À minha querida orientadora Alexandra Santos Pinheiro, pela confiança, disponibilidade e generosidade a mim dispensadas. Mulher brilhante, com quem aprendo mais que teorias acadêmicas.

Aos professores do curso Equidade na Pós-Graduação/UEMS, à professora e coordenadora Beatriz Landa, e, em especial, ao Prof. Luís Otávio Batista (*in memoriam*), exemplo de dedicação e amor às letras. Aos colegas de curso, entre eles, Elizangela e Jair, que estarão sempre no meu coração.

Ao Criador, Pai e Mãe de bondade, pela possibilidade de todos os encontros, pela oportunidade de aprender e viver, todos os dias.

Por fim, a todos a quem tive o privilégio de conhecer e de conviver durante esse desafio, a minha eterna gratidão.

Obrigada!

[...] y en cualquier lugar en que estuvieran, recordarán siempre que el pasado era mentira, que la memoria no tenía caminos de regreso, que toda primavera antigua era irrecuperable, y que el amor más desatinado y tenaz era, de todos modos, una verdad efímera.

Gabriel García Márquez
(1927-2014)

Porque a vida, a vida, a vida, a vida só é possível reinventada.

Cecília Meireles
(1901-1964)

BARROS, Maria Aparecida de. **Por detrás das grades: memórias de mulheres em situação de prisão**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

RESUMO

Esta dissertação compreende o estudo da memória a partir de narrativas orais de mulheres em situação de prisão. As narrativas foram colhidas por meio de entrevistas gravadas em áudio e analisadas conforme o método proposto pela História Oral. Tivemos como suporte teórico as concepções de Henry Bergson (1999), Maurice Halbwachs (2006), Philippe Lejeune (2002), Paul Ricouer (2015), Henry Rousso (2006), dentre outras. O objetivo foi a investigação de como as memórias são recuperadas e acolhidas pelas entrevistadas, como estas lembranças são preservadas no ambiente prisional, assim como a importância da rememoração em suas trajetórias de vida. Evidenciamos a força da oralidade nas narrativas de vida, a construção da identidade no ambiente prisional, a apropriação do direito à fala pela mulher subalterna, e a importância da visita ao passado como meio para a compreensão do presente. Analisamos como estas mulheres, por detrás das grades, reconstruem sua trajetória, como justificam a si e à escolha que fizeram pelas práticas criminosas. Os questionamentos feitos ao *corpus* culminaram, também, na reflexão acerca dos sentidos da prisão, da condição feminina e do Sistema Penitenciário no Brasil e em Mato Grosso do Sul, da exclusão e da invisibilidade da mulher e de sua condição de encarcerada e da subalternidade dentro e fora das prisões, do poder da fala por detrás das grades, da construção das identidades à margem das margens e do papel da memória nesse processo. A análise dá ênfase às narrativas de violência física, psicológica e simbólica que resistiram na memória, assim como a situação de culpa, mesmo que, muitas vezes, elas tenham sido as vítimas. Os sonhos que ficaram para trás, os projetos futuros e quais as esperanças ainda são acalentadas no seio da prisão também são lembrados. Os resultados obtidos são uma importante contribuição para a reflexão sobre o modo como a mulher, privada de liberdade, fala de si, rememora o seu passado e como essa prática influencia em sua vida atual, além de fortalecer o debate sobre as condições de encarceramento feminino no Brasil.

Palavras-chave: Memória; Prisões Femininas; Oralidade.

RESUMEN

Este trabajo comprende el estudio de la memoria de las narrativas orales de mujeres que viven en situación de prisión. Los relatos fueron cosechados a través de entrevistas grabadas en audio y analizados según el método utilizado por la Historia Oral. Tuvimos como soporte teórico las ideas de: Henry Bergson (1999), Maurice Halbwachs (2006), Philippe Lejeune (2002), Paul Ricoeur (2015), Henry Rousso (2006), entre otros. El objetivo fue investigar como ocurre la recuperación de los recuerdos y la manera como son recibidos por las entrevistadas, ya que estas se conservan en el ámbito penitenciario, así como la importancia de la memoria en sus trayectorias de vida. Hemos demostrado la fuerza de la oralidad en las narraciones de la vida, la construcción de la identidad en el contexto de la cárcel, la toma del derecho al habla por la mujer subalterna, y la importancia de visitar el pasado como medio para comprender el presente. Analizamos como las mujeres tras las rejas reconstruyen su historia, como justifican a sí mismas y la elección que hacen de las prácticas delictivas para sus vidas. Los cuestionamientos hechos al *corpus* culminaron en una reflexión respecto a: los sentidos de la prisión, la situación de la mujer y del sistema penitenciario de “Brasil” y “Mato Grosso do Sul”, la exclusión e invisibilidad de la mujer en condición de encarcelamiento, además de su concepción subalterna dentro y fuera de la cárcel, el poder del habla detrás rejas, la construcción de identidades en los márgenes de los márgenes y el papel de la memoria en este proceso. El análisis dio énfasis a las narrativas de las violencias física, psicológica y simbólica que han permanecido en la memoria, así como la situación de la culpa, a pesar que a menudo ellas han sido las víctimas. Sueños dejados en el olvido, proyectos futuros y aquello que aún sigue como esperanza dentro de la prisión son reanudados. Los resultados a los cuales hemos llegado constituyen contribución importante al debate sobre como la mujer, privada de libertad, habla de sí misma, recuerda su pasado y como esta práctica influye en su vida actual, además de fortalecer el debate respecto a las condiciones carcelarias femeninas en “Brasil”.

Palabras clave: Memoria; Cárceles femeninos; Oralidad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: OS SENTIDOS DA PRISÃO: A CONDIÇÃO FEMININA E O SISTEMA PENITENCIÁRIO	17
1.1 As prisões brasileiras.....	19
1.2 Mulher: exclusão e testemunhos no decorrer da história.....	29
1.3 O silêncio da testemunha e a arte de recontar-se: fragmentos da memória.....	44
CAPÍTULO II: IDENTIDADE E SUBALTERNIDADE: O DIREITO À VOZ	53
2.1 Sim, pode a subalterna falar: vozes por detrás das grades.....	54
2.2 O caráter sagrado da voz.....	61
2.3 Vozes à margem.....	70
CAPÍTULO III: “QUAL HISTÓRIA TROUXE VOCÊ AQUI?”: DE VÍTIMA A ALGOZ	83
3.1 “A culpa é minha”: Violência e Culpabilidade	84
3.2 “Cê qué ganhá dinheiro?” O crime como caminho.....	93
3.3 “Será que eu nunca vô sê feliz nessa vida?”: Sonhos para depois da pena.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu do desejo de falar da vida. Cecília Meireles, ao mencionar a vida no poema “Reinvenção”, afirma que ela só é possível reinventada. De fato, reinventar foi o verbo mais conjugado durante a trajetória deste trabalho. Reinventar a vida atrás dos muros da prisão é tarefa difícil. Reinventar-se sem perder-se de vista. Reinventar novas formas de liberdade, já que uma delas ficou no passado. As vidas e as memórias das quais falaremos neste trabalho já estão, há muito tempo, privadas de liberdade. As mulheres que participaram desta pesquisa cumprem pena em regime fechado por terem cometido crimes, transgredido regras. Há dez anos, em razão de minha profissão, técnica penitenciária, venho acompanhando mulheres que, por alguma razão, foram retidas do convívio social. As funções que são atribuídas aos técnicos penitenciários não são fáceis e, para desempenhá-las, é necessária uma grande capacidade de controlar as próprias emoções, de esconder ou camuflar os sentimentos, em especial aqueles mais difíceis de domar, tais como a raiva, o medo, e também a compaixão. No decorrer do meu¹ trabalho, convivo com as mais diferentes pessoas, cada qual com o seu problema, com suas dores e com a sua pena a cumprir, e a nossa missão, nesse sentido, é a de auxiliar estas mulheres, que foram privadas de liberdade, a reverem suas atitudes e encontrarem uma forma melhor para viver em conformidade com as normas legais em seu retorno ao convívio social. Também é função dos técnicos ajudá-las a cumprir suas penas de forma digna, dando instrumentos para que sejam capazes de viver em sociedade, provendo o seu sustento e o de sua família com dignidade.

Durante esse tempo, passaram pelas celas da prisão inúmeras mulheres. Para o Estado, elas são números. Para o senso comum, uma boca a mais a ser alimentada pelos impostos pagos pelo cidadão, por outro lado, menos uma, pelas ruas da cidade, cometendo ilícitos. São mulheres invisíveis, sem rostos e sem histórias. Presentes apenas nas estatísticas, que não param de crescer. De dentro de uma salinha improvisada da Penitenciária Feminina de Rio Brilhante (PFRBR), as mulheres participantes desta pesquisa narraram as suas histórias. De anônimas, passaram a protagonistas.

A instituição, local onde trabalho atualmente, está situada na área urbana da cidade, próxima a um ginásio de esportes e a uma escola municipal, de onde se pode ouvir os gritos e

¹ Esta introdução mescla, no início, a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, a perspectiva é fomentar uma ideia que nasce da minha experiência profissional e culmina nas vozes analisadas e nas vozes teóricas selecionadas.

os risos das crianças, durante os intervalos. É um espaço pequeno, antes ali funcionava a delegacia e permaneciam presos apenas os homens em situação provisória. Ao adentrarmos, encontramos a portaria, e uma pequena área de recepção, as salas do setor administrativo, setor de odontologia e de enfermagem, para realização dos atendimentos de assistência à saúde para as internas. Em seguida, há o espaço em que são confeccionadas as refeições para as internas e também para os internos do presídio masculino. Há ainda a cela berçário, destinada às grávidas e às mães com filhos recém-nascidos, que podem ser amamentados por seis meses. Em seguida, há o espaço para as celas das internas: são seis celas com capacidade total para cinquenta e quatro (54) internas, há também um espaço denominado solário, para propiciar o banho de sol diariamente. A sala de aula, com capacidade para dezesseis (16) alunas, com banheiro, televisão e ar condicionado, oferece aulas nos dois períodos.

O edifício conta também com cozinha, copa e alojamento para os servidores; setores de trabalho, nos quais são realizados confecção de fraldas, empacotamento de velas, lavanderia, costura de uniformes, artesanatos em tecidos e mosaicos com cerâmica. Ao lado, há uma horta, mantida pelas internas, onde são plantadas diversas hortaliças, temperos e ervas para chás. É possível verificar a limpeza e a organização dos espaços, mesmo em celas de 16 metros, onde chegam a conviver 16 internas. As internas possuem uniformes de cor laranja e 80% delas trabalham ou estudam para reduzirem a pena². Podem receber a visita dos familiares todos os domingos e de familiares menores de idade, apenas dois sábados por mês.

Ao ingressar na PFRBR, a interna recebe o que é chamado de preleção: um resumo das regras, direitos e deveres que serão observados a partir de então. São informados os horários de alimentação, distribuição de remédios, banho de sol, e silêncio; recebe os uniformes, um kit contendo materiais de higiene pessoal, toalha de banho, cobertor, colchão, copo, prato e colheres de plástico, que ficarão sob sua responsabilidade e deverão ser devolvidos ao sair da unidade.

A rotina das apenadas inicia-se às seis horas da manhã, quando são feitas as faxinas e início dos trabalhos no setor de cozinha. Nos primeiros horários da manhã, também ocorre a

² A Lei de Execução Penal, em seu artigo 126, diz que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. De acordo com o art. 126, § 1º, da LEP (Lei 7.210/84), alterado pela Lei 12.433/2011, a contagem de prazo, para fins de remição, será feito da seguinte maneira: a) 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar (atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou, ainda, de requalificação profissional), divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; b) 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho, cuja jornada deverá ser de 6 (seis) a 8 (oito) horas diárias.

distribuição de medicamentos prescritos por um médico que as atende semanalmente, e a entrega de café da manhã composto por chá mate e pão com margarina. Às sete horas, iniciam-se as aulas para as internas estudantes das fases iniciais do Ensino Fundamental, e entre às oito e onze horas há o banho de sol, e também acontecem as atividades nos setores de trabalho. Às onze horas é servido o almoço. A alimentação é feita pelas próprias internas sob a supervisão de uma cozinheira e de uma nutricionista. Geralmente é composta por arroz, feijão, um legume cozido, uma fonte de proteína animal, saladas, além de uma sobremesa, que pode ser um doce, gelatina, ou fruta. No período da tarde, também há aulas para as alunas nas fases finais do Ensino Fundamental. Das treze às dezesseis horas, há o banho de sol e algumas vezes, aparecem agentes religiosas para prestarem assistência espiritual. O jantar é servido às dezessete horas e novamente há a distribuição dos medicamentos prescritos. Até às 22 horas há um horário livre para recreação, cultos religiosos ou pode-se ver televisão. Após esse horário, é determinado o silêncio.

É importante salientar que nesta penitenciária não há cela disciplinar, espaço onde as internas que cometem faltas médias ou graves geralmente são isoladas. Quando há faltas, elas são cumpridas dentro da própria cela, exceto em casos gravíssimos, quando não há a possibilidade de convívio com as demais; nestes casos, a interna é encaminhada à Delegacia de Polícia Civil.

A situação de invisibilidades das mulheres em situação de prisão pode ser confirmada no momento em que procuramos estudos ou publicações acerca do tema. Ao pesquisarmos sobre o que já foi escrito, em bibliotecas e meios eletrônicos, nos deparamos com alguns artigos, anais, e poucos livros. Esses trabalhos resultam de estudos sob diversas perspectivas e procuram “lançar alguma luz sobre um universo ainda desconhecido e, desde sempre, relegado ao esquecimento” (SOARES & ILGENFRITZ, 2002, p. 10). Entre algumas publicações, há duas obras de Julita Lemgruber: *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*, que faz a análise de um dos primeiros presídios exclusivo para mulheres, o Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Publicado em 1983, é uma obra pioneira no gênero, e que traz importantes reflexões sobre a vida na prisão. A outra, *A Dona Das Chaves - Uma Mulher No Comando Das Prisões do Rio de Janeiro* (2010), traz as memórias da autora, enfatizando o período em que esteve à frente do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, com importantes informações sobre a situação prisional do estado. Elça Mendonça de Lima, também em 1983, publicou o livro *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro – o período das freiras (1942 – 1955)*, que se tornou referência quando se trata de falar sobre o período em que as freiras administravam as prisões, conforme o modelo dos

internatos religiosos. As pesquisadoras Bárbara Musumeci e Iara Ilgenfritz publicaram, em 2002, a obra *Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades*, resultado de uma pesquisa nas prisões femininas no estado do Rio de Janeiro. Na obra, foi traçado o perfil da mulher encarcerada. Olga Espinoza, em *A mulher encarcerada em face do poder punitivo* (2004), trata de questões de gênero e da situação da mulher encarcerada. Há também artigos e dissertações que serão postos em uma bibliografia comentada do tema, ao final do trabalho.

No caso da presente pesquisa, para melhor analisarmos as histórias de vida narradas por mulheres, elegemos o viés da memória como suporte principal. Nos deteremos nas concepções propostas por Santo Agostinho, Henry Bergson, Maurice Halbwachs, Philippe Lejeune, Paul Ricouer, dentre outras. Refletiremos sobre a construção da identidade no ambiente prisional, a subalternidade da mulher e o papel da oralidade nas narrativas.

Ao narrar suas memórias, estas mulheres podem se reencontrar com o passado. Se necessário, fazer as pazes com ele. Revisitar, com o olhar de mulher adulta, os acontecimentos da infância, as dores e as alegrias, as incompreensões e também os momentos de acolhimento, representa a oportunidade de ler a si mesma, construindo uma história. Para a análise que propomos, não importa se o relato é ou não fidedigno. Desejamos compreender como estas mulheres, por detrás das grades, reconstroem sua trajetória, como justificam a si e às pessoas que lhe são caras.

O estudo das narrativas orais tem por objetivo analisar como as memórias são recuperadas e acolhidas por estas mulheres e a importância em suas trajetórias de vida. Com os resultados, espera-se contribuir para uma reflexão sobre o modo como a mulher, privada de liberdade, fala de si, rememora o passado e como essa prática influencia na vida atual. Especificamente, destacamos objetivos importantes a serem considerados durante o trabalho, tais como: compreender como lembranças são preservadas no ambiente prisional; evidenciando a força da oralidade, da mulher subalterna que se apropria do direito à fala, assim como, destacar a importância da visitação ao passado como forma de compreender o presente.

Para colher os depoimentos das mulheres em situação de prisão, escolhemos o método proposto pela história oral. Paul Tompson, um dos seus precursores, entende a história oral como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (THOMPSON, 2002, p. 9). Ouvir o que as pessoas têm para testemunhar, para falar de suas experiências é dar um passo para compreender e interpretar a sociedade. Nesse sentido, a história oral ajuda o

indivíduo a compreender também a si mesmo e ao espaço que o cerca, o lugar onde vive, e a sua vida acontece:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos (THOMPSON, 1992, p. 44).

Allan Nevins, em 1947, foi quem oficializou e deu uma nova roupagem para a história oral. Após a Segunda Guerra Mundial, a história oral ganhou novo impulso devido à necessidade de colher e preservar histórias importantes de pessoas que viveram nesse período. No Brasil, a história oral se popularizou nos anos 80. Aqui, ela adquiriu uma função social de grande importância, com o ressurgimento da democracia, após 21 anos de ditadura militar. A partir de então, voltou os olhos para o registro sobre pessoas comuns, grupos étnicos importantes, embora pouco vistos, bem como os negros e os indígenas:

Nesta nova fase de afirmação, a história oral brasileira se apresentou como avenida aberta à formulação de microestudos e isto, seguramente, lhe vale a condição de prestígio desejada. Como alternativa privilegiada para se verticalizar os resultados de experiências, a história oral apresentou-se como avesso desejável da marca mais evidente da historiografia “tradicional” brasileira, que sempre partiu do geral, amplo, nacional, sem nunca ter chegado ao mínimo, ao específico, ao local (MEIHY, 2000, p. 94-95).

Essa nova visão, voltada para as minorias, possibilita que as histórias de vida e memórias de mulheres que se encontram em situação de prisão se tornem objeto de estudo. Por meio da história oral, compreendem-se os modos de viver e de pensar nas diferentes épocas. As pessoas, em especial as menos privilegiadas, são as maiores beneficiárias desta metodologia. Por meio dela, também aquele que está à margem pode ter a sua história ouvida, reconhecida e documentada.

Ao falar sobre os temas potenciais para o trabalho de pesquisa com história oral, Thompson cita quatro deles: vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e conexões através das vidas. As vozes ocultas referem-se às vozes das mulheres, dos trabalhadores que não fazem parte de sindicatos, dos indígenas, comunidades quilombolas, enfim, de pessoas que estão às margens, sejam em favelas ou pelas ruas (THOMPSON, 2002, p. 16-21). Nesta pesquisa, nos deteremos sobre as esferas ocultas da vida de mulheres que se envolverem com atividades criminosas, assim como a vida no cárcere.

Muitos são os desafios para a história oral no tempo presente. Thompson revela que a questão da veracidade dos depoimentos ainda persiste, pois esses relatos têm como base a memória. Ela possui dois aspectos a serem vistos: aspectos factuais (dados possíveis de comprovação), e aspectos que podem ser modificados pela memória, pela consciência coletiva e individual, e que pode ser positivo ao se confiar na força, tanto objetiva quanto subjetiva da história oral. Meihy (1996), por sua vez, alerta para o uso que se deve fazer dos depoimentos, para a importância de conhecer os procedimentos e de estar preparado para a ação. Ressalta, também, a responsabilidade com que deve ser tratada a História Oral, pois ela é um

procedimento armado, estruturado por regras que a qualificam como uma atividade profissional, acadêmica, de iniciados e sobretudo fundamentada em valores teóricos que, mais que nada, perfilam-se no princípio da humanização da História. Seria inútil pensar que o oralista pode ser qualquer aventureiro que saia empunhando um gravador sem preparo específico, sem procedimentos medidos e carente da noção das possibilidades e alcances da sua tarefa (MEIHY, 1996, p. 49-50).

O trabalho com fontes orais, para o professor e pesquisador Eudes Fernando Leite (2009), é a possibilidade de ouvir aqueles que não tiveram a oportunidade de registrar suas impressões acerca de um evento do qual foram testemunhas, ele afirma:

Com certeza, a História Oral é um conjunto de técnicas de importância considerável para levantarmos as impressões daqueles que, por motivos vários, não expressaram sua versão em texto escrito, sua análise sobre um evento histórico do qual foram atores ou testemunhas. Como, tradicionalmente, os marginalizados da história ou das fontes escritas são segmentos populares, a oralidade encontra nesses, seu grande alvo (LEITE, 2009, p. 18).

É preciso considerar que a versão narrada pela fonte é uma impressão dela, e que esta versão nasce no momento presente, quando a memória é revisitada. Não se pode deixar de considerar que esse acontecimento pode ter sido vivido por diversas pessoas ou por um grupo de pessoas, e estar presente na memória coletiva. O que será narrado compreende ao que ficou registrado na memória do narrador, são as suas impressões do fato. É preciso lembrar que cada pessoa entrevistada terá a sua própria versão. Cabe ao pesquisador, portanto, fazer essa observação em seus estudos.

Para a escritora argentina Beatriz Sarlo, em *Tempo Presente* (2007), o passado não é algo estanque, ele surge nas lembranças, independente da vontade, de forma não cronológica, de acordo com o que estamos vivendo no tempo presente, e é neste presente que a narradora escolhe o que deseja contar, quais fatos pretende compartilhar, sobre si e seu passado. Narrar suas vivências, em situação de prisão, impõe visitar seu passado de pessoa livre. O

momento presente é de ausência de liberdade e de outros direitos que foram perdidos em decorrência da prisão, mas as lembranças são de um passado sem grades, e assim, os momentos a serem partilhados serão uma escolha da narradora.

Por meio das narrativas orais de história de vida é possível obter outro olhar sobre algo já acontecido, uma vez que cada pessoa narra tal acontecido a partir da sua subjetividade, e de seu lugar no espaço social. A construção da narrativa possui as marcas dessa posição, assim como da percepção que o narrador tem de si e do mundo à sua volta. Sobre as narrativas orais de história de vida, Perazzo (2015) conclui que,

Constituem-se um método para se trabalhar com o passado dos indivíduos, com o cotidiano e com as micro experiências sociais. Mas também é um método que nos permite compreender como as pessoas pensam, porque fazem ou fizeram suas escolhas na vida, que posição social assumiram. Por isso é um método que nos permite compreender as subjetividades. E dessa forma, nos permite trazer para a ciência as dimensões dos sentidos, dos sentimentos e das mentalidades, que antes eram apenas dos domínios dos relatos literários e das crônicas (PERAZZO, 2015, p.130).

As experiências reveladas passam a ser conhecidas e, conseqüentemente, percebidas ou até mesmo reconhecidas por outras pessoas que passaram por situações semelhantes. Estas histórias revestem-se de uma importância tal, que valem a pena serem ouvidas e acolhidas por todos. A história oral transforma pessoas simples, pertencentes às minorias, em personagens importantes e com vivências dignas de serem partilhadas. As experiências relatadas contribuem para que mais estudos sejam realizados acerca de homens e mulheres pertencentes a grupos sociais pouco valorizados, ou até mesmo invisíveis ou desprovidos de registros escritos sobre suas existências.

O lugar onde serão realizadas as entrevistas³ também é de grande importância. No caso desta pesquisa, não tivemos a opção de decidirmos sobre o lugar onde elas aconteceriam, afinal, o direito de ir e vir já não é uma realidade para as informantes, logo, o ambiente prisional foi o único lugar possível. Em uma pequena sala, utilizada pela enfermaria, cada uma das dez mulheres puderam rememorar a sua trajetória de vida. Elas não estavam diante de juízes ou de advogados. Não era o momento de se entender, apenas o de narrar, a duas pesquisadoras, a sua história.

Para escolher as internas que seriam entrevistadas para formarem o *corpus* utilizamos como critério aquelas que eram alunas da escola que funciona dentro da unidade penal como

³ A entrevista era composta por diversas perguntas sobre a infância, juventude, relacionamentos, entre outras e está disponível como anexo, ao final do trabalho.

uma extensão da Escola Estadual Polo Regina Anffe Nunes Betine, localizada em Campo Grande. Foram realizadas entrevistas com 10 (dez) internas. Ao transcrever as narrativas, optamos por manter a escrita semelhante à fala, e usamos nomes fictícios como meio de preservarmos a identidade de cada uma, e os nomes de pessoas ou lugares que possam ser associados a elas foram substituídos, também com o propósito de manter o anonimato.

Elas se dispuseram a dar seus testemunhos acerca das memórias guardadas mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴ com informações acerca da pesquisa, dos objetivos, e do direito de desistir da participação a qualquer tempo.

O resultado alcançado é apresentado ao longo dos três capítulos que compõem a presente dissertação. Em todos eles, procuramos inserir as vozes das entrevistadas. No primeiro, abordamos os sentidos da prisão, com um breve histórico do nascimento das prisões, a condição feminina e o Sistema Penitenciário no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Discorreremos também, neste início, sobre a exclusão e a invisibilidade da mulher no decorrer da história, e a condição da mulher encarcerada na PFRBR. No capítulo dois, tratamos da questão da identidade e da subalternidade dentro e fora das prisões, a imagem e identidade que cada entrevistada constrói de si, a oralidade e o significado do poder da fala por detrás das grades, assim como, sobre os significados do silêncio e do esquecimento. Abordamos como se dá a construção das identidades à margem das margens e o papel da memória nesse processo. E, para finalizar, no terceiro e último capítulo, tratamos sobre as narrativas de violência física, psicológica e simbólica que resistiram na memória. Destacamos a situação de culpabilidade em que as narradoras se colocam, mesmo quando foram vítimas de violências físicas, psicológicas e sexuais. Por último damos ênfase aos sonhos que ficaram para trás, aos projetos futuros e às esperanças que ainda são acalentadas no seio da prisão.

O presente trabalho é pertinente enquanto contribuição para o debate acadêmico à medida que traz novas informações e relatos sobre memórias de mulheres em prisões, suas formas de lembrar e preservar as lembranças. Ao analisarmos as histórias, propomos uma reflexão sobre o espaço prisional como espaço fronteiro e de enunciação, de subalternidade, das memórias subalternas, da testemunha, de seus silêncios e da condição da mulher encarcerada.

⁴ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelas internas e por esta pesquisadora está disponível como anexo ao final deste trabalho.

_____ Capítulo I

Os sentidos da prisão:

A condição feminina e o Sistema Penitenciário

*Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.*

Carlos Drummond
(1902-1987)

Neste primeiro capítulo, tratamos das prisões e de sua origem, a situação das prisões femininas brasileiras, em especial, sobre a realidade sul-mato-grossense e apresentamos a rotina diária desenvolvida pelas internas da Penitenciária Feminina de Rio Brilhante, espaço onde as entrevistadas cumprem suas punições. Em todas as sociedades, o ato de punir os membros que cometem faltas é realizado de acordo com a cultura e os costumes de cada grupo. A punição, nas sociedades ocidentais, modificou-se juntamente com as transformações e a modernização dos comportamentos sociais; os espetáculos sangrentos, as penas corporais que causavam dor física ao condenado foram abolidas e surgiram outras formas de aplicar o sofrimento, tais como a perda dos bens e da liberdade. Quanto às penas de morte, surgiu a injeção letal em substituição às velhas guilhotinas e cadeiras elétricas. Os sofrimentos causados por estas punições modernas não estão mais à vista e, dessa forma, imagina-se que a punição, nos dias atuais, seja menos cruel, pois os gritos e apelos dos condenados estão longe dos ouvidos e dos olhos da sociedade.

Abordaremos também a questão da subalternidade da mulher no decorrer da história, assim como as concepções deturpadas que contribuíram para essa conjuntura, rotulando-as de loucas, doentes, ou incapazes de governarem a si mesmas. Ao relatar sobre a condição feminina por detrás das grades, daremos ênfase à questão da mulher, portadora do estigma de prisioneira, e aquela que errou uma vez, e que não é merecedora de confiança. Portanto, a mulher em situação de prisão, longe dos filhos e do espaço doméstico, é constantemente condenada, por ter ousado desempenhar um papel diferente daquele que sociedade lhe reservou. Ao carregar essa mácula, ela seguirá, mesmo longe da prisão, sem créditos para recomeçar.

Em seguida, tratamos sobre a importância da memória e do poder dos testemunhos. Só pode testemunhar aquele que passou pela experiência, que viveu os fatos, por outro lado, aquele que viveu também tem o direito de calar-se. E a memória é a prova mais contundente do acontecido, de que passamos pelo episódio. A memória nos permite afirmar que algo aconteceu, ou fez parte do nosso passado. Os fatos que ficaram registrados em nosso cérebro são comprovações do passado. Estes registros são acessados ao visitar o passado, que está distante temporalmente do presente. Esse encontro ocorre entre a pessoa que vive no presente e as imagens que ficaram preservadas na memória do passado. Quando as entrevistadas partilham de seus encontros com o passado, por meio das narrativas memorialísticas, partilham as suas vidas, o mais íntimo de si. Suas vozes tornam-se instrumentos que se levantam em meio à condição de encarceradas. São vozes sufocadas que procuram meios para serem ouvidas.

1.1 As Prisões Brasileiras

A concepção de pena, do latim *poena* e do grego *poené*, que significa dor, punição, castigo, expiação, sofrimento, trabalho, vingança, submissão, é concebida e aplicada de acordo com a sociedade onde vive aquele que cometeu o delito, mas o objetivo é o mesmo: intimidação de novos delitos e a compensação do crime cometido⁵. A história das prisões remonta a tempos antigos. Na fortaleza real de Roma foi registrada a mais antiga forma de prisão, que era construída em fossas baixas. Na Europa e México antigos, eram utilizadas gaiolas de madeira. Desde 1700 a.C.-1.280 a.C., tem-se notícia dos cativeiros para que os egípcios pudessem manter sob custódia seus escravos. Por volta de 525 a.C., os lavradores eram requisitados para construir as obras públicas e cultivar as terras do faraó, proprietário de toda a terra do Egito. A sua riqueza repousava no trabalho dos lavradores. A escravização era uma forma de o faraó punir quem não pagasse os impostos. Essa atitude não tinha um caráter de penalidade, mas sim de manter a pessoa sob o domínio do seu credor, como garantia de que a dívida seria paga. Naquela época, não havia sanção penal, nem cadeias ou casas de detenção, e os lugares utilizados para esse tipo de castigos eram insalubres como quartos e casas em ruínas, abandonados, em situação degradante. Ali ficavam até que pagassem suas dívidas, fossem julgados ou executados. Também, na Idade Média não havia penas de privação da liberdade. A prisão era necessária até que os castigos corporais fossem aplicados, ou que o réu ou acusado fosse julgado e executado. As heresias, traição, contas não pagas, vadiagem e blasfêmias eram os crimes mais comuns punidos de acordo com o arbítrio dos governantes, e eram julgados de acordo com a classe social a qual pertencia o réu. Muitas vezes, as punições se transformavam em espetáculos sanguinários: a amputação de membros do corpo, a degola, a forca, dentre outros castigos, eram usados como forma de servir de exemplo para as pessoas. No período medieval, esses espetáculos eram muito apreciados pela população (cf. FOUCAULT, 1987).

Na Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVII, especialmente o continente europeu sofreu imensamente com o alastramento da pobreza, e com ela veio a inadimplência. A punição para esse delito era prisão preventiva, até que as dívidas fossem salgadas. Com o crescimento dos centros urbanos, da crise do feudalismo e da economia agrícola cresceu também a criminalidade. Houve a necessidade de aperfeiçoar as penas privativas de liberdade

⁵ Para mais informações sobre a finalidade da pena e os fundamentos de sua aplicação podemos recorrer à obra do jurista português Jorge de Figueiredo Dias *Direito Penal: parte geral*. São Paulo: RT, 2007.

e a criação e construção de locais adequados para o cumprimento das punições, onde os apenados deveriam se corrigir.

Em relação à realidade brasileira, o sistema carcerário sempre demonstrou graves problemas, os quais persistem até os dias atuais. Em 1808, com a chegada da Corte portuguesa, o Rio de Janeiro transformou-se no centro político do império português. Além dos cidadãos de bem, os presos que permaneciam no andar térreo do Senado também tiveram que ser removidos. Nesta época, havia as fortalezas militares, o Arsenal da Marinha, localizado na Ilha das Cobras. Os calabouços dos escravos se encontravam superlotados com presos, porém, continuaram a receber mais pessoas, e os presos que estavam no andar térreo do Senado tiveram que ir para uma prisão eclesiástica conhecida como Aljube. Após essa transferência, o sistema prisional da cidade passou por outra etapa.

Com a vinda da corte para o Brasil, além de aumentar a população, aumentaram os crimes, por isso, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e, com ela, a aplicação das Ordenações Filipinas⁶ foi alterada, no entanto, as punições continuaram as mesmas. O Aljube, que recebia presos vindos da Intendência de Polícia e da Casa de Suplicação, tornou-se o maior e pior centro de detenção do século XIX. O chefe de polícia do Rio de Janeiro, Eusébio de Queiroz Matoso Câmara, realizou uma inspeção no Aljube e por fim relatou:

A cadeia do Aljube situada na baixa de uma montanha e por consequência mal arejada contem dentro de diversas prisões pouco espaçosas perto de 400 pessoas amontoadas, a maior parte delas sendo de baixa condição, conservam sobre o corpo pouca roupa, e sumamente suja. As paredes quase sem cal se acham em um estado verdadeiramente nojento, o pavimento pela muita lama de que é coberto mais parece habitação de animais imundos do que de homens. Os canos para esgoto das águas por mal construídos conservam-nas longo tempo empoçadas, o que produz exalações insuportáveis. Todas essas coisas reunidas fazem que se respire na cadeia um ar tão impuro e corrompido que se pode considerar um verdadeiro foco de moléstias contagiosas. A prisão das mulheres principalmente, em que além de todas estas causas concorre a de ser sumamente pequena, faz horror (HOLLOWAY, 2009, p. 278).

Em 1830, a prisão, que deveria ter apenas 20 presos, tinha mais de 390. Como se não bastasse a superlotação, o prédio estava ameaçado de ruína (cf. MORAES, 1923). Em 1830, as Ordenações Filipinas foram revogadas, e foi sancionado o Código Criminal que previa pena de morte, trabalhos forçados (galés), penas de banimento, multas e prisão simples. Para

⁶ As Ordenações Filipinas que foram a base do direito português, são compilações jurídicas que vigoraram no Brasil durante o Brasil-Colônia, trazidas de Portugal, surgiram como resultado do domínio castelhano. Embora elas tenham ficado prontas em 1595, durante o reinado de Felipe I, só entraram em vigor em 1603, quando já governava o Rei Felipe II. As penas previstas nestas ordenações eram rígidas e até cruéis, porém, as pessoas que gozavam de privilégios na corte, em geral as pessoas ricas, não poderiam ser submetidas às punições como desterro, açoites, esquartejamentos, morte na forca, entre outras penas implacáveis.

que o código fosse aplicado corretamente, seria preciso a construção de estabelecimentos apropriados, o que, na realidade, não aconteceu. Nessa época, se discutia qual o melhor modelo para as prisões. Estavam em voga o modelo de Auburn (*silent system*) e o modelo da Pensilvânia (*solitary system*), ambos baseados no trabalho, silêncio e obediência, o que os diferenciavam era que, no primeiro modelo, os internos conviveriam em celas, e, no segundo, as celas seriam individuais.

Em 1831, foi elaborado um projeto arquitetônico baseado no Panóptico de Jeremy Bentham. Em 1833, deu-se início a construção da Casa de Correção, que foi concluída em 1853. Antes mesmo de sua inauguração, que ocorreu em 1853, já abrigava internos (cf. SANTANNA, 2010). Em 1910, surge o terceiro e último regulamento da Casa de Correção, sem muitas mudanças, mas o perfil dos presos era exatamente o mesmo: negros, pobres, e imigrantes, em sua maioria, portugueses. Desde as primeiras prisões até os dias atuais, vemos que pouca coisa mudou. As prisões continuam a serem depósitos de pessoas, sendo que a maior parte delas são pertencentes às classes mais baixas e negros.

O filósofo francês Michel Foucault, em sua célebre obra *Vigiar e Punir*, afirma que a prisão nasceu com o objetivo de “tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 260). Para ele, as prisões não servem para reduzir a criminalidade, muito menos para ressocializar os indivíduos apenados, seriam, na realidade, uma maneira de garantir o sistema vigente, como forma de legitimação do poder de submissão ao estado pelas classes populares. A disciplina nas prisões seria uma maneira de moldar os corpos dos indivíduos, deixando-os obedientes e sujeitos ao poder do estado. Para Foucault, estas práticas disciplinares, além de tornarem os homens domáveis no ambiente prisional, vão muito além dos muros do cárcere, elas são internalizadas e podem ser empregadas em diversos ambientes semelhantes à prisão, tais como os seminários, quartéis ou escolas.

A estrutura das unidades penais femininas procura imitar as unidades masculinas. Elas reproduzem aquelas construídas para os homens, sendo que, em muitos casos, são edifícios inadequados, impróprios para o cumprimento da pena, desconsiderando que as mulheres ali presentes possuem tanta periculosidade quanto os homens. Esta realidade, que subestima o potencial criminoso feminino, coloca o modelo masculino como o ideal a ser duplicado, confirmando a ideia de Bourdieu: “A força masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tendo necessidade de se enunciar em discurso que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2014, p. 22). Se por um lado não consideram a periculosidade das mulheres, por outro, no que diz respeito à rotina e à

organização interna, as mulheres recebem o mesmo tratamento dispensado aos homens, sendo ignoradas as suas particularidades e necessidades. Na PFRBR, por exemplo, o uniforme laranja é o mesmo utilizado na penitenciária masculina, distante umas centenas de metros dali. Numa sociedade que pouco enxerga as mulheres, aquelas que estão em situação de cárcere tornam-se ainda mais invisíveis. Como peças inconvenientes, postas longe do alcance da visão.

Os estabelecimentos prisionais são, portanto, lugares onde a sociedade deposita tudo aquilo que não é útil para ela; um depósito de “coisas indesejáveis”. Como um espaço à margem, as prisões cumprem a sua incumbência social: tirar para fora da sociedade aqueles e aquelas que não seguiram as regras e não se adequaram ao sistema social vigente, assim como o quarto de despejo em uma casa, que abriga aquilo que não nos serve mais. Dessa forma, as cadeias cumprem a função de relegar à marginalidade aquilo que lhes é depositado.

Os dados do INFOPEN⁷ - DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) informam que em junho de 2013, no Brasil, havia 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) pessoas presas. Deste número, 34.058 eram mulheres, sendo que, 1.244 destas mulheres estavam em estabelecimentos penais sul-mato-grossenses⁸. Neste estado, 13 estabelecimentos custodiam internas, entre unidades para internas em Regime Fechado e para internas em Regime Semiaberto, aberto ou albergadas. Apenas a unidade penal feminina de Corumbá foi construída para abrigar mulheres, as demais são cadeias ou prédios públicos ou alugados adaptados para esse fim.

A punição para mulheres, no Brasil, acontece desde a colonização portuguesa, uma vez que o degredo era tido como uma punição severa, a depender da gravidade do delito. Entre as condenadas estavam as “barregãs” (amantes) de clérigos, alcoviteiras, ou que se fingissem de grávidas, ou ainda se atribuíssem o parto de outra como sendo seu (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 51).

No Brasil, as penitenciárias femininas foram originadas segundo a moda europeia e as mulheres permaneciam “misturadas em geral com criminosos de outro sexo e com os próprios escravos, não demoravam a ser reduzidas a mais lamentável miséria física e moral” (BRITO apud SOARES; ILGENFRITZ, 2002 p. 53). Foi Lemos Brito quem, em 1924, propôs a

⁷ O Infopen refere-se a um Programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário no Brasil, alimentado pelos órgãos de administração penitenciária, possibilitando a criação de bancos de dados federal e estaduais sobre estabelecimentos penais e populações penitenciárias (Dados referentes ao mês de junho de 2013, disponíveis em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 15.abr.2014.

⁸ O número de 1.244 mulheres presas equivale a 9,92% da população carcerária estadual e 3,4% da população carcerária feminina nacional, custodiadas em 13 estabelecimentos prisionais, que possuem capacidade para 933 presas – um déficit de 201 vagas (21,54% das vagas femininas do Estado).

construção de um reformatório especial onde as necessidades femininas fossem atendidas pelo Sistema Penitenciário, sem se moldar pelo padrão de prisões masculinas já existentes na época. O professor Candido Mendes de Almeida, que foi presidente do Conselho Penitenciário do DF, teve suas ideias difundidas em defesa de melhores condições para as mulheres encarceradas. Em 1928, ao apresentar um trabalho ao Conselho intitulado “As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil”, confirmou a situação miserável das mulheres condenadas e propôs que fosse criada uma penitenciária agrícola para que pudessem cumprir suas penas trabalhando e com dignidade⁹. Melhorar as condições das mulheres não era o único e principal motivo para Lemos Brito sugerir mudanças nas prisões femininas, mas antes, era de separar as mulheres dos homens, para garantir a tranquilidade e paz nos presídios masculinos. Em seus argumentos, “ele enfatiza a necessidade de separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos, para assim se evitar a influência perniciosa que elas poderiam causar” (*Ibidem*, p. 57). Lemos Brito justifica ainda a sua posição, afirmando que:

a ciência penitenciária tem sustentado sempre que as prisões de mulheres devem ser inteiramente separadas das destinadas a homens. É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência (*Ibidem*, p. 57).

Após haver a separação de homens e mulheres, a congregação religiosa das Irmãs do Bom Pastor D’angers, surgida na França, em 1929, foi convidada para administrar a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal. O pensamento conservador daquele período acreditava que as religiosas poderiam transformar mulheres criminosas em mulheres obedientes, ordeiras, caridosas, que voltassem a sua sexualidade para o marido e para a procriação dos filhos, por fim, que fossem devotas às suas famílias. A função das religiosas era zelar pela moral e bons costumes, realizar um trabalho de “domesticação”, bem como, vigiar a sexualidade das internas. A rotina diária dentro da penitenciária consistia em missas, orações, trabalhos manuais e domésticos e as roupas consideradas inadequadas eram proibidas. Podemos constatar que as práticas, ali desenvolvidas, eram voltadas para um ideal para as mulheres: dóceis, disciplinadas e boas donas de casa. As religiosas tiveram enormes dificuldades em conduzir a penitenciária, pois não dispunham de conhecimentos administrativos ou relacionados ao sistema penitenciário, além de meios para controlar a

⁹ O relatório elaborado por Candido Mendes de Almeida refere-se ao Distrito Federal e aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, publicado pela Imprensa Nacional, em 1928, no Rio de Janeiro.

indisciplina e perfil violento das internas. Já contavam com um efetivo carcerário de 2.200 mulheres, em um espaço que havia sido planejado para 60. Em 1955, elas entregaram a Penitenciária de Mulheres para a administração da Penitenciária Central do Distrito Federal.

Atualmente, as medidas aplicadas aos presos no Brasil estão previstas na Lei de Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 1984. A aplicação das penas é disciplinada pelo Sistema Penal Brasileiro e apresenta as seguintes características: é personalíssima, só atingindo o autor do crime (Constituição Federal, art. 5º XLV); a sua aplicação é disciplinada pela lei (Código Penal, art. 1º, e Constituição Federal, art. 5º, XXXIX); é inderrogável, no sentido da certeza de sua aplicação; e, por fim, é proporcional ao crime (Constituição Federal, art. 5º, XLVI e XLVII).

Um diagnóstico realizado pelo Comitê Estadual de políticas para a mulher em situação de prisão e egressas do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso do Sul¹⁰ constatou que o processo de encarceramento feminino vem crescendo consideravelmente e isso faz com que os órgãos que atuam na execução penal se preocupem com o estabelecimento de diretrizes em atenção às particularidades das mulheres que cumprem penas. De 2000 a 2012, o número de pessoas presas cresceu em torno de 136%, de 232.755 presos em 2000, o número saltou para 548.003, em 2012. Em 2000, havia, aproximadamente, 4% da população carcerária feminina nacional e, segundo dados INFOPEN, atualmente, o número é de 35.039, subindo para aproximadamente 7% da população carcerária nacional.

Em Mato Grosso do Sul, segundo dados da AGEPEN¹¹, em janeiro de 2014, havia 1.200 mulheres em situação prisão, para um número de 13.466 custodiados, um número de 9% do total de pessoas presas. Podemos constatar que, nos últimos 12 anos, o crescimento no número de mulheres presas foi de 256%, enquanto que o de homens foi de 130%. Há, atualmente, no estado, 13 unidades prisionais femininas nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Há duas unidades na capital: o Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi que é para o regime fechado com 231 vagas, mas com 362 custodiadas, e há o Estabelecimento Penal Feminino Semiaberto, aberto e Casa da albergada com 110 vagas e 116 custodiadas. No interior do estado há 11 estabelecimentos penais, com 579 internas em Regime Fechado e 153 em Regime Semiaberto, totalizando 732 internas. Há unidades em São Gabriel do Oeste, Corumbá, Jateí, Ponta Porã, Rio Brillhante, Três Lagoas, e Dourados.

¹⁰ O Comitê Estadual de políticas para as mulheres em situação de prisão e egressas do sistema prisional de Mato Grosso do Sul foi criado por meio do Decreto n 14.094 de 4 de dezembro de 2014.

¹¹ Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, órgão que administra as penitenciárias no estado.

A mulher em situação de prisão em Mato Grosso do Sul é, de modo geral, jovem, mãe solteira, afrodescendente e, na maioria das vezes, a prisão ocorreu devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. Em muitas situações, ela prefere permanecer em uma cadeia pública, em condições insalubres, mas próxima de seus familiares a ter que ir para uma penitenciária distante em que ela poderia ter acesso aos seus direitos de trabalho e estudo. Com a criação da COVEP¹², as mulheres não permanecem além do prazo instrutório nas delegacias.

O perfil da mulher presa difere significativamente do perfil masculino. O Censo Penitenciário de São Paulo demonstrou que 54% das mulheres se declararam solteiras e 12% separadas, divorciadas ou desquitadas, enquanto que os homens, 56% de declaram casados ou com companheira. No estado do Rio de Janeiro, um estudo realizado pela Superintendência da Saúde e da Secretaria de Administração Penitenciária apurou que 84% das mulheres são mães, enquanto que 66% dos homens são pais, e destes 88,64% dos filhos estão com a mãe, enquanto que para as mulheres apenas 16,3% dos filhos estão com o pai. A mulher, quando presa, além de ficar longe dos filhos, também apresenta preocupação em relação aos parentes, vizinhos ou instituições que estão com os seus filhos. Segundo dados do DEPEN/MJ, a maioria delas ré primária, 72% são jovens e 54% se declaram negra ou parda (afrodescendentes), sendo que, no Brasil, a porcentagem das negras ou pardas é de 42%, indício de que há uma sobre representação¹³ das mulheres afrodescendentes. Sobre a escolarização, 65% ou são analfabetas ou não possuem o ensino fundamental completo. Em MS, a faixa etária predominante está entre 18 e 34 anos. Há um grupo significativo de estrangeiras, entre elas bolivianas, peruanas e paraguaias, devido ao estado estar na rota do tráfico, situado entre fronteiras secas. Há também, entre as mulheres em situação de prisão, algumas internas indígenas (1%), em consideração ao fato de que há, no estado, etnias Terena, Guarani-Kaiowá, Kadiwéu, Chimacoco, entre outras. Quanto à cor da pele/etnia, a maioria se declara negra (69%).

Nota-se o baixo número de visitas íntimas, pois no Estabelecimento Penal Irmã Irma Zorzi, com um número de 362 internas, apenas três recebem a visita do companheiro, e esta prática é devidamente autorizada, uma hora, uma vez por semana e em local apropriado e com as orientações necessárias. É garantida a permanência dos filhos junto à mãe no período de

¹² A COVEP designada Coordenadoria das Varas de Execução Penal foi criada por meio da Lei nº 4.228 de 20 de julho de 2012, e está ligada à Corregedoria Geral de Justiça do poder judiciário de Mato Grosso do Sul. O órgão tem como finalidade exercer o controle e a fiscalização do sistema carcerário, sistematizar a regionalização das Varas de Execução Penal e amenizar o problema da superlotação carcerária, remanejando internos das delegacias para as penitenciárias, para equacionar as demandas com maior agilidade e celeridade

¹³ Entre as mulheres brasileiras, 42% da população se declaram negras ou pardas, e entre as mulheres presas 54% se declaram negras ou pardas, revelando que o percentual de mulheres negras ou pardas encarceradas é maior do que o percentual da população feminina brasileira negra ou parda em liberdade.

lactação, no mínimo, até os seis meses. Nas prisões femininas sul-mato-grossenses não se contabilizam rebeliões ou morte por incidentes internos.

A PFRBR possui capacidade para abrigar 54 mulheres. Foi inaugurada em 22 de julho de 2005, denominada Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante (EPFRB). O objetivo inicial consistia em diminuir a superlotação na penitenciária de Campo Grande e possibilitar que as internas da região cumprissem a sua sanção penal próximas de seus familiares. Em 2015, passou a denominar-se Penitenciária Feminina de Rio Brilhante (PFRBR).

Nos dias atuais, o efetivo carcerário, que pode variar diariamente, está em torno de 90 internas. Por detrás desse número, é possível visualizar 90 histórias diferentes, 90 destinos que, por motivos diversos, se encontram privados de liberdade. Destas, conheceremos algumas por meio de seus relatos, da partilha de suas vivências. No decorrer da pesquisa, entrevistamos 10 mulheres, sendo que oito estão cumprindo pena por tráfico de drogas, considerado um crime hediondo,¹⁴ e duas por homicídio. A maioria delas possui filhos, pouca ou nenhuma escolaridade. Nove são residentes neste estado, com exceção da interna Mirtha, que é de nacionalidade paraguaia, e poucas recebem a visita dos familiares. A seguir, uma síntese de cada uma delas.

A narradora Norma foi presa aos 19 anos, acusada por tráfico de entorpecentes, possui quatro irmãos e dois primos que foram criados juntos com a família. Os pais são falecidos, a mãe morreu em seus braços, vítima de um derrame cerebral. O pai, trabalhador rural, seu único protetor, foi assassinado em bar com três facadas. Norma é solteira e não tem filhos. Concluiu apenas o ensino fundamental. Já a narradora Vanuza nasceu na capital do estado, tem 25 anos e 25 irmãos, é solteira e não tem filhos. Seus pais trabalhavam na roça como “bóia-fria”. Desde cedo aprendeu com familiares a ingerir bebidas alcoólicas, o que a levou a ser internada para tratamento e reabilitação. Ainda criança, Vanuza cuidava dos irmãos na ausência de seus pais, estudou até a sexta série. Um dia, a caminho para a escola, foi estuprada por dois homens. O pai, porém, não lhe deu crédito, fazendo com que ela fosse embora de casa. Começou a se prostituir muito cedo para cobrir as suas despesas e as de seus irmãos.

¹⁴ O tráfico de drogas é considerado um crime hediondo conforme a Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006. Artigo 33: Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

A interna Tereza tem seis irmãos, estudou até a quinta série do Ensino Fundamental, foi mãe aos quinze anos e atualmente tem seis filhos. Está presa acusada por tráfico de drogas. Já está cumprindo pena há alguns meses. Assim como Vanuza, ela também sofreu violência sexual, no caso dela, pelo padrasto. É revoltada com a mãe, que preferiu ficar ao lado do padrasto molestatador, ignorando o seu sofrimento. Seus familiares nunca vieram visitá-la.

A interna Flora já é avó, tem seis filhos, sendo que o mais velho foi assassinado. Ela perdeu o pai aos nove anos de idade, também vítima de homicídio. Flora foi vítima de violência sexual, ainda na infância, molestada por um parente que convivia com a família. Aos 14 anos, fugiu para morar com o companheiro, com quem sua família desaprovava o relacionamento. Depois, com filhos pequenos, cansada dos ciúmes e maus tratos do marido, novamente resolveu fugir. Está presa acusada por tráfico de entorpecentes e teve pena inicial de 18 anos em regime fechado. Mesmo sendo reincidente neste crime, preferiu não comentar sobre a sua primeira prisão. Sua mãe, uma senhora idosa, sempre que pode, aos domingos de manhãzinha, está às portas da prisão para rever a filha e lhe levar mantimentos.

A interna Sandra nasceu no estado do Paraná, e veio para o Mato Grosso do sul com a família ainda pequena. Tem 32 anos de idade e já é a terceira vez que cumpre pena. Tem sete filhos, sendo que dois são mortos, estudou até a oitava série do Ensino Fundamental e já teve seis maridos. Atualmente vive um relacionamento amoroso com uma colega de cela. Durante a entrevista, refletiu sobre o sofrimento de quem é usuário de entorpecentes e dos familiares que padecem com esse mal.

A interna Mirtha tem 34 anos, é de nacionalidade paraguaia e tem três filhos. Ela e suas irmãs cresceram segundo rígidos preceitos religiosos. Mirtha não conheceu o pai, foi mãe aos 17 anos, e com o auxílio da família estudou até o terceiro ano do curso de Direito. Ao terminar o casamento com o pai de seus dois filhos mais velhos, começou a fazer uso de substâncias entorpecentes, e a partir de então, iniciou uma jornada no mundo das drogas, como traficante, como usuária, e como prostituta para manter o vício. A mãe de Mirtha, que reside em “Ciudad del Este”, no Paraguai, a visita uma vez por mês. Sempre que é possível, traz o filho menor para vê-la.

A interna Vanda perdeu os pais ainda criança. O pai faleceu quando ela tinha cinco anos e a mãe quando Vanda completou oito, em decorrência de um aborto após diversas agressões físicas do marido. Ao ficar órfã, conheceu as dores da violência física e psicológica. Foi dada para uma família com melhores condições financeiras. Na casa, ela tinha que trabalhar para ter comida e pouso, e ainda sofria com as surras dadas pelo filho da família. Ela

conheceu as drogas aos 15 anos, quando fugia de sua família adotiva. Hoje, tem dois filhos e um neto, está no terceiro casamento e o companheiro sempre a visita.

A interna Arlete tem 57 anos, não teve a oportunidade de estudar e a maior parte de sua vida trabalhou em fazendas da região. Aos dezesseis anos, fugiu com o primeiro namorado, na tentativa de ter uma vida melhor, pois constantemente apanhava do pai, porém continuou com uma vida de infortúnios. Teve cinco filhos, sendo que, um destes, faleceu ainda criança. Ela recebe a visita de todos os filhos e netos. Possui três relacionamentos, relata que em todos eles sofria violência física e psicológica. Foi condenada a mais de 20 anos pelo homicídio do último companheiro, com o agravante de que, após o assassinato, Arlete esquartejou e ocultou o corpo em um freezer.

Luísa, 21anos, ainda criança, chorava ao ver a mãe sofrer com os maus tratos causados pelo pai, que era usuário de drogas. Aos treze também começou a usar entorpecentes e a se prostituir para manter o vício. Aos quinze, ela se descobriu grávida e portadora do vírus HIV. Hoje, com duas filhas, está presa acusada por tráfico de drogas. A família, que mora em uma cidade vizinha, faz o que pode para visitá-la aos domingos e aos sábados, permitindo que ela veja as filhas menores.

A interna Rosa, de descendência indígena, cresceu em uma família onde o álcool e a violência eram sempre presentes. Aos oito anos foi dada para adoção, porém, fugiu da casa da família adotiva e retornou ao antigo lar, quando descobriu que a mãe trabalhava em uma casa de prostituição. De lá, a mãe a entregou aos cuidados de uma tia, que também a espancava. Depois disso, ainda criança, foi vítima de violência sexual praticada pelo avô. Na tentativa de sair desse ambiente de crueldades, aos dez anos, aceitou a proposta de casar-se com um homem quinze anos mais velho. Atualmente, com 38 anos, está presa acusada de assassinar uma mulher, com oito facadas, em uma casa de prostituição. Seu sonho era ser enfermeira ou veterinária. Para o futuro, ela espera dar aos filhos o amor que não recebeu de seus pais. Enquanto esse futuro não chega, ela aguarda a sentença.

Apesar da tragicidade que marca a vida destas mulheres, elas tecem uma crítica às suas escolhas. Justificam o afeto não recebido por parte de seus pais e se reconhecem merecedoras da punição. Mas há sonhos acalentados por detrás das grades e a expectativa de um dia realizá-los.

1.2 Mulher: exclusão e testemunhos no decorrer da história

Simone de Beauvoir afirmou, em 1949, que “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Não por acaso, ela escolheu esta frase para iniciar a segunda parte de sua obra mais conhecida: *O Segundo Sexo*. Essa afirmação é o que nos motiva a assegurar que, para as mulheres presidiárias, tornar-se mulher em meio ao cárcere, e a todos os problemas que ele traz consigo, é uma aprendizagem.

Muitas delas convivem com a situação de marginalidade muito antes de serem presas. Por marginalidade, entendemos o fenômeno social que confina as pessoas à beira, ou à margem social, separando-as da sociedade de modo forçado, distanciando-as dos centros. Essa distância, seja geográfica ou social, a exclui também das atividades sociais, do acesso aos direitos e das possibilidades de uma vida com dignidade.

A história da marginalidade feminina reporta a tempos antigos: desde a mitologia grega, com o mito do nascimento da primeira mulher, Pandora, cujo objetivo era agradar aos homens¹⁵. Desde então, a expressão “caixa de Pandora” (onde estão contidos todos os males do mundo), presente de Zeus a Epimeteu, é vista como a entrada do mal no mundo, pelas mãos de uma mulher. Mesmo que se apresentem diversas deusas, tais como Ártemis, Atena, Afrodite, Deméter, Hera, Perséfone, Pandora e Gaia, também podemos notar o desprezo pelo corpo, colocando o feminino em uma situação marginal, quando Atena nasce da cabeça de Zeus, o seu pai, e não do corpo de sua mãe, como acontece com todas as demais mulheres.

Para a pesquisadora Maria Zina Gonçalves de Abreu, na obra *O Sagrado Feminino Da Pré-história à Idade Média* (2007), as ideias veiculados pelos poetas gregos Hesíodo¹⁶ e Semonides¹⁷, os comentários feitos por judeus e cristãos entre os séculos II a. C. e III d. C. contribuíram significativamente para a formação do caráter e perfil da mulher europeia, que teve a sua imagem associada a uma inimiga do homem. A mulher foi responsabilizada como a

¹⁵ O nascimento de Pandora é um mito grego que explica como surgiu a primeira mulher. Ela foi criada pelo deus do fogo, Hefesto, e pela deusa da estratégia da guerra, Atena, e com a ajuda de todos os outros deuses, a pedido de Zeus. Ela tinha como objetivo alegrar os homens. Recebeu de cada um dos deuses uma qualidade, sendo feita à semelhança dos mortais. Epimeteu, embora tenha sido advertido por Prometeu, seu irmão, para não receber nenhum presente dos deuses, esquece a advertência diante da beleza e graça de Pandora. Juntamente com a esposa, ele ganhou uma caixa, que nunca deveria ser aberta. Um dia, porém, Pandora abre a caixa e saem todos os males que há dentro, trazendo o sofrimento para o mundo (BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia. História de Deuses e Heróis*. 8ª. ed.: Ediouro, 1999, p. 20,21,22).

¹⁶ O poema de Hesíodo, no final do século VIII a. C., “Trabalho e dias” narra a história da vinda do mal por meio da abertura da caixa de Pandora.

¹⁷ Semonides de Amorgos escreveu, no século VI a. C., uma peça em que a mulher era ridicularizada em dez tipos diferentes, sendo comparada a oito tipos de animais (Abreu, 2007).

fonte de todo o mal, associando também Pandora à Eva bíblica. Embora essa associação seja aceita, ainda nos dias de hoje, Abreu traz outro olhar sobre essa aproximação:

Na verdade, a criação de Eva difere substancialmente da criação de Pandora. Em primeiro lugar, Deus não criou a mulher como castigo para o homem, mas sim como sua companheira e igual: ‘O Senhor Deus disse ainda: Não é bom que o homem fique sozinho. Vou lhe arranjar uma companhia apropriada para ele’ (Gn 2,18); ‘Deus criou então o ser humano à sua imagem; criou-o como verdadeira imagem de Deus. E este ser humano criado por Deus é o homem e a mulher.’ (Gn 1,26). Em segundo lugar, o castigo dado por Deus a Eva, pela sua desobediência, incide apenas sobre ela[...] ‘Vou fazer que sofras os incómodos da gravidez e terás que dar à luz com muitas dores. Apesar disso sentirás forte atracção pelo teu marido, mas ele há-de mandar em ti (Gn 3,16) (ABREU, 2007, p. 65-66).

Segundo a leitura bíblica, não é a mulher a única culpada por não seguir as ordens divinas, afinal, a proibição de não comer do fruto foi dada a ele. Adão é penalizado pela desobediência, sendo condenado à maldição de trabalhar duramente para tirar da terra o seu alimento, até que venha se tornar terra novamente (Gn 3, 9-19). Nas palavras de Abreu, tanto na concepção grega, quanto na judaica, as histórias da criação são permeadas por “um persistente esforço de desresponsabilização do homem pelos seus actos e da sua insistência para que as mulheres reconheçam e aceitem resignadamente a sua condição de inferioridade que os homens lhes querem impor” (ABREU, 2007, p. 66). A mitologia grega é abundante em exemplos de monstros femininos, que mais tarde se tornaram arquétipos femininos na literatura e nas artes, tais como Circe, em *Odisséia*, as ninfas Cila e Caribdes, as Sereias, a mulher-leão alada Esfinge, a mulher-serpente Équidna, as mulheres-pássaros Éríneas com cabelos de chicotes e serpentes, as Górgonas e, entre elas, Medusa. São exemplos do quão cruel, traiçoeira e perversa a mulher é retratada (cf. ABREU, 2007, p. 66-67).

O discurso filosófico clássico, que ignora completamente a importância da mulher, está entre as primeiras representações sobre o feminino. E foi esse o discurso utilizado como base para a formação do pensamento ocidental. Para o professor Losandro Antonio Tedeschi,

o papel do olhar masculino na teoria filosófica transforma a mulher em objeto. Apresentam as mulheres como criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo, portanto, necessitavam, devido a sua natureza, ser submissas e controladas pelos homens (TEDESCHI, 2012, p. 45).

Em *A República*, Platão afirma que o saber e o poder são características dos homens e que nunca são mencionados para as mulheres. Que às mulheres não pode ser dado direito de pensar as cidades, pois elas “fazem parte da reencarnação dos homens, que na sua primeira

existência, foram covardes e não souberam conduzir suas vidas, nem em termos da ética, nem da produção do conhecimento” (TEDESCHI, 2012, p. 47). Essa condição de ser incapaz de gerir-se sozinha impôs à mulher a submissão à tutela masculina. Esses conceitos discriminatórios que inferiorizam, delimitam e confinam a mulher ao espaço doméstico e lhe atribui os deveres da reprodução encontraram ecos e são, ainda hoje, reproduzidos e colocados em prática em diversos momentos na sociedade. Arlete, por exemplo, relembra a alfabetização, permitida ao irmão e negada a ela:

que nem o finado meu pai falava: — Muié quando estuda é só por malandragi. Aí depois vinha pedi pra mim, quando chegava qualqué coisa, ué como que eu vô lê se eu num sei? Ele pagava professor particular às vezi pro meu irmão i lá em casa, pra mim não, num podia nem me vê perto da mesa (ARLETE, 2015).

Para Arlete, não era dado o direito de se alfabetizar, a exclusão era tanta que o espaço onde acontecia a aprendizagem era expressamente proibido a ela. A “malandragem” a que se referia o pai da entrevistada excluiu muitas mulheres dos bancos escolares. A Igreja Católica herdou o pensamento filosófico grego, e, ao lado dele, construiu seu discurso sobre a natureza feminina. Santo Tomás de Aquino, da mesma forma, comungava da ideia de que a mulher era um ser inferior ao homem, pois eram acidentes infelizes da natureza. Para ele, os homens possuíam mais discernimento e razão, já as mulheres seriam marcadas pela debilidade, e deviam ser sujeitadas ao homem, seja o pai, irmão ou marido. Para Tedeschi, “As características construídas pela moral cristã e atribuídas ao feminino são aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, negando à mulher outras possibilidades e reforçando o enclausuramento no espaço doméstico” (TEDESCHI, 2012 p. 74). Estas atribuições ao feminino estipula a divisão dos espaços e dos papéis sociais entre os gêneros, cabendo ao homem o espaço público e à mulher o espaço doméstico. A divisão de espaço pode ser sentida na entrevista de Arlete, quando rememora cenas vividas com seu pai e com seus irmãos, tocadores de instrumentos musicais, e constantemente chamados para animar festas. Ela e a mãe, porém, ficavam em casa:

chegava no final de semana, às vezi eles saiam, ia tocá, tratava eles, assim qui nem músico, esses músico de hoje em dia, contratava e eles iam embora, ele, dois irmão, três. Aí ficava pra lá, já chegava no domingo, tudo com sono, daí já partiam pro serviço. Era muito difícil eles pará em casa. Quem parava mais lá era só eu e minha mãe, e meu irmão mais novo [...] Meu pai tocava muito bem violão, e meu irmão tocava sanfona, né? Só tem um meu irmão que num chegô a aprendê. Esse que ficava feito um escravo lá na minha tia, lá. Esse num soube tocá, os otro tudo sabia tocá (*Ibidem*, 2015).

Arlete não deixa claro, mas podemos perceber que ela também não aprendeu a tocar nenhum instrumento, assim como não aprendeu a ler. Reconhecemos em seu relato que o espaço público, onde aconteciam as festas, era destinado aos homens e o espaço doméstico era reservado às mulheres e às crianças. A criação, pela igreja, de um modelo comportamental feminino, que lhes impõe o silêncio, a obediência e a imobilidade ainda permanecem no imaginário feminino. Sobre esta divisão em esferas pública e privada, Michelle Perrot avalia que “Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, *grosso modo*, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta” (PERROT, 1989, p. 10). Esta divisão deixou a mulher de fora dos bancos, dos grandes mercados de negócio, da vida política parlamentar, dos lugares de discussão, e colocou-as às margens da definição dos rumos da economia e da política, bem como dos rumos da história. Nesse sentido, como Perrot, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao tratar sobre a mulher, na sociedade cabila, considera que:

Excluídas das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente materna) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente quando permanecem subordinadas às atividades de produção [...] (BOURDIEU, 2014, p. 135).

A contextualização de Bourdieu é pautada em defesas religiosas e científicas que foram construídas ao longo da história. O médico italiano Cesare Lombroso¹⁸, por exemplo, partilhando do pensamento da medicina social do final do século XIX, acreditava que a mulher, por razões biológicas, deveria ser frágil e recatada. A sua sexualidade deveria restringir-se ao casamento e à maternidade, as faculdades afetivas deveriam predominar sobre as intelectuais, logo, aquela que fugisse à regra, ou se tornasse adúltera, seria punida pelas leis. Para Lombroso, tais mulheres seriam criminosas natas, assim como as prostitutas e as loucas, portanto, não poderiam fazer parte da sociedade, sendo colocadas às margens. Sobre a

¹⁸ Cesare Lombroso (1835-1909) defendia a tese de que entre os humanos, seres em processo de evolução, havia alguns mais evoluídos e outros não, pertencentes a “espécies inferiores”, pois possuía características “selvagens”, e estas características, é que levavam as pessoas a cometerem crimes. Tais características eram chamadas de estigmas atávicos, porém, Lombroso, como o passar do tempo e dos experimentos não conseguiu comprovar a sua tese de que 95% da população de criminosos possuíam tais características. Vinte anos depois, essa proporção cai para 35%. A tese de Lombroso, por ter como objeto de estudo pessoas segregadas socialmente, a maioria criminosos e prostitutas, contribuiu para afirmar diversos preconceitos, e nesse contexto, as pessoas pobres e negras, foram estigmatizadas como criminosas. Mais sobre esse assunto em LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*, São Paulo: Ed. Icone, 2013.

concepção Lombrosiana, a pesquisadora Rosemary de Oliveira Almeida, na obra *Mulheres que matam. Universo Imaginário do Crime Feminino* (2001), afirma:

A mulher normal, do ponto de vista de Lombroso, é um ser inferior, dada ao instinto e não à inteligência e, portanto, próxima dos selvagens, malvada por índole. A mulher criminosa é ainda mais inferior, pois tem analogia com a estrutura psíquica e física do delinqüente, ou seja, o criminoso nato que se aproxima do monstro pelos traços físicos de regressão da espécie. A mulher é semelhante ao criminoso nato e, embora menos propícia ao crime, também o comete, sendo desviante as prostitutas e as criminosas (OLIVEIRA ALMEIDA, 2001, p. 75).

No Brasil, estas mulheres, que foram comparadas a monstros, em especial das camadas populares, eram “disciplinadas” pelo Código Penal¹⁹, e, conseqüentemente, pelo poder policial, responsável por fazer cumprir as leis impostas pelo sistema vigente. Neste contexto, a violência recaía sobre as mulheres pobres como meio coercitivo. Segundo Soihet, “Cabe considerar que não só a violência estrutural incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero” (SOIHET, 1997 p. 363). Em 1887, Tito Lívio de Castro, médico e ensaísta brasileiro, publica a obra *A Mulher e a Sociogenia*, onde ele, após estudos sobre crânios, afirma a inferioridade da mulher, comparando-as a uma criança:

Historica ou prehistoricamente, nos últimos tempos da vida intra-uterina, dos primeiros aos últimos tempos da vida extra-uterina, a mulher é menos cérebro do que o homem, há no homem mais mentalidade do que na mulher. Mas, ao lado dessa afirmação científica há uma afirmação popular que, por se prestar a equívocos, merece um exame. Segundo a crença geral a mulher é mais coração[...]A mulher não tem o coração mais terno, não é mais sensível. A mulher tem menos desenvolvido o poder de dominar-se, mas não tem mais desenvolvido o poder de sentir (CASTRO, 1887 p. 15,21).

Essas concepções deturpadas, e extremamente preconceituosas reverberaram, e se prestam como alicerce para a justificativa de diversas formas de violência contra as mulheres. Para a mulher, não é dado o direito de transgredir, de quebrar os protocolos. Quando as mulheres se unem, são determinadas, barulhentas ou manifestam-se por seus direitos. Para a criminologia antiga, tais mulheres recebem o título de anormais, ou são qualificadas históricas. A vida sexual das mulheres também é um tema constantemente abordado. A

¹⁹ No Brasil, as leis que regem as ações, e definem o que é crime, o que é direito e o que é dever podem ser encontradas na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ela que traz no seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais um extenso rol de direitos e garantias fundamentais que refletem os direitos humanos tratados na Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), no Código de Processo Penal brasileiro que entrou em vigor em 03 de outubro de 1941 (Decreto-Lei nº 3.689), e especialmente no o Código Penal que é de 1940 (Decreto-Lei nº 2.848) e a Lei de Execução Penal de 1984 (Lei nº 7.210). Estes são os principais marcos normativos que regem o sistema criminal no Brasil.

virgindade feminina é tida como algo que concede a mulher o *status* de pura, e que ao manter a primeira relação sexual, a mulher, não sendo casada, ganha o *status* de “perdida”. Essa concepção pode ser verificada no relato de Arlete. Ela foi considerada culpada pelo irmão pelo fato de que a sobrinha engravidou antes do casamento:

Briguei muito feio por causa da filha dele, a filha dele se **perdeu** lá, falô, disse que eu que era a culpada, sendo que eu nunca que tinha saído com filha dele, nem conversá com a filha dele, num conversava, aí ela ficô grávida e num tava casada, quem era a culpada era eu (ARLETE, 2015, grifo nosso).

Sendo uma mulher separada dos maridos, Arlete foi julgada, pelo irmão, como uma má influência. Ainda que ela não conversasse ou tivesse convivência com a sobrinha, o seu exemplo de vida foi considerado o motivador para as ações da moça. Ao refletirmos sobre o sentido da expressão “se perder”, dentro do contexto apresentado, entendemos que a moça grávida teria se perdido da aprendizagem social que destina a mulher a um lugar de santidade. E, não estando mais nesse lugar, ela estaria desnorтеada, desorientada, como se não houvesse outro espaço possível.

A condição feminina por detrás das grades é duas vezes mais sofrida. Sofre-se por ser mulher e por ser criminosa. A mulher criminosa ousou praticar o que era inerente apenas aos homens. E, ainda na prisão, lhes atribuem o crime a uma influência masculina ou a crimes passionais, visto que as características de submissão, passividade, e incapacidade para a prática criminosa ainda estigmatizam essas mulheres. Assumir que a mulher também é capaz de ter uma conduta criminosa, de atos de violência e de inversão dos papéis, significa encarar que ela não é inferior ao homem, que ambos são semelhantes e capazes de agir da mesma forma. Portanto, confinar a mulher ao espaço doméstico também é uma das formas de mantê-la longe de possíveis atos criminosos. Lombroso, especificamente sobre a mulher criminosa, classificou-as como criminosas natas, criminosas ocasionais, ofensoras histéricas, criminosas de paixão, suicidas, mulheres criminosas lunáticas, epilépticas e moralmente insanas²⁰. Ou seja, todas as condutas criminosas estavam ligadas a problemas de saúde, questão que, para ele, comprovaria a inferioridade feminina e a incapacidade de viver livremente.

Acerca desses estudos, as pesquisadoras Bárbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz afirmam que:

²⁰ Lombroso também realizou estudos com os crânios de mulheres, analisou características faciais, chegou a algumas características, dentre as quais: assimetria craniana e facial, mandíbula acentuada, dentes irregulares, clitóris pequenos e lábios vaginais grandes, estrabismo, além da sexualidade exacerbada e dotada de perversão, caracterizadas normalmente pela prática da masturbação e do lesbianismo.

A base das explicações biopsicológicas dos pensadores da virada do século XX residia na noção de uma influência dos “estados fisiológicos” pelos quais a mulher passaria nas fases da puberdade, da menstruação, da menopausa, do parto (estado puerperal) – períodos em que estaria mais propensa à prática de crimes. Durante a vigência desses fenômenos biológicos que atingem o corpo da mulher, o seu estado psicológico ficaria alterado pela irritabilidade, instabilidade e agressividade. Por isso ela estaria mais facilmente sujeitas à prática de delitos (cujas vítimas típicas seriam as crianças) como o aborto, o infanticídio, o abandono de incapaz etc., ligados a sua condição de mulher e a sua associação natural à maternidade (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 64).

Além dos fatores biológicos, as características psicológicas também eram cogitadas para explicar a natureza não criminosa da mulher, pois Lombroso e Ferrero “consideravam os principais traços da personalidade feminina: sua menor inteligência, a ausência de criatividade e seu conservadorismo, que, somados à passividade e à submissão, descartavam a mulher do mundo da delinquência” (*Ibidem*, p. 65). Só após estudos de Durkheim²¹, as reflexões sobre a criminalidade feminina passaram a considerar fatores de ordem sociológica. A natureza e as características das infrações passaram a ser analisadas levando em conta os espaços onde as mulheres estavam inseridas, ou seja, o espaço doméstico. Soares e Ilgenfritz (2002) enfatizam que, seja evocando o biologismo, o psiquismo ou o sociologismo, para justificar a sub-representação da conduta criminosa feminina nas estatísticas, estes pontos de vistas são essencialmente masculinos.

Ao ser posta na prisão, a mulher viola diversos conceitos que são impostos a ela. Sua nova condição torna-a ainda mais inferior: alguém que errou uma vez e poderá errar novamente, ou seja, é alguém que carrega o estigma²² da culpa por toda a sua vida. A mulher encarcerada contraria o comportamento pacífico que se espera dela: “estagnante como um belo lago submisso, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente” (PERROT, 1988, p. 188), nunca se espera que possam ser violentas, frias, estelionatárias ou assassinas. A concepção de mulher santa, mãe pura e imaculada, e tudo o que há de mais sagrado no imaginário masculino referente à santificação da mulher é desfeito. Uma vez quebrado esse paradigma, a mulher é merecedora de penas e castigos. O ideal de mulher já não é mais possível para aquelas que ousaram contrariar as leis e a moral vigente, logo, não é mais merecedora de

²¹ Émile Durkheim, sociólogo, psicólogo social e filósofo francês contribuiu com estudos que abordam a interação entre os indivíduos que integram a sociedade e os fatos sociais que os motivam a agir.

²² O termo estigma, conforme Goffman, teria origem na tradição clássica: “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988 p. 5). Assim, o estigma seria um meio de identificar uma pessoa, sem a necessidade de um contato mais aprofundado, visto que o estigma já o categorizaria. Neste caso referimo-nos a uma marca social imposta pela condição de condenada.

compartilhar os espaços com as demais pessoas da sociedade, o cárcere passa a ser o seu *habitat*. Já não pode mais exercer os direitos de cidadã e torna-se socialmente indesejada, invisível. Não raro, a depender do crime cometido, ela é tida como louca²³, possuída por espíritos ruins.

Contrariando esse ideal de mulher presente no imaginário social, elas sempre cometeram crimes. Praticaram e praticam diversas violências, inclusive contra outras mulheres, como no caso de Rosa, que assassinou um desafeto antigo com oito facadas. As justificativas são as mais diversas. A prática da violência coloca-as num entre-lugar: não são mais as mulheres idealizadas, tampouco são tratadas como perigosas, mas como portadores de debilidade mental ou moral, pouca inteligência e baixo potencial criminoso. Dessa forma, elas adentram em um espaço, pensado, inicialmente para os homens. Estão à margem das representações sociais sobre a feminilidade, fugindo dos estereótipos e da mulher idealizada. Para a pesquisadora Cláudia Priori,

As feminilidades são múltiplas e se manifestam, portanto, de formas diversas. A moldura de gênero é estreita demais, e muitas são as mulheres que não se encaixam nesse molde discursivo e normalizado. A omissão das feministas ao estudo da violência feminina e a resistência à desnaturalização dos discursos de que as mulheres não são violentas, privilegiando apenas os estudos de vitimização das mulheres e da eterna opressão masculina, parecem segundo Elizabeth Badinter (2005) terem dado um rumo equivocado aos destinos das lutas feministas (PRIORI, 2013, p. 432).

Deixar de ver que as mulheres também podem ser tão violentas quanto os homens, e acreditar que quando elas o são, é uma forma de revidar a violência já recebida, é cair no dualismo de que as mulheres são dóceis e pacíficas e os homens são fortes e ativos (*Ibidem*, p. 423), reproduzindo o discurso ditado desde o princípio da civilização. Ao contrariar as normas e expectativas para o comportamento feminino, essas mulheres são postas longe do convívio social, são encarceradas, conforme determinam as leis da sociedade em que estão. Uma vez na situação de encarceradas, a sociedade também tira delas a possibilidade de se integrarem para que possam cumprir com os papéis esperados. Nas palavras de Michelle Perrot, “as mulheres encarceradas são as mais abandonadas, as mais marginalizadas de todas, como se o pior nelas fosse a contravenção à norma do feminino” (PERROT, 2013, p. 165). O testemunho de Vanuza, ao declarar que “Nem minha mãe, nem meu irmão, num vem ninguém me visitá”, é

²³ Segundo Michelle Perrot, a loucura era utilizada para justificar os crimes das mulheres: “No que concerne à saúde das mulheres, eu poderia ter falado da loucura, que por muito tempo lhe foi atribuída como simétrico da violência para os homens: as mulheres são loucas e os homens criminosos. O que é uma forma de reduzir a mulher a seu corpo e à sua suposta irresponsabilidade” (PERROT, 2013, p.165).

uma marca do abandono e marginalização pelos quais passam a mulher encarcerada. Enquanto que, aos domingos, na prisão masculina, há 50, 60 visitantes, na PFRBR, geralmente o número de visitantes, não passa de 20, sendo que o número de internos é semelhante ao número de internas.

As prisões, como se sabe, não cumprem sua função de ressocializar, e ainda, segundo Foucault (1987), encarregam-se de transformar os corpos dos apenados em “corpos dóceis”, obedientes às normas da instituição. A condição de subalternidade dessas mulheres também é evidenciada quando, após a prisão, elas são abandonadas por seus companheiros e em diversas vezes pelos seus familiares. Suas vozes não conseguem chegar para além dos muros. O novo papel social, o de encarcerada, não é aceito nem pela sociedade que a produziu e nem pelos familiares que são seus consanguíneos.

As constantes mudanças, as incertezas e efemeridades das ideias e das coisas são características dos dias atuais; a velocidade pós-moderna²⁴ é marca do nosso tempo. Essa realidade torna a todos seres completamente mutantes e adaptáveis aos espaços necessários para a sobrevivência. Manter uma identidade própria diante de um contexto de globalização e de uma cultura homogeneizante é um desafio constante, que se torna ainda mais difícil quando se está privado de liberdade, em situação de cárcere, longe de tudo o que lhe é familiar.

Além dos diversos males decorrentes do encarceramento, a privação da liberdade provoca a angústia de acharem esquecidas e, nesse sentido, as lembranças preservadas na memória convertem-se em bens importantes e necessários. Por meio delas ainda se pode preservar um pouco de si, imersas em um espaço onde a individualidade é rara. Rememorar, falar de si, contar a sua história, estando em uma situação de prisão, às margens, excluída e apropriar-se do direito à fala é um ato de coragem e de rebeldia. Para Achugar, essa manifestação é apenas um fragmento, “Outra coisa não pode elaborar aqueles que falam da periferia ou desse lugar que alguns entendem como espaço de carência” (2006, p. 14). É desse espaço que a mulher marginal elabora a sua narrativa, manifesta-se por meio de um balbúcio.

Para as mulheres, a vida no cárcere e o espaço prisional são ainda mais penosos, afinal, esses ambientes não foram pensados para elas. Ali se encontram, em sua maioria, mulheres negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, de todas as idades e que não

²⁴ Jean-François Lyotard, em sua obra intitulada *O Pós-Moderno* (1986), aborda o conceito de pós-modernidade, que para ele está marcada pela incredulidade diante dos discursos, que, se pretendem atemporais e universalizantes. A ideia de verdade é constantemente reformulada, e seria o resultado da vitória do discurso que melhor convence. Para ele o saber estaria marcado pela dúvida, desconfiança, pela desconstrução, e dessa forma constantemente questionado.

aceitaram desempenhar os papéis que a sociedade já havia estabelecido. A mulher, tantas vezes excluída da história²⁵, uma vez privada de sua liberdade, é mais uma vez posta em esquecimento. Ao fazer uso da palavra e apropriar-se da força da linguagem, falando de si e compartilhando suas experiências, essas mulheres elaboram o seu balbúcio, produzem o seu discurso, a partir das celas da prisão, e “compartilham a experiência da ferida ou da humilhação ou do desprezo” (ACHUGAR, 2006, p. 14). É através do poder de suas vozes, nas narrativas orais, que elas reivindicam o direito à fala.

Os relatos memorialísticos de mulheres em situação de prisão não podem ser analisados fora de seu contexto, visto que a condição de prisão, conquanto seja temporária, tem as suas peculiaridades. Conforme estudos²⁶ acerca dos ambientes prisionais, podemos afirmar que esses espaços possuem influência direta na vida das apenadas, como também na maneira de narrarem suas histórias de vida. A história de Vanuza mostra-nos um pouco das muitas histórias de mulheres vítimas da violência, da pobreza e da exclusão, desde muito cedo conheceu a violência: “o meu pai quando ele tomava uma pinga, a vida dele era xingá a gente, então, assim, [...] era bem difícil assim a gente pará pra conversar era mais, quando ele queria pegá pa batê memo[...]” (Vanuza, 2014). Uma trajetória cheia de idas e vindas, deslocamentos em busca de dias melhores. Entre as muitas viagens, uma delas a trouxe para o cárcere, para a margem da margem²⁷.

As prisões femininas cada dia estão mais superlotadas de mulheres mães, madrastas ou mocinhas sonhadoras que se perderam na ilusão do lucro fácil e no desejo de consumir a qualquer custo, para fazerem parte de um mundo vendido pelas novelas e comerciais midiáticos. Algumas mulheres presas, entretanto, encontram-se encarceradas devido a situações de violência, de tentativas de saírem de um cenário opressor. Embora muitas vezes tenham escolhido caminhos ilícitos, aquelas que são vítimas da violência aprendem com ela e, por sua vez, tornam-se também praticante dela. A convivência nestes espaços torna-se um desafio, a narradora Flora relata:

[...]faço de tudo pra me dá bem cum as pessoas, principalmente nesse lugar aqui que é difícil a convivência, **mas** todo mundo gosta de mim pelo que eu sei, gostam de

²⁵ Michele Perrot, ao falar sobre a relação da história com as mulheres afirma que “Da história, muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 1988, p.185), pois a história foi escrita por homens e eles escrevem a história no masculino, e quando falam das mulheres, estas, aparecem como “meras coadjuvantes”.

²⁶ GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963, pp. 11-48.

²⁷ Para Achugar, a margem a equivale a periferia, lugar no qual “não há linguagem, não há boca, não há discurso”(p.78) é na margem em que estão os subalternos e excluídos, lugar de carência. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

mim dentro das celas também, que são muitas pessoas, são dezesseis pessoas lá dentro, cada uma pensa de uma maneira diferente lá dentro, mais tem as briguinha, **mas** depois tudo fica bem lá dentro (FLORA, 2014, grifo nosso).

Utilizando a conjunção adversativa “mas”, a entrevistada demonstra a insegurança, a falta de certeza, sugere que quer acreditar em suas próprias palavras, afirmando que a convivência dentro das celas não é harmoniosa e exige esforço para que as brigas sejam superadas. A prisão torna-se, para estas mulheres, o espaço fronteiro entre a liberdade e a clausura. Um espaço de passagem, de um mundo a outro. Uma fronteira viva que delimita a partir dos altos muros, um novo e sofrido modo de viver. Nesse sentido, Palermo afirma:

La idea de frontera como separación, límite y barrera da paso a otra cuyo sema nuclear cobra valor de “pasaje”, “relación entre elementos diferentes”, puente, colocando en simetría a las culturas periféricas que, de este modo, entran en distintas formas de contacto, ya no solo en su forma dependiente²⁸ (PALERMO, 2004, p. 240).

Atrás das grades, a palavra fronteira se reveste de um novo significado, toma outros sentidos, e quem habita esse espaço fronteiro passa a comungar de seus valores e de seus dilemas. Ali está a ponte onde conflitam autonomia e a sujeição, liberdade e dependência. Espaço de diálogo e comunicação entre o estar dentro e o estar fora, “de liminalidad, lugar entre-medio, de conflicto y permanente intercambio” (*Ibidem*, p. 243), em que é possível refletir o que se deseja para o futuro: cenário para uma luta interior entre o lícito, o ilícito e o entre-lugar na sociedade.

O silêncio e a invisibilidade poderiam ser as palavras que melhor representariam a história da mulher no decorrer de muitos séculos. Michele Perrot afirma que “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989, p. 9), pois a narrativa histórica põe mais ênfase em espaços pouco ocupados por mulheres, e quando aparecem são apenas como meras alegorias. No cenário político ou entre conflitos e batalhas, não há espaço para mulheres. Quando se fala da presença das mulheres, elas

se inserem como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e a condição do marido. [...] quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando os seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarra contra os comerciantes, ou contras proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas (*Ibidem*, p. 10).

²⁸ A ideia de fronteira como separação, limite e barreira dá lugar a outra, cujo valor principal é o de “passagem”, “relação entre os diferentes elementos”, ponte, colocando em simetria com as culturas periféricas, que dessa forma, entram em contato de diferentes maneiras, e não apenas na sua forma dependente (tradução nossa).

Este tratamento ofensivo à mulher, que perpassa a história, é fruto das diversas concepções deturpadas que ainda nos dias atuais são utilizadas para justificar as injustiças e violências. A exclusão da mulher pode ser percebida nos diversos setores da sociedade, são esquecidas entre panelas, vassouras e fraldas. Também na literatura, esta invisibilidade se faz presente, segundo a pesquisadora Rita Terezinha Schmidt,

As razões determinantes para esse “esquecimento” são complexas e remetem à própria concepção de criatividade postulada pela ideologia patriarcal e generalizada sob a forma de uma premissa básica, a de que os homens criam e as mulheres simplesmente procriam. A nossa criação estética, de base europeia, tradicionalmente definiu a criação artística como um dom essencialmente masculino. Tal qual Deus Pai criou o mundo e o nomeou pelo poder do verbo, o artista sempre foi visto em um papel análogo ao papel divino, sendo, portanto, considerado um progenitor do texto, um patriarca estético. Excluída da órbita da criação, coube à mulher um papel secundário da reprodução (SCHIMIDT, 1995, p. 184).

Para a mulher, resta ser representada como alguém que não é capaz de criar, ou de fazer algo tão bem quanto um homem. A sua importância foi severamente diminuída, de tal forma que ela não é estimulada a desenvolver os seus potenciais e inclinações estéticas. Ao nos reportar ao fazer literário feminino, nota-se que a escrita feminina sempre foi tida como menos importante, e por tratar de assuntos banais, sua criação é desvalorizada e classificada como pouco relevante (NAVARRO, 1995, p.11).

Ao colocarem as mulheres como musas, fonte de inspiração para a criação, em especial, no século XIX, os escritores, automaticamente tiravam-lhes o poder de criar. Nesse sentido, as escritoras tiveram que enfrentar diversos desafios para assegurarem o papel de autoras, e a autoridade de representarem, por meio da escrita, as mais diversas realidades (SCHIMIDT, 1995). A escrita feminina que, até então, era vista conforme as representações sociais do feminino, feitas pelos homens e relacionada à passividade e à submissão, começa a conquistar o seu lugar na literatura, depois de muitas batalhas, quando suas personagens começam a falar, quebrando tabus e preconceitos. A voz feminina na literatura, portanto, também luta para sair do mutismo.

Na passagem destes séculos, a história pouco mudou. Para muitos homens, posicionar-se ao lado da imagem de uma bela mulher, com joias e vestida com roupas caras, ainda é demonstração de poder e de prestígio social, o que nos revela o quão pouco amadurecemos desde “as Franças” do século passado até os dias atuais. Desde sempre só há um espaço para elas: o espaço da subalternidade.

A crítica e teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), utiliza o termo “subalterno” referindo-se a grupos marginalizados, que, por força de

sua condição social, não possuem voz, ou representatividade e permanecem fora do contexto de globalização, sustentando que a condição do subalterno é a do silêncio, e por isso necessita de alguém que fale por ele, pois “subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é” (SPIVAK, 2010, p. 275). A realidade indiana que cerca Spivak é a de mulheres completamente posta à margem, subalternas. Em um contexto de dominação colonial e masculina, onde elas não têm história, não podem pensar ou muito menos falar. Nasceram e morrem, vivendo na invisibilidade das sombras. As mulheres subalternas de Spivak não falam, não balbuciam.

Para o ensaísta e crítico uruguaio Hugo Achugar (2006), o subalterno é o sujeito periférico e marginalizado, que tem a sua fala abafada e que, quando verbalizada, sai em forma de um balbucio. Essa minoria que teima em balbuciar se torna subjugada e subvertida, e, compreender o lugar a partir de onde esse balbucio é construído, é tão necessário quanto compreender essa experiência subalterna. O balbucio é a forma de diferenciar-se do “centro”, e ele só será ouvido, quando for reivindicado como um orgulho e manifestação da diferença. Achugar considera o subalterno como os planetas sem boca de Lacan²⁹, que não falam, não ouvem e não enxergam, não possuem valor algum, e por esse motivo devem ser ignorados. A condição periférica desse indivíduo é parte integrante de sua existência, e ouvir o grito do silêncio, o balbucio produzido por ele é condição básica para compreender a questão de marginalização onde é colocada a cultura latino-americana. O Subalterno de Achugar, nesse ponto, difere do subalterno de Spivak, “que não fala, que é falado pelos outros”. Para Achugar, esses subalternos estão em um tempo que não é o deles (anacronismo), e em um lugar que não é o deles. Excluídos, longe dos “grandes centros culturais”, recebem apenas os restos, e são condenados a reproduzirem cópias de seus colonizadores. É urgente quebrar esse ciclo, vencer a indiferença com a qual as produções locais são vistas, valorizar o próprio e não apenas o alheio, que reproduz o discurso que domina e exclui. Segundo o crítico uruguaio, a memória, a posicionalidade, a localização daquele que balbucia, resulta na construção da sua identidade individual bem como na construção do seu discurso, dessa forma, “O sujeito social pensa, ou reproduz conhecimento, a partir de sua ‘história local’, ou seja, a partir do modo que ‘lê’ ou ‘vive’ a ‘história local’, em virtude de suas obsessões e do horizonte ideológico

²⁹ Para Lacan, as feras quando aprisionadas, com o passar do tempo passam a ter um comportamento definido por seu alçoz, fazendo aquilo que se esperam delas: não rugem, calam-se e ficam tranquilas, assim como os planetas sem boca, que ficam à mercê da gravitação do universo, sem desejos e desprovidos de qualquer expressão. Mais sobre esse assunto, ver: *O Seminário – Livro 2 - O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

em que está situado” (ACHUGAR, 2006, p. 29). Por isso ressaltamos a importância de ouvir e analisar as narrativas por detrás das grades, considerando a história local de cada narradora.

Na história de Vanuza, por exemplo, há o episódio em que ela foi violentada por dois homens indígenas e preferiu sair de casa, sem rumo. Ao contar para a família sobre o fato, ao expor o seu sofrimento decorrente da brutalidade da qual foi vítima, sua voz foi ignorada, tal qual um planeta sem boca, que já não tem mais desejos, à mercê da gravidade. Mesmo diante do seu balbucio, ninguém deu-lhe crédito: “eu falava pro meu pai e ele não acreditava, pensava que a culpa era minha, aí eu saí da escola, e fui embora pro mundo, aí voltei depois de grande”. A narradora Tereza passou por uma violência semelhante:

[...] aí entre isso veio o padastro, sofrimento, até houve uma tentativa de abuso por parte do padastro com uns onze ano de idade. Aí dessas época em diante, eu já me via uma pessoa assim a começá vivê revoltada pelo mundo, porque minha mãe por tê filhos preferiu ficá com o marido (TEREZA, 2014).

Assim, as falas de Vanuza e Tereza não conseguem ser ouvidas, suas palavras não alcançam eco, são desprovidas de qualquer valor. Mesmo que falem, ninguém as ouve. O lugar de onde se exprimem é o de meninas pobres em meio a famílias com pouquíssima instrução e interesse com o que se passa com elas. A construção do discurso, nesse momento, se dá em meio a um episódio traumático, violento, que lhes marcou para sempre; influenciando na formação de suas identidades e nas escolhas de seus atos.

A voz que traz à luz as memórias esquecidas é a voz que por muito tempo foi silenciada, subalternizada, impedida de falar. Para Nolasco, “as memórias subalternas trabalham no sentido de apagar qualquer traço, qualquer símbolo, que teima em resistir ao tempo e representá-las ao outro” (2013, p. 137). Nesse sentido, é possível manter, ainda que reprimidas, outras memórias e histórias. Assim, “as narrativas não nascem apenas dos esquecimentos arquivados na consciência subalterna, como também das memórias outras, enterradas vivas. Sempre-vivas, sempre-mortas, as memórias subalternas exumam sua sobrevida” (NOLASCO, 2013, p. 137-138). Essas memórias podem, a qualquer momento, irromper em novas histórias, em novas vozes, esperando apenas o espaço necessário para serem ouvidas, para sobreviverem, como afirma Nolasco,

As memórias subalternas não nascem, nem morrem; elas *sobrevivem*. Daí elas se encontram numa condição de des-conhecimento permanente no presente futuro. É a tarja imperial, a campa moderna, que precisam ser retiradas de cima do corpo enterrado vivo para que as memórias sejam des-cobertas, revelando ao outro suas histórias locais esquecidas (NOLASCO, 2013, p.140).

A condição de subalternidade confere a essas memórias o poder de estarem presentes e ausentes ao mesmo tempo, embora esteja a maior parte do tempo no esquecimento, sabemos que elas estão lá.

Ao refletir sobre as memórias subalternas na região *fronteriza*, Nolasco conclui que “todas as famílias, todos os povos, todos os lugares, todas as fronteiras, inventam suas memórias de vida, suas memórias de morte, suas memórias de sobrevivência” (2013, p. 142). Nesta esteira, é possível concluir que as mulheres em situação de prisão, também, ao narrarem suas histórias de vida, constroem para elas suas memórias e, dessa forma, as narradoras, ao contarem suas desventuras, correm atrás de seus arquivos, de suas lembranças, que ficaram guardadas em algum canto do seu passado. Narrando, constroem um sentido possível para si.

Refletir sobre as memórias e narrativas das mulheres em situação de prisão conduz a uma reflexão mais profunda:

O estudo crítico das memórias outras, da perspectiva da subalternidade, permite reverter a situação vivida dos sujeitos subalternos e, por conseguinte, seu lugar dentro da discussão crítica contemporânea. Permite, por conseguinte, teorizar a importância da cultura, das memórias e das sensibilidades dos sujeitos subalternos para e no mundo moderno, revertendo, inclusive, seu posicionamento dentro desse projeto (*Ibidem*, p. 153).

A memória, não importando sua origem, é capaz de exumar qualquer impressão, basta que ela seja estimulada. Embora possa não ter uma história ou uma longa tradição, ela sobrevive em meio aos esquecimentos. Mesmo silenciada, ou enterrada viva, mantida atrás das grades, caladas por força da lei, basta apenas ser descoberta para vir à tona em forma de diversas narrativas orais ou escritas, o que faz repensar o lugar dessas pessoas, nessa perspectiva.

O testemunho é um dos principais objetos para a reflexão crítica, e exerce atração, não apenas por sua dimensão literária, mas também pelo fato de que a leitura ou a escuta de um testemunho possibilita ao leitor o encontro com o “sublime suavizado: a zona intermediária em que o literário rompe-se em algo mais que, não é tanto o real, quanto a sua possibilidade inesperada” (MOREIRAS, 2001, p. 254). Essa possibilidade coloca o leitor/ouvinte em contato direto com o âmago da experiência testemunhal. Ter acesso a esse centro, encontrar e conhecer o mais verídico possível e se deparar com a essência do relato é o que atrai o leitor/ouvinte. Ainda que os relatos testemunhais muitas vezes introduzam vozes subalternas e oprimidas, eles importam por sinalizar uma nova forma discursiva para sujeitos alternativos de enunciação, contribuindo com a política identitária latino-americana. Os sujeitos

testemunhais apontam para si, como vozes a serem ouvidas, carentes de atenção, e para o seu testemunho como denúncia a ser propagada.

1.3 O silêncio da testemunha e a arte de recontar-se: fragmentos da memória

Para iniciar esta reflexão, comecemos com o sentido que daremos à palavra testemunha. Em latim, ela possui dois significados: *testis* ou aquele que se põe como terceira pessoa, que, entre duas pessoas, se coloca como conciliador, e *superstes* ou aquele que passou por uma experiência e pode falar sobre ela, testemunhá-la (VECCHI, 2001, p. 78). Há também relações com a palavra memória, em grego, testemunha passa a significar *martis*, da qual deriva *martirium*: a morte dos cristãos que testemunhavam a fé em Cristo. *Martis* também se relacionam com o mesmo verbo para recordar. Logo, semanticamente, podemos afirmar que a testemunha é o sobrevivente que recorda (*Ibidem*, p.78). As narrativas testemunhais ganharam um espaço significativo depois da Segunda Guerra Mundial. Por meio delas, a testemunha é revestida de autoridade para narrar o que viveu. É aquela que passou pela história como parte e centro dela, e, dessa forma, Vecchi aponta para a condição moderna da perda da distância entre a testemunha e o evento que dela fez parte. Um está vivamente entranhado no outro (2001, p.76). Só não pode testemunhar aquele que não conheceu, não participou da experiência no passado. Por outro lado, também não testemunha aquele que se emudece perante a barbárie, onde a brutalidade é tamanha e as palavras não são suficientes para representar a realidade vivida, como nos afirma Primo Levi:

Então pela primeira vez apercebemo-nos de que à nossa língua faltam as palavras para expressar esta ofensa: a demolição de um homem. Em uma fração de segundo, com intuição quase profética, a realidade se revelou para nós: chegamos ao fundo (LEVI, 1998, p. 23).

O silêncio diante da contemplação do sofrimento é a imagem mais eloquente, mais fértil, e que grita tão alto quanto o próprio testemunho. Fragilizada em sua angústia, Vanuza confia: “O quê que aconteceu? Comecei a me prostituí, sabe? Pra tentá dá o que eles precisavam, porque eu não queria que eles passasse o que eu passei [...]” [choro]. A narradora Sandra também partilha o sofrimento ao ter o filho tirado de seus braços:

[...] eu algemada sem podê fazê nada e o nenenzinho me chamando, o maiorzinho, o João Guilherme: “Mãe, mãe!” E eu sem podê fazê nada, vi meus filho indo pra doação. Naquele momento eu num pude fazê nada, entrei pra dentro desse presídio revoltada, revoltada (SANDRA, 2014).

Sandra relata uma das maiores dores que uma mãe pode sentir, que é a da perda do seu filho, assim como o sentimento de impotência diante de tal fato. É a expressão viva daquilo que Primo Levi também foi vítima: chegar ao fundo. Sandra chega ao mais profundo sofrimento. Da mesma forma que, para Luísa, a descoberta do vírus HIV foi um dos pontos mais cruciais de sua história:

E aquilo ali pra mim eu sabia só que eu ia morrê, eu num quiria acreditá no que ela tava falando, nisso eu comecei a gritá, gritá, me batê, dava murro na minha barriga, porque eu quiria morre naquele momento, eu começava a gritá, gritá, a me arranhá e me dá soco (LUÍSA, 2014).

Testemunhar o sofrimento é o que Vanuza, Sandra e Luísa, como as outras narradoras, fazem quando decidem partilhar suas histórias e memórias, assim, reúnem em suas narrativas as lembranças mais árduas e que não foram perdidas. A memória, que pode ser considerada como “uma síntese fragmentária, uma colagem de cacos do ocorrido” (VECCHI, 2001, p. 86), põe-se em diálogo com o esquecimento, reelaborando o passado que será testemunhado.

No decorrer da história, várias são as definições sobre a memória. O mito grego conta sobre as águas da fonte da memória, Mnemósina – a mãe das musas, que eram responsáveis por fazer lembrar, manter as lembranças daqueles que a bebessem. Em todos os tempos e lugares e nas mais diversas culturas, o hábito de narrar histórias sempre se fez presente. Sejam histórias imaginadas ou reais. Passadas de geração em geração, o poder de interpretar narrativas seduz a todos. Muitas vezes com o intuito de ensinar uma lição, de mostrar uma verdade ou para simplesmente passar o tempo, esse ato de contar e de materializar as imagens por meio da voz é um ritual que sobrevive ao tempo, mesmo em meio à tecnologia e às suas descobertas fantásticas. Narrar, seja a dureza da vida ou as histórias do mundo maravilhoso, será sempre necessário. Narrar é o combustível da memória.

Sobre o ato de recordar, o professor e pesquisador Paulo Bungart Neto (2014), em sua obra *Augusto Meyer Proustiano: a reinvenção memorialística do eu*, traz presente a concepção de Santo Agostinho ao considerar que a memória é a narrativa das imagens como elas foram gravadas, não necessariamente como o fato ocorreu:

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios. Por conseguinte a minha infância que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna um objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda

está na minha memória (SANTO AGOSTINHO, 1987, p. 220, *apud* BUNGART NETO, 2014, p.52).

Para o filósofo, a memória se encarrega de trazer presente aquilo que está distante temporalmente. As lembranças, ao serem evocadas, se personificam por meio das imagens, passadas pelos sentidos e guardadas na memória. Os fatos acontecidos, mesmo estando longe no tempo, podem se fazer presentes, sempre que evocados.

Ao rememorar, as mulheres em situação de prisão percorrem o caminho do lembrar, compreender e perdoar. Elas enveredam por uma narrativa memorialística, realizada por quem aceita visitar o seu passado, ressignificar a sua história e a de seus pares, como afirma Viana:

Importância da experiência pessoal e oportunidade de oferecê-la ao outro até o estabelecimento de uma relação pactual, num acordo tácito de um eu autorizado pelo próprio sujeito da enunciação e que toma para si sua vivência passada (VIANA, 1993, p.16).

Paul Ricouer (2007), um dos teóricos mais significativos para a compreensão do processo memorialístico, afirma que “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”. Em seguida, destaca que:

[...] “rememoração” [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância (RICOEUR, 2007, p. 40).

É por meio da memória que podemos afirmar que algo aconteceu, ou fez parte do nosso passado. O fato acontecido, de alguma forma, ficou registrado em nosso cérebro. Encontramos esse fato ao visitar o passado, que está distante temporalmente do presente. Esse encontro acontece entre a pessoa que vive no presente com a imagem que ficou guardada na memória do passado. A partilha do encontro com o passado, por meio das narrativas memorialísticas, estabelecido pelas mulheres presas, são vozes que se levantam em meio à condição de encarceradas. São vozes sufocadas que empenham-se em serem ouvidas.

Ao nos determos sobre a narrativa de Flora, miramos, juntamente com ela, sua trajetória, e a história de muitas crianças que sofrem abusos dentro de seus lares. Antes de chegar à prisão, Flora trilhou um longo caminho. Desde a sua infância, a dor e o sofrimento se fizeram presente. Ela relata:

depois que eu perdi o meu pai, fiquei moranu cum a minha mãe, a minha mãe estava grávida de oito meses do meu irmão, aí minha mãe lutô muito pra sustentá eu e os meus irmão, a gente era em cuatro, né, e ela trabalhava muito, fazia faxina na casa de um, faxina na casa de otros, mas graças a Deus a minha mãe conseguiu sustentá a gente em casa, não dexô faltá as coisa em casa (FLORA, 2014).

A imagem paterna que Flora guarda em sua memória é de tempos bons: “a minha imagi da minha infância é quando meu pai era vivo, que quando ele chegava a noite em casa de viagem, e que a primera coisa que ele fazia era mi abraçá e mi bejá i intregá os doces que ele trazia pra mim”. O pai afetuoso que, ao chegar em casa de viagem, abraça e beija a filha pequena e lhe presenteia com doces, é a recordação que ainda permanece viva para a narradora:

Meu pai era motorista de ônibus da Viação Motta, ele era, intão ele viajava, ele fica dois, três dias fora, quando ele viajava eu ficava doente, minha mãe me levava no médico, médico me examinava tinha febre, mais não tinha assim garganta, nada, e ele falava que era farta de alguém, mais era falta do meu pai, meu pai chegava eu sarava da minha febre, aí ele chegava me chamando já, se eu tivesse dormindo ele me acordava pra me dá presente, trazia doce que eu gostava, intão, **meu pai era tudo mesmo pra mim**, acho que se eu tivesse meu pai hoje eu não estaria nesse lugar que eu tô hoje (*Ibidem*, grifo nosso).

A mãe, por sua vez, é a que fez todo o possível para dar sustento aos filhos, e a que permanece em função da prole: “A minha mãe vem me visitá, a minha mãe faz de tudo por mim, e quando dá assim ela vem, ela vem me visitá, ela vai vê o meu irmão na otra cidade que ta preso tambem né, e, ela não me abandona, nunca me abandono” (*Ibidem*). Demonstra uma mãe atenciosa e presente em sua vida, que nunca a abandonou, como a um irmão que também está em situação de prisão. Mais adiante, na entrevista, porém, a narradora expõe que ficou um tempo sem falar com mãe por causa de um relacionamento amoroso. Dessa forma, podemos notar que a imagem guardada por Flora é a da mãe presente que a visita na prisão, não mais a da mãe magoada.

Ao avançar em suas memórias, relata um episódio de violência familiar que marcou para sempre a sua vida:

[...] eu tenho um acontecimento que é, aconteceu comigo que até hoje eu não esqueço, inclusive assim, é cum primo meu assim, eu sei que é errado falá isso, mais eu tenho muita muita raiva, mágoa dele, porque ele tento me violentá, só tava eu em casa e ele chegô, ele já era casado, ele me puchô pó quarto e ele quiria me istuprá, eu consegui escapá e sai correndo, chorando. [...] Eu tinha uns onze anos. Aí eu cheguei im casa, contei pó meu avô o que ele tinha tentado fazê comigo, o meu avô foi lá, chego lá não encontrô mais ele, e agora, inclusive ele mora em xxxx, diz que meu primo ta doente, deu derrame nele, tá lá morre num morre, foi isso que aconteceu (FLORA, 2014).

Embora tenha sofrido violência por parte de um familiar, ela se desculpa por sentir raiva do seu algoz, porque acredita que “é errado sentir raiva ou mágoa”, mesmo que tenha sido a vítima, aos onze anos de idade. Após a violência, que não foi denunciada ao poder policial, ainda teve que conviver com o parente próximo:

Aí ele chegava e eu saía de perto, inclusive ele ia lá na minha casa em Dourados, cum a minha prima levá ela às vezes, ele descia, ele chegava, ele sentava lá, e, eu saía de perto. Ele ficô muito doente também, daí a minha tia me pediu pra ir lá vê ele, eu não fui vê ele, não quis ir vê ele. Ele tá lá, tá vegetando lá na cama, usando fralda essas coisa (*Ibidem*).

Ainda nos dias atuais, o drama sofrido por Flora continua presente em sua memória, uma memória ferida, que não permite o esquecimento, assim como também não permite o perdão. O desprezo ao seu agressor é a forma com que ela encontra para conviver com a lembrança. Acerca do dever de não esquecer, Paul Ricoeur considera que “o dever da memória é, muitas vezes, uma reivindicação de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (RICOEUR, 2003, p.6). Podemos notar traços de ressentimento ao falar do casamento precoce aos 14 anos com um rapaz de 23. Sendo que, para estar próxima de seu futuro marido, teve que enfrentar os seus familiares, contrários ao relacionamento, devido à diferença de idades. A fuga foi a maneira encontrada para ficarem juntos, fato que custou muito sofrimento, uma vez que a sua mãe deixou de falar com ela até o nascimento do neto, anos depois. Para que Flora pudesse casar-se, ela contou com a ajuda de uma prima para fugir, pois, para se verem, os encontros eram clandestinos. Sobre a vida conjugal, ela relata:

O casamento foi muito bom no começo, né? E, eu era novinha, ele era uma pessoa já mais de idade, muito ciumento, assim, ele era doente, às vezes ele saía pra o serviço à noite, tinha que trabalhá, ele me colocava dentro da viatura e me levava pra não me dexá, que ele era muito possessivo, o ciúme dele, ele era muito doente mesmo [...] ele não agredia não, mais o problema era esse, o ciúme dele, não me dexá em casa porque eu era nova, medo deu aprontá decerto, aí eu ia com ele, ficava a noite inteira lá com ele no outro dia vinha embora [...] além dele sê policial ele bibia muito, muito, muito, muito, aí foi ficando mais ciumento, mais ciumento, chegava em casa assim vê coisa, vê, vê homi, vê as coisa, num guentei e fugi, fui embora pra casa da minha mãe (FLORA, 2014).

Os ciúmes do marido e a violência que sofria dentro do espaço doméstico fizeram com que Flora, novamente, procurasse a fuga como saída para a sua situação de sofrimento, colocando um final ao casamento. A presença materna surge como um porto seguro, onde ela

teria abrigo. Após o término do seu casamento, outros amores apareceram na vida de Flora, e se tornaram os pais de seus outros três filhos. Foram relacionamentos também marcados pela violência psicológica e que não deram certo, uma vez que eles eram usuários de entorpecentes e constantemente estavam presos. Essa realidade fez com que ela criasse os filhos sozinha. Estar em situação de cárcere devido ao tráfico de drogas, da mesma forma que os seus ex-companheiros, leva a narradora a rememorar o seu passado com outro olhar. Para Eclea Bosi, a memória possui um caráter mutante, ao afirmar que:

A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na nossa infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

O presente, o momento da lembrança, implica a maneira como o fato acontecido é recordado, as inúmeras experiências vivenciadas após o fato rememorado serão determinantes na maneira de recordar, pois “já não somos os mesmos”. A narrativa, nesse sentido, é um reflexo do seu meio social, permeada por diversas vozes, que ajudam a compor o seu relato.

Estudos de Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da tradição da sociologia francesa, defendem a ideia de memória coletiva, que se forma a partir de influências do meio social ao qual o indivíduo está inserido; estes estudos não se detêm apenas na memória em si, como também nos quadros sociais da memória. As experiências do passado são reconstruídas com as imagens que temos hoje. Para Halbwachs, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, aquela criada a partir das relações sociais e do reconhecimento do que cada indivíduo faz dessas relações. Nesse sentido, a memória narrada possui suas bases no meio social, no qual ela está inserida, ou seja, a coletividade contribui com os alicerces para que essa memória não se perca.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso [...] a sucessão de lembranças [...] explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos (HALBWACHS, 1990, p. 77).

Portanto, segundo Halbwachs, as nossas lembranças dependem das pessoas e do meio que nos cercam. Elas surgem a partir das relações que são estabelecidas com o entorno. Em nosso caso, em que analisamos uma narrativa oral, a memória, que é viva e dinâmica, se articula na narrativa conforme a vontade do narrador, que imprime nela a sua marca, o seu modo de narrar. Ela se estrutura de forma artesanal, nesse sentido, Walter Benjamin afirma:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador, para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Os vestígios do narrador ficam presentes nas entrelinhas da narrativa. É o momento presente, individual para cada um, que se manifesta na narrativa. Para Flora, a privação da liberdade e a distância daqueles a quem ela ama são elementos que marcam a sua narrativa:

A gente conversa lá dentro sobre família, filhos, aí lá fora a gente conversa muito assim. Eu mesmo assim as minhas conversa é mais é filho, é neto, né? Lá de fora, porque daqui de dentro conversar[...] falá o quê daqui de dentro? E, eu[...] me dô muito bem com todo mundo, sô uma pessoa que assim, muito de boa, que respeito todo mundo, né? Pra podê sê respeitada, mais eu não tenho o que falá das minha colega não [...] Aí vai lembrando, vai dando saudade, aí vai passando, a gente fala muito à noite, aí vem o sono, a gente dorme mais rápido né? Principalmente quem tem filho né? Começa a falá e elas começa a perguntá dos meu neto, eu começo a contá o que eles fazia comigo lá fora, intão aí, vai passando né? (FLORA, 2014).

Nesse sentido, Flora se questiona “fala o quê daqui de dentro?”. A ausência da liberdade, as privações da prisão e a superlotação das celas são assuntos que a narradora prefere não mencionar. As marcas da prisão também estão presentes na narrativa de Tereza, quando fala sobre a convivência dentro da cela:

Ah, eu não tenho o que falá não, cada uma tem seu pobrema né? Todos têm a sua dificuldade, todos tem seu poblema, mais quando é na parte ali onde eu moro nenhum tenta jogá o seu poblema em cima dos otro, né? É, como tem uma que é mais ativa, ela gosta muito de brincá, de diverti as pessoas, ela esconde o seu próprio poblema pra não vê ninguém sofrendo. E a parte da mania das pessoa falá ali é um inferno eu acho que pelo poco tempo que eu passei ela é o inferno pra quem não sabe fazê a cadeia. Não existe pessoas boas? Existe. Porque aqui eu cheguei cu'uma mão na frente e outra atrás, **uma me dava cigarro, otra me ajudava em otra coisa, uma me ensino a fazê o crochê, otra me deu a linha**, intão não tenho o que falá. Hoje o que mata aqui é só a saudade e a tristeza dos meu próprio filho, que eu não vejo há um ano. Hoje completa um ano (TEREZA, 2014, grifo nosso).

Tereza prefere falar sobre a solidariedade existente entre as mulheres no cárcere. Nesse sentido, Ricouer aponta que “as recordações são, por assim dizer, narrativas e que as narrativas são necessariamente seletivas”. O que vai ser narrado será devidamente escolhido, conforme o desejo da narradora. Entre tantos aspectos ruins, Tereza prefere selecionar os fatos positivos. Sobre esse aspecto seletivo, Zumthor (1997) também concorda que a manutenção, a transformação ou o desaparecimento de um enunciado ao longo do tempo possuem relação direta com essa característica que a memória possui. Durante a entrevista, Flora, entre lágrimas, relata como perdeu seu filho mais velho: “Eu tinha seis filhos. Três menina e três menino. Faiz três ano que eu perdi o meu filho mais velho, com trinta e um ano, mataram ele pra robá ele” (Flora, 2014). Relembrar a perda do primogênito causa a ela imensa dor, motivo pelo qual prefere não comentar os detalhes deste fato.

No processo de revisitação ao passado, é interessante notar que o período da infância, que para algumas poderá ter sido de sofrimentos, é o que elas mais sentem prazer em lembrar. Seja o pai de Flora ao trazer doces, sejam os pais de Norma junto a ela, a família reunida e as brincadeiras no sítio: “minha infância mesmo que eu guardo é da minha mãe perto de mim, do meu pai, todo mundo junto, do natal, todo mundo em casa, família inteira reunida, eu guardo lembranças boas” (Norma, 2014). Para Vanuza, são as brincadeiras de escorregar por um morro de terra com os irmãos. Para Mirtha, sua lembrança boa da infância era a casa da avó em Assunção:

Eu morava num bairro bem pobre em Assunção, e, todo mundo brincava junto, as criança, não tinha vício, não tinha drogas [voz embargada], então todo mundo brincava junto assim, brincava, e ficava brincando aquele monte de criança no bairro, intão acho que **o momento mais feliz foi naquela época**, que a família se reunia toda na casa dela no natal, semana santa, era sagrado passá com a minha avó (MIRTHA, 2014, grifo nosso).

Ser criança e sentir-se protegida por alguém, num ambiente sem vícios, sem drogas, onde a alegria e a união prevalecem certamente é o desejo de todos, e que aparecem na narrativa de Mirtha como se fossem a representação de um mundo perfeito e idealizado por ela, para onde desejaria retornar. Para Luísa, a infância é lembrada como um tempo bom. Ao lado das tristes imagens do pai, prevalecem as lembranças das brincadeiras com as irmãs:

pega-pega, né? que a gente brincava muito, pique-esconde também, tinha [...], a gente pulava muita corda, é [...], ciranda-cirandinha, essas era a brincadeira, vôlei também, bets, a gente jogava bastante bets na rua, mais essas era nossas brincadeira que a gente tinha [...] mais **era bom, era bom**, briga acho que como toda irmã briga, mais **era bom** (LUISA, 2015, grifo nosso).

Podemos notar um sentimento de melancolia em relação à infância. Ela enfatiza as repetições: “era bom”. É possível também que ela queira convencer-se de que a infância, com suas dores e alegrias, foi um tempo bom. Flora classifica a sua infância e a brincadeiras da época como um tempo bom: “Bom, era caiu no poço, ciranda-cirandinha que a gente brincava muito, e, cobra-cega, a gente brincava muito [...] Aconteciam na escola e em casa, eu, meus irmão, minhas prima. Duas prima também, a gente brincava muito disso aí. Era bom” (Flora, 2014).

As boas lembranças da infância atuam como elos que unem o passado aos dias atuais, e, estes passam lentamente atrás de grades e altas muralhas. O futuro é incerto, e o passado é uma prova de que já viveram dias bons.

_____ Capítulo II

Identidade e subalternidade: o direito à voz

*E continuamos. É tempo de muletas.
Tempo de mortos faladores
e velhas paralíticas, nostálgicas de bailado,
mas ainda é tempo de viver e contar.
Certas histórias não se perderam.*

Carlos Drummond
(1902-1987)

Neste capítulo, daremos enfoque aos processos de construção e de negociação da identidade no decorrer das narrativas. Identificamos diversas ações nos relatos que indicam a condição de subalternidade da mulher, em particular, da mulher encarcerada. No primeiro momento, refletiremos sobre questões identitárias, a importância das origens como ponto de partida para a afirmação da identidade e o contexto de encarceramento como meio social que contribuem para a composição de uma nova identidade. Nesse contexto, é impossível deixar de falar no fenômeno da prisionização, momento em que a interna começa a assimilar a cultura da prisão, os hábitos, modo de pensar e agir, de forma tal, que esses costumes passam a compor a nova identidade. A identidade de uma pessoa não é algo pronto e acabado, está em constante aperfeiçoamento, recebendo influências do espaço social no qual se desenvolve. Assim, para as entrevistadas, o espaço prisional é considerado como fator preponderante nas estruturas identitárias e nas relações sociais. Recorremos a Stuart Hall para aclarar o conceito de identidades móveis em tempos de pós-modernidade, para compreendermos melhor a condição cambiante das mulheres encarceradas.

No processo de rememoração, por meio de narrativas orais, a voz, a oralidade são as ferramentas imprescindíveis. Dessa forma, apontaremos o caráter sagrado da voz, e o poder da oralidade presente nas narrativas: o direito à fala e a ser ouvida, e, por fim, na terceira parte, discutiremos sobre as vozes à margem: dos direitos e da sociedade.

2.1 Sim, pode a subalterna falar: vozes por detrás das grades

A memória e o sentimento de identidade possuem uma estreita ligação, uma vez que ambos são construídos social e individualmente. A construção da identidade passa pela imagem que a pessoa faz de si, nas palavras que seguem:

é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Para compreendermos como as entrevistadas se percebiam, ou qual era a imagem que faziam de si, colocamos como primeira questão nas entrevistas a seguinte pergunta: “Como você gosta de se apresentar para as pessoas? Quem é a [...]? Fale sobre você”. No início, podíamos notar um certo nervosismo, afinal, era o momento em que elas olhariam para si e para suas trajetórias com o intuito de colocar em palavras as imagens guardadas na memória.

As respostas que obtivemos demonstram que, embora em situação de cárcere, onde se procura “uniformizar” a tudo e a todas, a essência da identidade pessoal é preservada, e, para isso, elas buscam referências no local de origem, que é singular a cada uma:

Meu nome é Norma , nasci em Jardim, dia 12 de maio . Minha mãe é Cristina, e meu pai é Júlio. Nasci lá, cresci até os meus 12 anos lá, aí fui mora com a minha mãe na fazenda, assentamento. Vivemos três anos nesse assentamento (NORMA, 2014).

De maneira similar a narradora Vanda se apresenta: “Meu nome é Vanda, moro em Dourados [...] Nasci em Campo Grande. Natural de Campo Grande, aí vim um tempo morá em Ponta Porã, quando meus pais ainda eram vivos, depois meus pais faleceram [...]”. Para Mirtha: “Então, eu sou a Mirtha, nasci em Assunção, no Paraguai, eu tô com trinta e quatro anos de idade, tenho três filhos, tenho duas irmãs”. Para Sandra: “meu nome é Sandra, tenho trinta e dois anos, sou natural de Cascavel/PR, e moro no Mato Grosso do Sul já tem vinte e oito anos, eu vim de lá era criança ainda, [...] o meu pai e a minha mãe me deram muita educação”.

É possível verificar, nos relatos, que a família e o local de origem aparecem com muita frequência, em concordância com o que diz Pollak (1992) sobre a construção da identidade, que está ancorada em três elementos: no sentimento de fronteiras físicas (corpo físico da pessoa ou do grupo), dentro de um determinado tempo (histórico e psicológico) e em um sentimento de ser coerente com o grupo e consigo. Pollak reflete que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). A imagem construída para si e para o grupo também passa pelo olhar que vem de fora:

A construção da identidade é um fenômeno que se reproduz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, a admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (*Ibidem*, p. 204).

Para as narradoras em situação de prisão, pessoas que possuem o estigma de terem cometido algum ilícito, a negociação da identidade é algo que pode ser feito na intenção de obterem aceitação e credibilidade: “Eu sô uma pessoa boa de coração, e faço de tudo pra me dá bem cum as pessoas, principalmente nesse lugar aqui que é difícil a convivência, mas todo mundo gosta de mim pelo que eu sei, gostam de mim dentro das celas também” (Flora, 2014).

A imagem que a narradora constrói de si é de “uma pessoa boa”. Embora tenha sido condenada pelo crime de tráfico de entorpecentes, ela não se considera uma pessoa má. Mesmo em meio a um lugar onde “é difícil a convivência”, todos gostam dela, pois é uma pessoa boa de coração e que se esforça para se dar bem com todos. Sobre o primo que tentou violentá-la, a narradora Flora revela: “Eu nunca perdoei nem tenho vontade de vê ele, inclusive até eu falava assim pra minha irmã de Nova Alvorada, se o João morrê, vocês nem me chama porque eu não vô ir, intão, pra mim ele não é nada”.

Neste excerto, Flora demonstra que, embora se considere uma pessoa “boa de coração”, não consegue perdoar o autor de um crime covarde contra si. A memória magoada pelos momentos de sofrimento não permite o perdão. Novamente há uma negociação da memória e da identidade, ao admitir a incapacidade de perdoar, pois, para muitas pessoas, crimes dessa natureza, violência sexual, são imperdoáveis. A memória e a identidade negociadas, segundo Pollak, não podem ser consideradas como a essência de um grupo ou pessoa. É possível perceber o quanto as identidades são mutáveis, tornam-se fragmentadas, assim como também mudam-se os tempos, os costumes e o que fica guardado na memória.

A fragmentação das identidades se deve às mudanças estruturais que as sociedades modernas estão sofrendo desde o final do século XX. Essa fragmentação transforma as paisagens culturais: gênero, etnias, raças, classes, sexualidade. Portanto, conceitos que antes eram sólidos e forneciam parâmetros para as pessoas já não são mais os mesmos; verdades que pareciam incontestáveis, são questionadas e até abolidas. Dessa forma, essa nova realidade contribui para o deslocamento ou descentração do sujeito, que já não tem as certezas que tinha antes sobre si. Tal descentração pode ser percebida na entrevista com Luísa. Assim ela se define:

A Luísa eu posso dizê que a Luísa [riso] é um [...] um [...] conhecida como um poquinho doidinha, porque a Luísa é muito, ela muito agitada, ela, ela fala muito, a Luísa [...]chora muito, só que a Luísa é uma pessoa do bem, a Luísa tem muitos sonhos, dexô muitas oportunidades passa, mais que pretende algum dia chegá num lugar que [...] que ela no passado queria, mas que vai consegui no futuro, a Luísa é uma pessoa [...]muito difícil de lidá, mais quem me conhece, quem convive acaba conhecendo, acaba conseguindo lidá com a Luísa, essas é a Luísa [riso] (LUÍSA, 2015).

Utilizando-se da terceira pessoa do singular, sugerindo certo distanciamento, ela fala da pretensão de “chegar num lugar”. Demonstra o desejo de buscar algo “que ficou no passado”, aparentemente algo que ainda não está claro, assim como a imagem que ela

testemunha de si: uma pessoa do bem, difícil de lidar, agitada, que chora e que ri. Luísa é uma pessoa fruto dos tempos modernos. Suas certezas são instáveis.

Esses são os tempos atuais, em que convivemos com a chamada pós-modernidade. Momento onde diversos paradigmas estão sendo repensados, questionados e até destronados. É válido refletir sobre a condição marginal da mulher prisioneira, à luz das concepções de Stuart Hall³⁰. Nestes tempos de crise, de mobilidade e descentramento do sujeito, Hall propõe a compreensão das identidades como um processo móvel, que vai se construindo à medida que encontra algo com o qual se identifica, assim:

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcentrante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

A identidade da mulher, privada de sua liberdade, sofre inúmeras mudanças: precisa se conformar com a distância da família, amigos e de relações sociais importantes para sua vida, e conformar-se com o isolamento. Tudo é mudado, desde a sua forma de se vestir, falar, se comportar e sentir. É necessário se adequar à nova realidade, seguir os padrões de comportamentos já existentes dentro da prisão. Essa atitude, visando à sobrevivência no cárcere, ocorre muitas vezes de forma inconsciente. Muitas das mulheres não percebem que estão mudando ao assimilar a cultura da prisão. Tal atitude as distancia cada vez mais da cultura da vida em liberdade e os efeitos da prisionização³¹ lhes perseguirão pela vida afora, causando danos psicológicos e sociais, inúmeros e irreparáveis. Na prisão, os mecanismos de dominação são exercidos em grau altíssimo, como destaca Bourdieu:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e portanto à dominação) [...] (BOURDIEU, 2014 p. 56).

³⁰ Mais sobre estudos sobre a crise da identidade podemos ver na obra de Stuart Hall: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

³¹ Por prisionização entende-se os valores, atitudes, bem como os costumes impostos dentro do ambiente prisional e que são aprendidos e assimilados pelos reclusos como uma forma natural de adaptação e de sobrevivência ao rígido sistema prisional, incluindo aí as formas de comer, falar, vestir-se, o que pode variar em diversos níveis, dependendo do tempo de prisão e da aceitação da pena. Essa mudança comportamental, muitas vezes, acontece de forma inconsciente. Mais sobre o tema podemos ver em BITENCOURT, C. *Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas*. São Paulo: Ed Revistas dos Tribunais LTDA, 1993.

Todos os presentes no espaço prisional, sejam mulheres ou homens encarcerados, sejam servidores, estão sujeitos aos mecanismos de dominação em suas relações dentro da prisão.

Aqueles que detêm o poder, dentro ou fora das celas, impõem a violência simbólica ou até mesmo física, a ponto de parecerem naturais, ou aceitas com normalidade pelo meio. Nesse espaço de trocas e negociações, as identidades são permanentemente desconstruídas, por que não dizer, destruídas e coladas, como cacos de uma peça que se despedaça violentamente. A identidade da mulher encarcerada nunca mais será a mesma. Nesse sentido, Bourdieu argumenta que, quando as estruturas vivenciadas sob regime de dominação são reproduzidas, elas foram intrinsecamente absorvidas pelos dominados:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento de submissão (BOURDIEU, 2014, p. 27).

Ao responderem à pergunta feita no início da entrevista, muitas delas, em meio a risos de timidez, responderam o nome, a idade, o lugar onde nasceram, o nome dos pais. A presença de suas origens, o lugar e a família de onde vieram estiveram presentes em todos os relatos. Ao rememorar fatos, bem como ao darem para si uma identidade, foi no contexto social em que elas estiveram inseridas que buscaram as suas referências e não a do contexto do cárcere. Ao selecionarem, em suas lembranças, algo que as identificasse, o grupo social foi a base para responderem a essa questão. Como afirma Henry Rousso:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. [...] a memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006, p. 94).

Para Vanuza, a sua família serve como forma de se identificar: “Ah, sempre quando me perguntam eu falo, meu nome é Vanuza nasci em Campo Grande, tenho 25 anos, minha mãe é Maria, e meu pai, José, e eu tenho 25 irmãos”. Para Norma, os pais e o lugar de nascimento são uma forma de certificar sua identidade, assim como a perda prematura da mãe: “fui mora com a minha mãe na fazenda, assentamento. Vivemos três anos nesse assentamento. Até que eu perdi ela, tinha meus quinze anos [...]”. Nenhuma narradora se apresenta pelo crime que cometeu. Todas se identificaram primeiro com uma história que

antecede a situação de prisão. No espaço do cárcere é possível encontrar muitas reflexões que são tecidas mediante a visita ao passado. Ao lançar o olhar para a sua trajetória, a narradora Sandra reflete:

E depois que eu passei a fumá, já vi que num fazia mais efeito, num tinha medo de pulcía, num tinha medo, fumava no meio da rua, eu fui uma noiada, hoje em dia eu me arrependo, hoje eu olho e não ofereço pra ninguém. E, talvez seja por isso também que eu tô neste lugar, porque muito mãe de família, muito pai né? chorô por minha causa, porque eu vendia, e quantos filhos num foram lá levá as coisa pra mim, de certo robada do pai, da mãe[...] (SANDRA, 2014).

Estar no cárcere faz com que a narradora tenha um olhar diferente para as suas práticas do passado, conduz a uma reflexão acerca das dores que já causou, das pessoas que foram prejudicadas em decorrência da venda de entorpecentes. Ela conclui: “e eu tô aqui, eu tô arrependida, não quero nunca mais voltá, nunca quero vendê droga pra ninguém, nem muito menos usá” (*Ibidem*). Rever o passado possibilita a tomada de consciência de quem ela é, de sua identidade: alguém que já causou sofrimento às pessoas, mas que se diz arrependida e não deseja reincidir os mesmos erros. A imagem criada, a partir da fala de Sandra, permite a demonstração da figura de uma pessoa que aceita estar na prisão e que aparentemente admite a culpa e o desejo de mudar suas atitudes quando estiver em liberdade. Novamente vemos, também nesse relato, uma negociação da identidade.

O processo de negociação buscando algo para identificar-se na prisão é o que garante a permanência, a salvo, nestas instituições. Embora algumas mulheres narradoras já conheçam o espaço prisional antes de fazer parte dele, por terem visitado seus familiares ou companheiros na prisão, as diferenças apresentadas serão negociadas e interiorizadas no processo de construção identitária. As relações apresentadas no novo espaço serão absorvidas de acordo com as relações já interiorizadas anteriormente à prisão. Para a narradora Rosa, estar privada de liberdade, conduz a uma consideração sobre a sua identidade e consequentemente ao duplo sentimento que tem por si:

Um dia [...] tem hora que eu deito assim e fico[...] o que que[...] eu já fiz tanta coisa, dona M, errado na minha vida, já fiz coisa boa, mais eu num sei o porquê[...] a sinhora sabe, porque[...] eu tenho assim, tipo assim[...] tem hora que eu memo olho pra mim memo, e sabe, eu num sô um pessoa[...] eu num me vejo uma pessoa ruim, sabe? Mais eu num me vejo uma pessoa boa tamém. A sinhora entendeu? Os dois lado, eu num me vejo nem muito boa, nem muito ruim, sabe? Me sabendo entendê, nói vamo longe (ROSA, 2015).

O olhar indeciso que Rosa tem sobre si, de quem ela é, revela um misto de bondade e maldade, o desejo de compreender a dualidade que convive dentro de si, assim como o desejo de saber o motivo pelo qual ela se tornou quem é hoje:

Rosa: [...] tem hora que eu fico pensando, será que foi minha culpa? Por minha causa?

E: A senhora fica se culpando?

Rosa: É. Isso. O será que foi pela minha infância? Que assim[...] o passado que, que eu tive, a infância que eu tive que me levô a, a fazê tantas coisa errada? Tipo[...] tirá uma vida. Tipo[...] não levá desaforo[...], eu num sei que[...] eu num sô daquelas que leva desaforo pra casa, entendeu? Se a pessoa mi fazê alguma coisa, eu sô daquelas que[...] cuidado! **Eu cobro**. Mais cedo ou mais tarde eu cobro. Intão, tipo assim, o quê que[...] faltô pra mim, assim, será que foi um pouco culpa da minha mãe? Será que foi modo de, de[...] de sê, de sê[...] do jeito que eu fui criada? O será que é por causa que[...], que um dia aqui, um dia lá, um dia aqui, um dia lá, um dia aqui, um dia lá eu revortei? Assim, nem eu[...] mesmo[...] **eu procuro respostas ni mim**, mais eu num[...] num[...]Num acho (ROSA, 2015, grifo nosso).

A angústia de procurar respostas e não encontrar revela a inquietude de Rosa e o desejo de se conhecer e de se compreender, a si e aos seus atos. As palavras escolhidas pelas narradoras para se representarem também participam do real, partem da realidade que estão vivendo naquele momento. Embora a escolha das palavras seja individual, elas partem de um contexto coletivo e social. Declaram-se, inclusive, merecedoras de estarem ali, mas não culpam a história que as impulsionou. A narradora Mirtha relata:

Eu acho que essa experiência que eu tive aqui nesse lugar, eu não me arrependo de tê passado por aqui, eu não me arrependo porque às vez se eu não tivesse passado por aqui, eu não estaria dando valor a maior oportunidade que Deus me deu quando me tiro do vício, porque se ele me tiro desse vício, porque eu estava consentindo de outras pessoas, incentivá outras pessoas a se destruí, então eu aprendi aqui dentro a dá valor a isso, é uma coisa que eu sei, porque eu não gostaria que meus filhos usassem drogas, então porque que eu estaria dando pro filho dos outros? Destruindo lares? Destruindo famílias? Igual destruiu a minha [Emocionada] (MIRTHA, 2014).

A afirmação da narradora Mirtha, ao partilhar que a prisão tornou-a uma pessoa melhor, reflete o pensamento de alguém que está recebendo uma punição justa pelo ilícito cometido. As palavras de Mirtha partem de um contexto social próprio do encarceramento, mas são marcadas pela sua experiência pessoal de vida.

A reflexão sobre a destruição das famílias e o uso das drogas também são ponderações sociais acerca desse tema, e que foram reproduzidas na fala da narradora. Por outro lado, é possível observar que o discurso elaborado pela entrevistada procura responder a uma expectativa social de que a prisão cumpre a sua função de “melhorar” as pessoas, ou de fazê-las refletir sobre o mal praticado e, dessa forma, provocar o arrependimento. Em diversos

relatos é possível constatar a reprodução do discurso socialmente construído de que a prisão, e os sofrimentos decorrentes dela, provocam arrependimento e o desejo de não praticarem ilícitos novamente. Arlete relata:

Aí quando foram me pegá, tô presa, eu falei: — Fazê o quê? Já fiz, minha intenção num era essa, me arrependo, mais vô fazê o quê? Aí o delegado falô pra mim: — Você premeditô: — Eu. Não senhor, jamais, nunca [...] peço a Deus pra que nunca mais aconteça isso comigo (ARLETE, 2015).

Se o arrependimento de Arlete é sincero não podemos afirmar, mas a identidade que ela constrói no cárcere certamente não fica ilesa aos fatos do passado.

2.2 O caráter sagrado da voz

De acordo com a narrativa bíblica, presente no livro de “Gênesis”, foi a partir da ordem proferida pela voz divina que tudo começou a existir. No início tudo era treva, até que Deus ordenou que houvesse luz. Então, depois de sua palavra criadora, fez-se a luz (Gen 1, 3). Antes disso, “a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas” (Gen 1,2). Havia o caos, do grego *Khaos* e quer dizer abismo, vazio, vasto, o que se abre largamente. Por meio da palavra divina, aquilo que era treva e devastação passou a ser luz, ordem e abundância.

O evangelista João inicia a sua narrativa exaltando a importância da palavra: “No princípio era o Verbo” (Jo, 1,1). É a palavra que tem força criadora e transformadora. É a voz que transforma a realidade, e, nesse sentido, usar a fala é, sem dúvida, um ato de poder. Paul Zumthor (2000), um dos mais significativos pesquisadores da cultura oral, em suas reflexões acerca da voz, tece algumas teses: a primeira delas afirma que a “voz é o lugar simbólico por excelência” que faz as articulações entre o sujeito e o objeto, e entre objetos. Ela possibilita uma relação de alteridade entre os sujeitos ao ser percebida. Conceitos elaborados por Walter Ong e Paul Zumthor, na década de 1980, ainda são indispensáveis nos dias atuais quando se fala em oralidade e em sua relação com a escrita. A partir deles outros estudos puderam ser aprimorados. Walter Ong, padre jesuíta, publicou a obra *Orality e literacy. The technologizing of the Word* (1982), em língua portuguesa ficou conhecida como *Oralidade e cultura escrita*, marcada pelos estudos sobre escrita e oralidade. Paul Zumthor, estudioso suíço, escreve duas obras que se tornarão referencial para o assunto: *Introdução à Poesia Oral* (1983) e *A Letra e*

a Voz (1984), estudos sobre oralidade e literatura, a poesia oral, a poética da voz, tendo como base a poesia medieval.

Em sua obra, Ong desenvolve os conceitos de oralidade primária e oralidade secundária. Para ele, as culturas com oralidade primária seriam aquelas que desconheciam a escrita ou impressão gráfica. Já as culturas de oralidade secundária seriam aquelas conhecedoras e dependentes da escrita para se expressarem e em que os meios tecnológicos como o rádio, telefone, televisão são os meios de comunicação oral. Preservar os conteúdos na memória, sem a ajuda do texto escrito, é um trabalho que exige bastante esforço, por isso os anciões são tão respeitados em suas comunidades, especialmente para as culturas onde predomina a oralidade primária. O armazenamento e a manutenção desses bens culturais só são possíveis quando transmitidos de geração em geração, logo, as pessoas idosas e mestres em algum ofício, detentoras das experiências de vida e dos saberes eram respeitadas e valorizadas pelo bem valioso que possuíam. Sabemos que as narrativas, ao serem recontadas, muitas vezes sofrem alterações com novos dados, outras versões, porém, preservando a essência original. Só permanece na narrativa aquilo que realmente importa, e nesse contexto, as palavras assumem significados diversos, de acordo com uma situação específica. O cenário e a conjuntura onde a palavra é dita devem sempre ser considerados. Assim:

As palavras adquirem significados somente de seu hábitat real sempre constante, que não consiste meramente, como num dicionário, em outras palavras, mas inclui também gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial em que a palavra real, falada, sempre ocorre. Os significados da palavra nascem continuamente do presente, embora os significados passados obviamente tenham moldado o significado presente em muitos e diferentes aspectos, já não reconhecidos. (ONG, 1988, p. 58).

Dessa forma, a oralidade é a responsável por manter o saber e a cultura vivos, e a cada vez que são recontados, eles se atualizam. Mesmo depois do aparecimento da escrita, a oralidade continua a ser preservada, pois a escrita não se tornou acessível a todos. A oralidade é frequente na lembrança das entrevistadas. É o caso da narradora Flora, que ao ser indagada se havia, em sua infância, a presença de algum adulto que lhe contava histórias, relata:

Lembro era minha vó, a mãe do meu pai, ela contava muita história, principalmente de noite quando a gente ia dormi, aí ela contava as história da vida dela, história da roça e a gente gostava muito de ouvi a história dela.[...] Lembro, ela contava muita história do lobisomi, que ela tinha um vizinho na época lá que ela diz que virava lobisomi, que ela conhecia e a gente ficava com medo, porque na época assim, ele ainda era vivo e ele ia lá im casa e gente corria dele (FLORA, 2014).

As lembranças da avó que contava histórias, e os “causos” ouvidos na infância, que foram transmitidos por meio da oralidade, oriundas do folclore brasileiro são recordações presentes na vida de Flora. A narradora relata ainda uma história acontecida em sua família, e que era contada várias vezes pela avó:

Tem outra história também que a minha vó contava muito pra gente, é a história que a minha avó é paraguaia, lá de Assunção, aí ela contava que na época ela tinha uns dez, onze anos que ela trabalhava na roça com minha vó, meu avô, e a minha tia era pequena, tinha uns oito meses, diz que o saci pererê lá do Paraguai carregô minha tia, e depois meu vó e o pessoal lá acharam a minha tia no mato [...] Daí diz que ela ficô uns dias gaga, não falava nada, aí depois ela voltô a fala (FLORA, 2014).

As histórias ouvidas na infância, guardadas na memória, são formas de interpretar vivências e poderão ser transmitidas aos filhos e netos de Flora, de forma que, não serão esquecidas. Ela, por sua vez, transmitiu as histórias que ouviu, não apenas narrando, mas partilhando seu tempo junto com o filho:

Ele, ele era assim um mininu muito meigo, gostava, nossa eu conversava muito com ele, contava historinha pra ele, ele dormia comigo sabe? Então, eu dava muito amor e carinho pra ele. Eu contava, assim, historinha da bíblia pra ele. Inventava também, contava história, ele gostava muito das historinha que eu contava, de noite ele já deitava do meu lado já pedia, depois eu contava a historinha, depois ele rezava pra papai do céu e ia dormi (*Ibidem*).

A presença da avó, a pessoa mais idosa, com a qual as narradoras conviveram, também pode ser percebida nas narrativas de Mirtha e Vanuza. A narradora Mirtha relata:

Mirtha: Ela contava muitas histórias. Intão ela contava várias histórias, quando ela criança, que a mãe dela era muito rígida, ela sofreu muito desde pequena, mas contava assim história de[...] minha finada bisavó contava história assim pa assustá eles, mais pa se comportá, do saci, do[...], acho que[...]

E: É verdade que no Paraguai o saci tem duas pernas?

Mirtha: Tem.

E: Conta pra mim.

Mirtha: O saci na verdade é o pombero no Paraguai.

E: Como que vocês chamam o saci?

Mirtha: O cavalo pucarê que chama no Paraguai, e, geralmente, ele aparece à noite, porque a “singueaterê” é o que aparece ao meio-dia, só que ele é um mininho loirinho. Tem vários mitos. Bastante são. Tem o curupy que é o[...], é um menino, vamo falá assim que ele é pelado, aparecia pras menina que andava ao meio-dia fora de casa, no mato.

[Risadas]

Mirtha: Tem muitas coisas legais.

E: Pode contar[...]

Mirtha: Então **ela contava muita história da vida dela**, da infância. Ela era uma pessoa que mais, que contava os causos da vida dela, que minha bisavó, quando ela era pequena, ela perdeu assim, o juízo, quando ela era pequena, por culpa de cuidá do finado pai dela também que perdeu, ela foi internada, então a minha avó foi dada

pra sê criada por otras pessoas. Ela contava as histórias mais tristes, mais como que ela foi criada, por pessoas estranhas, que naquela época era bem recente que passo uma das guerra do Paraguai, então era [...] escasso o alimento, eles acordavam três hora da manhã pra comprá carne, que naquele frio ela andava descalça, que a mulher que cuidava ela não dava nada pra ela, ela vivia bem assim no dizê no “alento”, mais sempre contô, sempre ensinô nós a trabalhá, minha mãe, minhas tias foram criadas por ela né? Porque o meu avô dexô ela cum quatro criança cedo, e, a vida dela foi bem triste [...] (MIRTHA, 2014).

As memórias narradas pela avó de Mirtha apresentam tanto a riqueza cultural, ao falar sobre as lendas e mitos paraguaios, quanto histórica, ao relembrar o modo de vida durante os períodos críticos em que o Paraguai estava em guerra. Nas memórias da infância da narradora Vanuza, a presença da avó que conta histórias sobre os costumes e as comidas típicas de sua cultura se faz presente:

Lembro. Da minha finada avó. A vida dela era contá história, de quando morava na Bahia, que é assim, a minha família é toda misturada, índio, baiano, mineiro, é uma mistura, sabe?, então, minha vó era baiana, ela sempre contava que o pai dela, das comida que ela aprendia a fazê naquelas tacha de barro, várias coisas assim, que marcô a vida dela e que ela aprendeu ela ia contando pra gente. Aí pra mim e pros meus otro irmão que ela contava (VANUZA, 2014).

É importante ressaltar que as memórias que Vanuza guarda de sua avó trazem presente a história da formação de sua família, o que ela denomina como uma mistura. Esta miscigenação de culturas comum ao povo brasileiro é bastante rica em costumes, hábitos alimentares, entre outros e foi esta riqueza de saberes que a avó de Vanuza transmitiu aos netos. Da mesma maneira, no relato de Rosa, a presença da avó indígena que lhe ensina os saberes das plantas medicinais, é marcante:

Rosa: [...] as muié que se benzia cum ela, era tipo assim, pra dor de cabeça, pra dor é [...] dor no rim, muié que dizia desregulada tamém, mulher que passo pobrema de coisa assim por dento, umas coisa lá num sei como é que ela falava, intão, ela me falava as coisa no mato, isso aqui é pra tal coisa, isso aqui é pra tal, isso aqui é pra tal coisa.

E: Ela era indígena?

Rosa: Minha vó era indígena pura, aí ela falava pra mim assim, então quando passo muita gente em casa, e eu pidi pra você um remédio, o remédio é esse [...] intão, o nome do remédio é tudo em guarani, eu num sei nenhuma em português. Ela falava esse aqui é tal, esse aqui é tal, esse aqui é tal, esse aqui é tal, aí quando chegava uma pessoa em casa assim, falava assim dona A, por isso que eu ponhei o nome da minha fia de A, dona A eu tô assim, assim, assim, ela vai lá minha fia buscá aquele remédio assim, assim e eu ia, busca pra ela, né?, aí ela fazia o benzimento dela, ela fazia o benzimento dela assim, no entardecê do sol, e, dia de sexta-fera, benzimento [incompreensível] era com ela, benzia só uma veiz e já sarava, intão minha vó era muito [...], e minha vó era partera tamém, a minha finada avó, intão [...] ela assim, eu mesma assim quando tinha alguma eu num procuro muito remédio eu tomo [...] um remédio assim pra dor de cabeça, se não tive eu procuro assim, eu vô mais nos remédio jujo sabe? Que ela me passo, que eu sei que é bom.

E: Remédio o quê?

Rosa: Remédio jujo que a gente fala.

E: Jujo?

Rosa: É. Aí a gente faz um tereré, que a gente toma muito tereré, põe no tereré ou põe no chimarrão, fai um chá né? Agripinça e tal.

E: E ela passava um raminho?

Rosa: É, ela passava um raminho na cabeça, aí tipo assim, ela dava um nozinho e jogava pra trás e num olhava, dava um nozinho, jogava pa trás e num olhava, fazia assim três veiz, aí a pessoa virava de costa, ela benzia de costa aí fala “agora cê pode i”, era, minha vó era benzedera, melhor benzedera que existia era ela e ela morreu de câncer, a minha finada vó (ROSA, 2015).

Falar da avó e das suas qualidades, do seu poder de curar por meio dos benzimentos, é motivo de orgulho para Rosa, pois a sua avó era alguém que detinha conhecimentos importantes e capazes restaurar a saúde das pessoas, fato que a torna alguém especial. Rememorar algo bom do passado dá a ela a oportunidade de trazer a avó, já falecida, para perto de si, por meio de suas lembranças.

Também na infância de Arlete a voz feminina da avó lhe contou história de fugas na guerra³²:

Arlete: Ela contô muito como que eles passava, vinha, se escondendo, veio cum bando de mulher, ela contava [...], isso aí ela contô bastante pra nós, como é que era a vida depois da fugida da guerra. Meu pai fugiu, disse que da guerra [...]. Aí ela contava que [...]quando sabia que vinha os homi pra atacá, eles curria, se escondia numa casa só, aquele bando de mulhé, e, fugia, ichi! Muito feio aquilo lá, hein?!

E: Passou necessidades?

Arlete: Hunhum. É, porque tinha que ficá escondida né? Um bando de muié, ficava tudo junta assim, se escondendo [...]

E: Dentro do Paraguai?

Arlete: É.

E: Ou aqui no Mato Grosso do Sul?

Arlete: Lá no Paraguai. Depois que eles vieram embora pra cá. Aí contava o que a mãe dela passou. A mãe dela da parte dela eu já não conheci mais, nem o pai, nem a mãe, só do [...], do finado meu pai que eu conheci, morô um tempo com nós ainda, a veia, o veio já tinha morrido também.

E: E ela contava?

Arlete: Contava, só que eu num lembro direito aquilo lá, eu era nova ainda, né? Eu num lembro direito dela, eu só lembro o que minha avó contava, meu pai também, quando tava de boa, contava, como é que ele fugiu da guerra a cavalo pelos mato. Tudo era de cavalo naquela época, meu pai dixeu que nem existia direito carro, sei lá. Sei que minha mãe acabô vindo já do Cati [...], do tal do Cativi pra cá.[...] Sofreram. Do jeito que ela conta sofreram muito viu? Ela falô que ficava dia, da quando descubria que ia pra'quele lado eles tinha que i pra otro canto. Ela falô que chegava gente batendo assim na porta, era cum arma, e, eles tinha que fugi (ARLETE, 2015).

Podemos verificar que as lendas, as comidas típicas e os costumes da época também fazem parte do repertório familiar, que, de geração em geração, são transmitidas pelo poder da oralidade. Ao falar sobre o sumiço da irmã da avó, quando criança, que foi raptada por Saci

³² É possível que a avó da entrevistada tenha se referido ao conflito armado que ficou conhecido como a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, de 1932 até 1935. Foi o maior conflito armado da América do Sul no século XX, deixando um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, sendo que a Bolívia foi derrotada e perdeu parte de seu território.

Pererê, sobre os tipos de alimentação, ou as dificuldades da vida após a guerra que dizimou o Paraguai, estas mulheres não contam apenas histórias, mas, também, reforçam as crenças e os valores que norteiam suas famílias. Pelo ouvir, a sabedoria e tradição cultural da família é assimilada, e posteriormente transmitida. A oralidade, segundo Le Goff (2003), consiste na forma como uma pessoa expressa as suas lembranças, aciona a sua capacidade psíquica para rememorar, e entrar em contato com o passado (LE GOFF, 2003).

A base da literatura oral também é a contação de histórias. Esse costume que data da pré-história tem na memória uma aliada. Os contos, fábulas, lendas, mitos ou parábolas são narrativas orais, que contaram com o auxílio da escrita, e sobreviveram ao tempo. Por meio da persistência em transmitir ensinamentos às gerações futuras, é que diversas práticas culturais resistem ao tempo. Para Luís Câmara Cascudo, a literatura oral “que seria limitada aos provérbios, adivinhações, contos, frases-feitas, orações, cantos, ampliou-se alcançando horizontes maiores. Sua característica é a persistência pela oralidade. A fé é pelo ouvir, ensinava São Paulo” (1984, p. 23). Ou seja, não é necessário ser a testemunha ocular de algo, para que se acredite que o fato aconteceu. As verdades podem ser transmitidas pela voz, a oralidade é o caminho para a propagação delas. Isto é o que podemos comprovar perante as narrativas em análise.

A literatura é o espaço privilegiado onde os grupos sociais que recebem uma valoração negativa podem ser ouvidos, se fizerem presentes e atuantes. Por meio da produção oral, estes grupos encontram na literatura uma abertura para serem representados. É o lugar para a criação, palco para encenarem as suas aspirações. Espaço para serem vistos. O silêncio, imposto por tantos segmentos, tantos preconceitos, é finalmente quebrado. Enquanto em diversos segmentos estes grupos não são ouvidos, a literatura se coloca como instrumento para ecoar suas vozes. Ao refletir sobre a representatividade dos grupos sociais marginalizados nas narrativas literárias, Regina Dalcastagne afirma que: “um dos sentidos de representar é, exatamente, falar em nome do outro. Falar por alguém é sempre um ato político, às vezes legítimo, frequentemente autoritário – e o primeiro adjetivo não exclui necessariamente o segundo” (DALCASTAGNE, 2008, p. 80).

É importante salientar que, para que um discurso seja legitimado, há sempre outros sendo abafados. Essa legitimação ocorre com aquele que é mais esclarecido, competente e até possui maior eficiência social, e aos outros, o que sobra é o silêncio: “se seu modo de falar não serve, sua experiência tampouco tem algum valor” (*Ibidem*, p.80). Para a sociedade produtora e controladora do discurso, as falas elaboradas por quem está à margem, neste caso, pelas mulheres em situação de prisão, não possuem valor e são destituídas de qualquer

serventia ou utilidade. Àquelas que não preenchem os requisitos desejados para fazer parte da sociedade não é ofertada a prerrogativa de serem ouvidas, ou seja, nas palavras de Regina Dalcastagne: “quase sempre expropriado na vida econômica e social, ao integrante do grupo subalterno lhe é roubada ainda a possibilidade de falar de si e do mundo ao seu redor” (*Ibidem*, p. 81). Assim, no universo do fazer literário, muitas vozes não são reconhecidas, embora “mesmo que outros possam ser sensíveis a seus problemas e solidários, nunca viverão as mesmas experiências de vida e, portanto, enxergarão o mundo social a partir de uma perspectiva diferente” (DALCASTAGNE, 2008, p. 81). Esse esforço de “falar por” não é o mesmo que “deixar falar”. Mesmo que se “fale por”, a voz que será ouvida não será a voz do grupo subalterno, mas a voz do mediador.

Paul Zumthor defende que a voz é a própria realidade, e não uma representação dela: “a voz não tem espelho. Narciso se vê na fonte. Se ele ouve sua voz, isto não é absolutamente um reflexo, mas a própria realidade” (ZUMTHOR, 2001, p. 98). Por meio dela se ouve a música, a poesia, o lamento. Nesse sentido, a voz, para a mulher privada de sua liberdade, surge como uma forma de ir além das barreiras fixadas pelas grades. É a própria realidade se fazendo presente, viva. É na vocalização dos seus anseios, dores e esperanças que o real se corporifica, toma forma e dimensão. Para Zumthor, não é só a voz que se faz presente nesse processo de oralidade, ambiente e corpo também cooperam nesse decurso. Jerusa Pires Ferreira, tradutora e estudiosa de Zumthor, comenta que, ao tratar sobre a oralidade, Zumthor se concentra nos efeitos do ambiente e do corpo presentes e ativos. Ou seja, para Zumthor, a oralidade é muito mais que o som, optando por tratar a voz como algo que vai além da palavra (FERREIRA, 2007). A voz, corpo e ambiente, neste caso, um estabelecimento prisional, se complementam no ato de narrar e queixar-se³³ do sofrimento. A narradora Sandra afirma:

Hoje eu tenho cinco filho, nenhum convive comigo, nenhum vive comigo porque a maioria dos meu tempo foi no mundo, e eu não pude dá o amor que eles precisava. Tem um que é recém-nascido, eu vim presa, ele tinha quatro meses, hoje ele tem um ano e um mês. Eu não sei notícia da minha família, eu não sei dos meu filho, nem por carta, é muito difícil eu tá aqui [...] (SANDRA, 2014).

É a voz que lamenta a distância, a ausência, a falta de notícias daqueles que ama. O processo de rememorar permite também ao sujeito a reconsideração por aquilo que ele não fez. Sandra reconhece a culpa por não ter dado o amor que os filhos precisavam, por outro lado, o limite em proporcionar a segurança e o afeto à sua prole pode ser compreendido

³³Utilizamos o verbo queixar-se no sentido de lamentar-se, demonstrar descontentamento.

quando a entrevistada revisita sua infância, como ela relata em um episódio que aconteceu aos nove anos:

eu lembro como se fosse agora, num dia que eu cheguei, eu pegava dois ônibus pa chegá no Flórida, minha família é do Maracanã, e eu ia pro transbordo, pegava uma, e do transbordo até a casa da minha mãe. E o ônibus atrasô, eu tinha perdido, o ônibus já tinha passado, cheguei em casa e meu pai me bateu e colocou eu pra dormi na rua, era um frio, um frio, aí eu pulei o muro e bati na porta da casa do meu pai, na janela do quarto da minha irmã, e a minha irmã com medo do meu pai fazê o mesmo falô que não podia fazê nada, mas que me daria um cobertô pra mim dormi, e eu fui pra trás da casa do meu pai pra dormi, no otro dia de manhã o meu pai foi trabalhá eu entrei pra dentro de casa, só que eu já tava toda assada porque eu tinha mijado de medo, tinha mijado na roupa e, a minha infância pra mim foi triste (SANDRA, 2014).

O relato acima é rememorado com dor, feito no momento inicial da entrevista. Ao rememorar, a própria entrevistada não utiliza as vivências ruins de sua trajetória para justificar o pouco amor que conseguiu demonstrar a seus filhos. Pelo contrário, ela culpa a si mesma, uma vez que, no momento em que deveria ter sido mãe, estava viciada em entorpecentes. A análise da fala de Sandra permite observar uma reação cíclica na vida de um sujeito. Aquela que não recebeu o amor paterno e materno não sabe como proceder no momento em que deixa de ser filha para se tornar mãe. Ao recordar a presença materna em sua vida, ela relata:

A minha mãe ela não é só minha mãe, mais ela é minha amiga, eu amo ela, eu intendo o lado da minha mãe, eu intendo porque é difícil você tê uma família e você tê que escolhê uma coisa e, aquilo tudo, intão, a minha mãe opinô pela família **dela**, pelo marido **dela**, pela casa **dela**, do que ela **tentá** me ajudá [...] (*Ibidem*, grifo nosso).

Sandra procura desculpar a sua família pela situação em que se encontra, embora narre situações de dores e infortúnios, é consciente do poder de suas escolhas. Dá à mãe o direito de ter feito a seleção dela: “opinô pela família dela”, ao invés de ajudar a filha. Apesar de considerar a mãe a sua amiga, não se inclui como membro deste núcleo familiar. Ao recuperar a criança que um dia foi, ela não faz o papel de vítima e parece justificar a mãe e o pai por tê-la isolado da família:

eu era terrível também, minha mãe era chamada todo dia na escola, todo dia, todo dia era bilhete pa minha mãe ir pa escola, minha mãe cansô, minha mãe falô assim, o teu pai vai, a partir de hoje eu não vô mais, a hora que vim, o teu pai que vai, eu tinha medo do meu pai, intão eu ia pra escola, quando tinha bilhete eu rasgava no meio do caminho, aí no otro dia eu não podia entrá sem meu pai, eu mentia que eu tava na escola, e eu tava escondida atrás do muro da escola até dá a hora pra mim ir embora, pra minha mãe não sabê, nem meu pai. Intão foi indo que, é difícil porque pai e mãe também cansa, amigos cansa. Eles me ajudaram muito, intão a culpa não é deles, a culpa é minha [...] (*Ibidem*).

Neste momento da entrevista, Sandra concebe uma reflexão sobre as escolhas de sua mãe e também sobre o seu próprio papel materno ao relatar as dificuldades com os filhos, sugerindo que poderia ter sido uma mãe melhor para seus filhos. Embora assuma a culpa, busca compreender os motivos que a impulsionaram ao erro. Neste processo reflexivo, atribui suas falhas a falta de apoio, pois “todo mundo virava as costas”:

[...] mais eu sofri muito meu Deus, por causa do João Guilherme, dormi na rua já, já passei fome, pra mim num podê entrá nessa vida, pra cuidá dos meu filho, talvez hoje eu posso falá que eu num fui uma mãe, que eu poderia procurá ajuda de outras forma, de outras manera, mais eu num sabia, todo mundo virava as costa pra mim [choro convulsivo], e eu na minha casa, minha família reclamava do choro do pequeno, reclamava da arte do outro, e ninguém tinha paciência, eu falava: — Será que eu nunca vô sê feliz nessa vida? Será que nunca? (SANDRA, 2014).

Chorando compulsivamente, ela desacreditou que um dia poderia ser feliz. No desespero, perguntou se sua sina seria de lágrimas, reconhece a falha, e demonstram desespero em ter uma vida diferente. Aparece, então, o desabafo angustiada de alguém que diz ter feito de tudo para não delinquir, porém, não conseguiu. Ao tornar presente as lembranças do passado, hoje com um olhar de mulher, ela se conscientiza das suas atitudes da infância, e desculpa os pais ao confessar que “os pais também cansam”. A mulher que rememora não considera os sentimentos da criança que foi, aos nove anos, posta para dormir na varanda de casa. Ela prefere reconhecer que mereceu experimentar as situações de violência psicológica e emocional que viveu na infância. Ao elaborar o seu discurso, Sandra faz uma autorreflexão e se compara a um animal:

[...] ontem mesmo, dento da cela, eu falei assim, sô um cavalo, aí as guria deu risada, eu falei assim: — Sabia, uma égua, sei lá o quê. Daí a minina falô: — Num fala assim, Deus te fez humana, ele te ama. Falei: — Me ama? Todo mundo pisa, todo mundo humilha, todo mundo vê [...] num vê se tá me matando, se tá me ferindo, falei, todo mundo acha que é melhor que alguém, melhor é Deus, você tem o seu problema minha companheira, mais olha o meu, você reclama porque o teu filho não veio ontem te vê, e eu? nem sei quando vô vê meus filho, num sei nem se eu vô vê, mais se[...] eu creio na promessa do Senhor, porque Deus falô, antes deu vim presa, Deus falô que tudo que levaram de mim, Deus vai me devolvê, e, eu tenho meu piquinho agora de um ano, que também foi um casamento obrigado, porque eu num tinha onde morá, que eu num tinha onde morá, ele tinha casa, ele tinha as coisa, eu falei, eu vô casá então, eu tinha recém saído do presídio (*Ibidem*).

A memória que submerge durante o discurso é permeada por contradições, por idas e voltas, relatando situações conforme elas vão sendo lembradas e pela sua importância em meio das vivências de Sandra. Obriga-se a manter um casamento por conveniência, pois ao

sair do presídio não tem para onde ir. É um desabafo de quem se sente humilhada, ferida e mesmo assim mantém a crença de que Deus vai socorrê-la em meio à sua aflição.

Os sentimentos são transformados em palavras, em discurso. Por meio da voz, as lembranças são partilhadas, e é nesse ato que a mulher encarcerada revisita o seu passado e se compreende melhor. As palavras, assim como afirma Zumthor, são tendas nômades armadas ao longo da vida. Elas não possuem um ponto fixo, não se prendem a um espaço inerte, são livres. A cada momento em uma paragem diferente: ora alegre, ora triste, ora melancólico, ora esfuziante. As palavras de Sandra podem nos indicar o quão nômade elas podem ser.

2.3 Vozes à margem

Neste trabalho, às mulheres em situação de prisão, embora vilipendiadas de muitos direitos, é dada a oportunidade de falar, quer fale espontaneamente, quer sejam convidadas a partilharem de seu passado, conforme defende Henry Rousso: “Não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade” (ROUSSO, 2006, p. 98). Dessa forma, não é mais a pessoa que está no passado quem fala, mas a mulher adulta de hoje, com o olhar do presente voltado para ações que estão sendo revisitadas. O momento presente e as experiências vividas serão o ponto de partida para narrar o que passou, seja para lamentá-lo ou para enaltecê-lo.

Ao nos determos sobre a narrativa de Rosa, verificamos que a experiência da rejeição está presente em toda a sua história. Desde muito pequena, a dor do abandono foi sua companheira. A única lembrança boa que tem guardada é da avó:

minha infância num foi muito boa não, a única lembrança muito boa que eu tenho é da minha vó, que ela mi cuidô, ela mi cuidava né? ela mi aconselhava, ela mi contava história, ela cuidava de mim, e[...] da minha mãe já [...] num tenho aquela lembrança muito boa não [...] (ROSA, 2015).

A imagem materna que Rosa traz de sua infância é de alguém que a rejeitou e lhe entregou para adoção aos oito anos de idade:

A minha mãe, cum oito ano de idade, ela me deu, até hoje eu num entendi porque, ela me tomo da minha vó e me deu pra uma mulher né? Ela, ela era bem de vida, mais aí eu num fiquei três dia cum a mulher, eu fugi, a mulher me deu tudo, aí ela quiria me registrá no nome dela, aí no dia que ela saiu pra me registrá eu fugi da casa da mulher, fui atrás da minha mãe, mais daí a minha mãe tava num, falá a real, numa casa [...]numa zona, me largo e foi, aí o meu padraсто, ele ficô com dó de

mim, me catô do meio da rua, fiquei no meio da rua, não sabia pra onde eu ia, ele me acho e me levô pra casa da mãe dele, que era minha vó né? considerava ela como minha vó, aí ele ficô cumigo lá, e [...], até minha mãe vim, aí minha mãe chegô, invés da minha mãe me dá amor e me acolhê foi e me bateu cum fio dobrado, dexô marcas nas costas, aí [...] eu fui revoltando cum aquilo, fui revoltano, cum dez ano eu fugi de casa (ROSA, 2015).

Ao retornar para sua casa, Rosa encontra ainda mais violência. Ela, que esperava ser acolhida e encontrar o amor, é vítima de uma violência que, até os dias de hoje, não consegue entender. Os vestígios da violência deixados no corpo frágil marcaram também as memórias da menina rejeitada. Além das surras e das agressões verbais, também sofreu uma tentativa de assassinato:

Rosa: é uma dor que [silêncio][...]E: Não passa?

Rosa: Não. De jeito nenhum, não passa, é uma coisa que [emoção], sei lá, vai ficá marcado po resto da minha vida, sabe? O que eu passei, que muitas veiz ela falava que eu num era filha dela, que eu num, num sabia quem era meu pai, realmente, realmente, até hoje eu num sei quem é meu pai, sei que o nome dele é A por causa que ela falô, mais eu num sei realmente que eu não cheguei conhecê meu pai, na realidade, de [...] ela me dizia tanto é como ela bibia muito, minha mãe bibia muito né? quando ela bibia, ela ficava com raiva de mim, num sei, ela me espancava quando eu era pequena, ela uma vez tentô me matá esfaquea, a facada, meu padastro que tirô da mão dela, fiquei seis dia fora de casa escondida dela, que **ela indoidô**, quiria me matá de tudo quanto é jeito, disse do jeito que matô meu pai ela ia me matá né? intão eu ficava assim dona M, num [...] num sabia né? (ROSA, 2015).

Os sofrimentos no ambiente onde ela esperava encontrar carinho e amor foram os motivos pelos quais, aos dez anos, aceitou a proposta de viver junto a um homem quinze anos mais velho do que ela. Uma pessoa que já conhecia suas dores, que lhe havia ajudado a se livrar da fúria da mãe, quando seu avô materno lhe estuprou pela segunda vez:

Rosa: [...] minha mãe trabalhava pra fora, nessa altura a gente já tava com a minha mãe, trabalha pra fora, assim na fazenda com a [...], né? pegava serviços gerais na fazenda assim, serviço pesado, e eu ficava em casa sozinha, com meu vô, aí foi onde naquela lá meu vô me estupro, meu vô me estupro e eu fui e falei pra minha mãe, minha mãe num acreditô em mim, e [...] ficô mais do lado do meu vô e eu fiquei assim querendo saí de casa e num sabia pra onde eu ia, num tinha minha vó, num tinha ninguém, num tinha uma tia minha, que quando minha mãe me fez largá e vim cum ela só fazia me espancá, fazia eu cumê carne crua, fazia eu cumê toucinho cru, fazia eu cumê as pimenta malagueta, na marra, intão [...] aí foi assim que eu [...] eu fiquei assim, sabe? Cum aquela revolta, aí com o tempo meu vô me estuprô duas veiz [...]

E: Que idade?

Rosa: Eu tinha sete anos. Duas veiz ele me estuprô, e [...] e na segunda veiz que ele me estuprô, um rapaiz ia passando na frente de casa e viu, aí foi ele contô pra minha mãe, minha mãe foi e acreditô ni mim, só que minha mãe veio falano que era eu, que meu avô já era veio, que era eu que tava assediando meu avô, que [...]que aí o rapaz pegô e falô: _ não, eu vi, eu passei e eu vi a situação que tava acontecendo. Aí ela pegô meu avô e levô pa casa da minha tia, e [...], aí nunca mais ficô aquele clima bom, a minha mãe já num tinha um clima bom comigo dentro de casa, aí já num ficô mais aquele clima bom, só que esse rapaz que viu essa cena foi o que me tirô de

dento de casa, ele que é o pai da minha filha, ele tinha, aí ele tinha vinte e cinco ano na época, eu tinha dez (ROSA, 2015).

Atribuir loucura à mãe nos parece uma forma de justificar a violência sofrida por ela. Ou seja, uma mãe que tenta assassinar a filha só pode ser louca, afirmar que “ela indoidou” é a maneira mais simples de inocentar a sua genitora. As lembranças revisitadas por Rosa trazem as marcas da rejeição e da dor: rejeitada pela mãe, torturada pela tia, e abusada sexualmente pelo avô. E, aos dez anos, torna-se esposa para livrar-se de crueldades que pareciam não ter fim. Rosa encontra nesta pessoa um porto seguro para se apoiar. Alguém que, segundo seus relatos, nunca lhe maltratou, não tinha vícios, lhe ensinou diversas coisas da vida. Ele, atualmente, cuida bem da filha que tiveram. Ainda que esse companheiro tenha tido tal importância em sua vida, na narrativa ele não ganha um nome, é apenas uma pessoa. Devido aos ciúmes do marido, o relacionamento chegou ao final. Depois disso, teve outros relacionamentos e mais dois filhos. Após a separação, retornou para a casa da mãe, trabalhava na roça para se sustentar e começou a estudar. A rotina de trabalhar na roça e estudar à noite começou a ficar pesada, de forma que desistiu dos estudos, aprendeu a ler, mas tinha dificuldades para escrever. Nesse tempo, em um relacionamento rápido, ficou grávida da filha, o pai na menina não ficou sabendo da gravidez, de forma que um outro homem, que veio a falecer mais tarde, assumiu a paternidade:

Aí foi aonde aconteceu o que não devia acontecer, aí eu engravidei da minha minina, eu nunca tinha visto ele na minha vida, dona M, eu nunca vi ele na minha vida, foi uma questão assim de [...] acho que era pra acontecer. Engravidei dessa minina, dessa minina, eu tinha um rapaz que morava lá em Amambai, que era muito apaxionado por mim, e [...] como eu engravidei dessa minha minina, a mãe dele, a família dele, minha mãe falô que era dele, mais eu sabia que num era, “num é dele, num é”, passô tempo, dona M, e mataro esse rapaz que tava comigo, que ele pensava que era o pai dela, mataro ele, passô tempo [...] (*Ibidem*, 2015).

Quatro anos depois, quando estava em outro relacionamento, Rosa descobriu uma traição “ele não prestava, ele me traiu, aí meti a faca nele, ranquei um pedaço do fígado dele...” (ROSA, 2015). Descobrir-se traída foi o motivo que a levou a cometer uma violência contra a vida de seu companheiro, foi a sua primeira prisão. Sobre ela, Rosa prefere não comentar. Acerca de um outro relacionamento, em que ficou grávida do seu terceiro filho, ela relata:

Rosa: O pai do minino eu conheci no mato. [Risos] O pai do guri eu fui, ele era gato³⁴ que a gente fala, né? E [...] ele quiria uma cozinheira, pra cozinha pra 25 peão e, eu fui, e tinha a muié dele.

E: Que cidade?

Rosa: Amambai, só que nós fomo pra dentro do Paraguai, né? Entremeio Capitán Bado e Coronel Sapucaia, po fundão, pra lá, aí nesse intervalo aí ele tinha uma muié, esse, esse gato que levô nós, só que ele batia muito na muié dele, aí a muié dele abandonô ele, aí ficô só eu de cozinha, naquele vai e vem, um dia ele falô assim, cê qué casá comigo? Aí eu falei pra ele, falei assim: — Eu vi o que cê fazia com a sua muié, se cê fizé isso aí comigo eu mato ocê durmino, aí foi naquilo lá e nói fiquemo junto, né? Realmente, amiguemo, aí num deu certo ele começô a... fazê patifaria comigo, peguei e joguei gurdura quente nele...

E: Ele maltratava você?

Rosa: Ele ia me batê de pranchada de facão, num conseguiu, mai ele quiria, aí eu larguei dele, só que quando eu larguei dele eu já tava grávida, do meu minino, né? Aí eu peguei muita raiva dele, só que... quando eu larguei dele, num tinha mês ainda, faltava uns quinze dia pa descê a menstruação, então eu num sabia, aí com um mês e poco minha mãe falô pra mim “cê parece que cê tá grávida”, e minha mãe batia os óio na gente e sabia, eu falei: — Não! Realmente eu tava grávida. (Rosa, 2015).

Pouco depois de terminar um relacionamento afetivo, novamente Rosa encontra outra pessoa para conviver e ajudá-la a cuidar do filho. Ela não aceitou as condições de violência que o pai de seu filho impunha a ex-mulher e certamente imporria a ela, contudo, ela também usa de violência para com o ex-companheiro. Com o novo companheiro, Rosa conviveu em harmonia por três anos, até que ele começou a traí-la, e o relacionamento teve fim. Tempos depois, por causa do vício por bebidas, os dois filhos menores de Rosa foram levados para um abrigo, e Rosa foi obrigada a internar-se para tratar do alcoolismo, do contrário, perderia a guarda dos filhos, assim como, também perderia o trabalho que tinha na prefeitura. Sobre o tempo em que os filhos estiveram no abrigo, ela relata:

Rosa: A única lembrança ruim que eu tenho é que quando eu ia no abrigo vê eles, na hora da despedida virava aquele chorero entre eu e meus filho. É... eu..., doía pra mim, doía pra eles e pra mim, mais eu lutei, lutei até o fim, até recuperá meus filho. É... descuti até cum juiz, ele quiria me prendê, diz que por desacato a... desacato a ele, eu falei... eu num tô desacatando o senhor, simpresmente eu tô falano pro senhor se o senhor é pai e tem filho? Intão, do mesmo jeito que o senhor tem amor, eu tenho amor pelo meu filho, num é porque eu... dei um deslize que... os meu...os meu filho num é cachorro. Eles num tem pai, mais tem mãe. Aí foi onde ele oiô bem pra mim e falô: — Você tem dez por cento de chance, porque eu vi no seu olhar que você realmente tem amor pelos seus filho, porque tem muitas mãe que abandona os filho, não procura nem visitá, agora você não, você num tem nem aonde cai morta e tá aí. E num tinha mesmo não dona M, e eu tava lutando pelos meu filho, quando eu tive a chance de pegá os meu filho, eles num quiria me devolvê porque eu era sozinha e num tinha casa própria, que eu fiz, arrumei um véi, sem gostá, sem nada [riso] o veio foi e assinô o papel junto comigo e peguei meus fio de volta, porque o... o veio, o coroa num tinha assim, num tinha o nome sujo na justiça nada, assim. Ele tinha casa própria, aí ele começô a se interessá por mim, né? e eu falei é esse mesmo.

³⁴ Enquanto uma profissão, gato é um contratante de força de trabalho, aquele que reúne um grupo de trabalhadores por períodos.

Acho que eu errei num ponto deu, né? me interessá por ele só pra pegá os meu filho, eu num tinha amor por ele, e quando eu fui com ele, realmente, ele sabia, que eu cheguei e falei, aí, só que aí depois... que nós recupero, recuperemo os meu filho, aí ele **começô a indoidá**, querê batê nos meu fio, foi onde num deu certo, aí eu fui e larguei dele, aí... pro... prefeito me deu uma casa né? aí, me deu, me deu outra chance na prefeitura, pra mim trabaiá. (ROSA, 2015, grifo nosso).

Lembrar-se dos momentos sofridos longe dos filhos faz com que Rosa também reflita na distancia que a separa dos filhos nos momento atual. Mais uma vez, a violência marca a vida de Rosa, com a possibilidade de perder os filhos para a justiça, ela inicia um relacionamento por conveniência, procurando em uma figura masculina um ponto de apoio para se firmar. O interesse em obter estabilidade (um endereço fixo) para recuperar a guarda é o grande motivador. Mesmo sem amor, Rosa inicia uma ligação que irá terminar em agressões. Novamente, as agressões que o seu novo companheiro impunha aos seus filhos são justificadas pela loucura. Ao afirmar que “ele endoidou”, supõe uma absolvição ao agressor. Embora ela justifique que o seu companheiro sabia que ela não o amava e que considerava errado aproximar-se dele apenas para reaver sua prole, tal atitude não concedia a ele o direito de machucar e agredir as crianças: motivo maior de seu sacrifício. Importante salientar que, para Rosa, a imagem materna que ela tem guardada na memória só representam fatos ruins de sua infância, mas a imagem de mãe que ela evoca em seu discurso é a de uma pessoa protetora, que ama, e que é capaz de se sacrificar e fazer renúncias em favor de seus filhos.

O relacionamento de Rosa com a sua mãe, durante a infância, foi marcado por diversas agressões, tanto físicas, quanto psicológicas. O sentimento dela em relação à mãe era de pavor:

Eu tinha medo da minha mãe, aí era essa... eu tinha medo da minha mãe, eu tinha medo da minha mãe bebê e..., numa daquela, i e me mata, me envenená, num sei, tudo passava pela minha cabeça, aí foi aonde que eu tinha medo da minha própria mãe (*Ibidem*).

Depois de idas e vindas, após a primeira separação, ela voltou a conviver com a mãe até os últimos dias de sofrimento no hospital, quando sua mãe faleceu vítima do vírus HIV. Rosa esteve ao seu lado quando a cirrose evoluiu. Cuidou dela preparando-lhe caldos e alimentos processados em liquidificador, e cercando-a de cuidados. Entre os nove irmãos que ela tem, apenas ela, que é a filha mais velha, ficou ao seu lado, até o momento de sepultá-la. Sobre os cuidados com a mãe, ela relata:

Nóis somo em deiz. Aí, intão, ela..., da, da minha irmã eu sei lá, ela, ela criticava muito a minha mãe, a minha mãe se sentia muito assim, abandonada, né? e a loca véia da cabeça que sempre deu traio fui eu e sempre tava do lado. Mais aí dona M, num... o médico pidia pra mim lavá aquilo lá cum remédio casero, passava um

monte de remédio né? mais num adiantava, ela andava com as duas perna infaxada. Quando minha mãe adoeceu mesmo, ela ficô ruim mesmo, aí eu comprava pra ela só um... fruta, batia pra ela no liquidificador, eu num tinha, ia na casa dos oto, pegava emprestado, levava pra ela, minha mãe num podia mais comê arroz e feijão, era só cumida cum caldo, mais... eu num intendi o porquê que, que que era que ela tinha né? que aí talvez nós podia tentá resorvê, dexá ela em tratamento enternada, num sei, fazê alguma coisa. Aí... só que, que aí nesse caso quando minha mãe morreu, eu num tinha condições de, de arcá cum'a... as despesas né? intão, compriô pra mim (ROSA, 2015).

A imagem que ela apresenta de si é de uma “loca véia da cabeça”, sugerindo que essa era a imagem que seus irmãos projetavam dela: aquela que sempre deu trabalho, que não tinha um bom relacionamento com sua genitora. Antes, porém, de sua mãe falecer, Rosa tem a oportunidade de conversar e pedir perdão:

Aí... quando ela tava pra morrê... fazia uns três dias antes dela falecê, ela me chama e falô pra mim e falô assim: — Cê pega esse seu dinherinho que você tá gastando cumigo a toa, e compra uma ropa e um calçado bom pra você, porque eu já num tenho mais salvação, já vô morrê, né? já comecei chorá e falei pra ela..., não, eu sei que eu pidi um monte de perdão pra minha mãe, sabe? Porque... que aquela mágua assim, num vô falá pra sinhora assim que acabô, porque num acabô, né? que...que... até hoje eu quiria entendê porque que ela num gostava de mim.

E: E o porquê do pedir perdão?

Rosa: Porque assim, dona M, é que muitas vezes assim, não porque eu maltratava minha mãe, por xingá a minha mãe, nunca! **É tipo assim, deu olhá pra ela e senti raiva dela**, entendeu?

E: A senhora se sentia culpada por ter raiva?

Rosa: É. Isso. Eu mi sentia assim, eu num me sentia bem, porque eu pensava, mai ela é minha mãe, né. Eu tenho que entendê, será que... eu quiria sabê o motivo, o que que eu fiz...

E: De repente a raiva passasse?

Rosa: É, entendeu? Eu num, assim, que até hoje eu num intendo. Aí foi onde minha mãe tava internada no hospital, eu falei pra ela: — Mãe, a única coisa que eu vô pidi pa sinhora é que a sinhora me perdoa. Aí ela falô assim: — Perdôo sim, minha filha (*Ibidem*, grifo nosso).

Mesmo que tenha recebido hostilidade e ofensas a maior parte do tempo, em que conviveu com a mãe, Rosa esteve presente ao seu lado até a sua morte. Rosa pede perdão por sentir mágoa dos sofrimentos causados pela mãe. Sentir-se perdoada pelo sentimento de raiva é como se ela também a perdoasse pelos maus-tratos, ainda que desconhecesse a causa. Reconhece e assume a sua raiva, mas ainda assim não consegue compreender o motivo pelo qual sempre foi agredida. Após o falecimento, ela descobre sua Sua mãe havia contraído o vírus HIV. Como Rosa não dispunha de recursos financeiros necessários para arcar com as despesas de caixão próprio para a situação, aquela que tanto a maltratou foi sepultada às sete da noite, em caixão simples. Apenas com a presença de Rosa:

Rosa: eu falei pro rapaiz né? Falei assim: — Eu quero pidi um favor pro cêis. Ele falô: — Pode pidi. Depende, se tive ao nosso alcance. Falei: — Na hora que a gente chegá lá no cemitério, eu quero que cêis abre o caixão pra mim. Já que num tem velório da minha mãe, eu quero me dispidi da minha mãe. “Tá bom”. Aí nós foi. Aí sei que terminamos de enterrá minha mãe era sete e meia da noite (ROSA, 2015).

A violência continuou fazendo parte da vida de Rosa. Devido a um relacionamento com um rapaz mais jovem, começou uma nova história que, dessa vez, a levaria para a prisão novamente. A narradora conheceu e passou a se relacionar com um rapaz de vinte e quatro anos, a contragosto da mãe do jovem, de forma que o relacionamento terminou, mas a inimizade, entre ambas, permaneceu:

aí me deu uma raiva que ela foi e empurro minha mãe doente em casa, eu num tava, cheguei e me contaro. Aí minha mãe, como a mãe já me conhecia, eu num sô... eu num sô... **eu tamém num sô aquelas flor que se chere** tamém. Aí, minha mãe sempre escondia as coisa de mim, nem... eu nunca sabia, foi onde a vizinha de perto da minha mãe contô pra mim, que a muié meio tomada foi lá e empurrô a minha mãe, falô que... ia me matá né? a minha mãe veio e falô pra mim tomá cuidado, minha mãe num falava assim..., ela falava, mai num falava o que que tinha acontecido cum ela, e eu sempre fui assim, minha mãe pode fazê o que quisé cumigo, mais encostô em mim ou na minha mãe, é... só... vixe! locura, pode sumi da minha frente, foi aonde, num dislize nós se encontramos num bar. Tava tocando uma música, lá em..., eu cheguei, pidi uma cerveja, fui coloquei a música, foi ela veio do nada, falei pra ela assim: — Vem tomá uma cerveja cumigo. Ela começô a me tirá e falô pra mim: — Se é por dinheiro eu tamém tenho. Eu falei: — Disculpa, né? apenas te ofereci. Aí começô, e ela tipo, batendo boca cumigo, como lá e eu aqui, com as costa virada pra parede, do nada ela pegô um pau e veio pra cima de mim... quase quebrô meu braço, deu seis ponto no meu braço, não reagi contra ela, fiz nada, nada, nada, nada. Levantei dali, eu fui tentá procurá um médico né? parô um carro perto de mim, levô eu, né? a polícia veio fizemo a ocorrência tudinho, não prendeu ela, né? porque eu falei: — Num adianta, num compensa, eu num quero problema né? porque eu tinha, recém eu tinha saído da minha, liberdade provisória né? fazia poco tempo, intão, **eu também tava errada**, o que que eu tava fazendo na porta de boteco (*Ibidem*, grifo nosso).

Na realidade, Rosa, recém saída da prisão, por tentativa de homicídio contra um ex-companheiro, vai até um bar para beber. Ela confessa sobre si mesma que “num sô aquelas flor que se cheire”, ou seja, não é uma pessoa confiável ou que é difícil de se lidar. Essa é a forma como ela se percebe. Em seguida, embora ela declare que é errado estar em “porta de boteco”, ainda assim ela permanece lá. Neste lugar, a mãe do ex namorado lhe agride, mas ela não revida para não perder o benefício da liberdade condicional. Podemos perceber que na voz de Rosa há a voz das convenções sociais que diz ser “errado” as mulheres frequentarem bares ou ingerir bebidas alcoólicas. O espaço público seria apenas reservado aos homens. Ela justifica que não queria confusão com “aquela mulher”, e que mantinha a distância para evitar problemas. Após a morte da mãe e para evitar encontrar-se com seu desafeto, Rosa decide

viajar com uma colega e passar o final de semana fora da cidade. O destino é uma casa de prostituição em uma cidade próxima:

Rosa: Nói viemo passá um fim de semana, porque a muié tava demais, e como eu né? vô numa cachaça tamém, peguei e falei pra minina assim, vamo intão que assim eu num vejo a cara dessa muié nesse final de semana, e a semana que vem eu vô pra xxx. Aí ela falô, intão vamo, aí cada uma troxe uma muda de ropa p nós bem nós viemo na quinta pra i embora no sábado. Chegemo ali, o... muié nova numa zoninha né? Aí a otra que foi comigo dezoito ano, aí tá..., já fico fazendo a sala pro cara, ele já gostô já sigurô nós, né? Já faturô, né? O dinheiro dele, né? Aí, no otro dia, que nós vinha embora, ele conversô cum nós, não assim, assim, assim, assim, tenta aí cêis ficá um mês aí né pra vê né a carne. Aí nós falô: — Vamo tentá né, só que nós tá sem ropa. Ele falô: — Não, eu vô fornecê a ropa pra vocês, só que aí vocês me paga conforme cêis fô ganhando, né? (Rosa, 2015).

Depois da prisão, não são muitas as opções de trabalho para as ex-presidiárias, geralmente com baixa escolaridade, poucos recursos, e antecedentes criminais, a prostituição é uma alternativa. Rosa procura fugir da mulher que a perseguia. Entretanto, na semana seguinte, esta mulher apareceu naquele local. Ao perceber que aquele encontro não daria certo, e tendo explicado os motivos para o responsável pelo lugar, ela decidiu que iria embora. Mas o responsável sugeriu que ela ficasse apenas no ambiente da cozinha, sem a necessidade de “fazer sala” aos clientes. O discurso seguinte de Rosa procura justificar suas atitudes. A sua memória revisita momentos importantes que antecederam o crime e nela é possível perceber, segundo o seu ponto de vista, que Rosa fez o possível evitar o desfecho trágico:

Aí... tava tranquila, de repente quem chega? A muié. Ela já chegô, ela era uma coroa assim, tipo assim, tinha uns quarenta ano, só que ela era bem cuidadosa ela. Parecia que ela num tinha aquela idade. Aí eu vim e falei pra ele, falei pra ele: — Oh, cê... acho que eu num tô te devendo nada, né? eu vô embora, falei pra ele. Aí a P viro e falô assim, se ela fô eu tamém vô, nós viemo junto, nós vamo vortá junto. Ele falô: — Não, mais por quê? Eu fui e expriqueei pra ele né? a realidade pra ele, assim, assim, assim, assim, intão, num vai prestá. Aí ele falô: — Não, mais ela é gente boa. Eu falei: — Boa porque você num conhece. Você vai vê. Aí num deu otra dona M, se eu tava tomano uma cerveja aqui cum freguês, ela vinha e sentava no colo do freguês, sentava, eu ia lá pra cozinha, ela chegava e chutava minhas perna, né? Aí foi onde o cara num quiria mandá nós embora, porque nós tava né? dano lucro. Aí foi onde ele foi tentando armazená as coisa, aí jogô eu pro salão, pra mim ficá direto no salão, não nus quarto, que tinha uns dez quarto assim só de muié. Aí ela vivia me falando que ia me matá, que ia me mata, pra cozinhera, aí foi onde a cozinhera foi e falô pra mim, né? “Você fica ligera”. Eu falei: — Não, sábado eu vô acertá minhas conta que eu tô devendo e vô saí fora. Aí foi onde, onde o dono do estabelecimento, me chamô e falô: — Oh, pa acabá cum esse poblema, eu vô jogá você na cozinha, você vai ficá de cozinhera, num precisa de você fazê sala, nem nada, cê terminô sua janta, se você quisé i tomá sua cervejinha, cê vai se num quisé se volta po seu quarto. Falei: — Demorô! Já pra... Mais mesmo assim... o bicho era um trem, pnhava defeito nas panela, vinha na cozinha pnhava defeito na comida (*Ibidem*).

O relato das provocações feitas são as lembranças recuperadas na memória de Rosa, o que ela seleciona para partilhar conosco. Ainda que, após o assassinato, ela alegue que não tenha lembranças do fato, a contradição no discurso é perceptível. Após uma noite ingerindo bebidas alcoólicas, estando ela preparando o almoço, seu desafeto entra na cozinha, e começa a lhe fazer provocações:

Rosa: Aí veio e começô a me desaforá, e eu: — Num quero encrenca com você, não quero – falei – sai fora, num quero, vai tomá sua cervejinha pra lá. Quando você tive são e eu tive, porque eu num tô muito bem, quando cê tivê ciente e eu tamém, aí a gente conversa. Ela era um amor de pessoa, dona M, mais memo assim eu não confiava nela. Aí ela falô assim: — Que nada, nós tem um caso pa nós resorvé, vô terminá meu serviço que eu comecei. Aí já virei e já falei pra ela: — Cê você pulá ni mim e dá o pulo errado eu vô te matá, virei e -falei pra ela - que dessa veiz eu num vô ficá quéta não, dessa veiz eu vô reagi - falei - se você dé o pulo errado eu vô te matá. Falei bem assim, dona M, pra ela. Ela falô assim: — Você não é muié suficiente. Falei: — Intão, tenta a sorte - falei - tenta a sorte - falei – tenta a sorte que seu peito [incompreensível]. Aí larguei a faca em cima da mesa, né? e fui mexê na panela, aí ela veio pra cima de mim né? entramo em luta corporal, eu e ela, até aí tava bom, aí naquela luta corporal ali...e ficô eu e ela lá na luta corporal, naquele vai e vem, vai e vem daqui, aí ela foi pegô um-a garrafa de cerveja, aí ela foi e tirô aquela camisinha, minha [incompreensível] fala camisinha, o suporte pa mandá ni mim, no que ela mandô eu passei a mão na faca, aí eu... num...

E: Não lembra de nada?

Rosa: Não lembro de nada. Eu só lembro, male-má assim, que eu mandei a primera, no rosto dela, assim, aí o resto... Eu fiquei até boba assim... olhando, pensando no que eu fiz, será que eu fiz tudo isso? (Rosa, 2015).

“Será que eu fiz tudo isso?” é a pergunta que Rosa se faz depois de assassinar a sua inimiga com oito facadas, todas na região da face. Ao assassinar, ela destrói também todos os seus agressores, que no decorrer da sua vida a agrediram e a moldaram por meio de crueldades e violência. Sim, ela foi capaz de fazer tudo aquilo, confirmando o que havia dito anteriormente que “não era flor que se cheire”. Após o crime, permanece no local, esperando pela polícia. Não pensa em fugir, está cansada de fugas:

Aí depois que eu fiz isso, eu... fui... pro tanque, enchi o tanque de água, **friamente, a senhora acredita?**, enchi o tanque de água, pidi pra minina - falei - traiz pra mim um short e uma camiseta que tá lá no quarto, dento da minha bolsa, e..., eu vô tomá um banho aqui mesmo, aí eu fui joguei a água, tirei tudo o sangue, né? que tava ni mim, troquei de ropa, fui pidi uma cerveja, ela tava lá dentro, caída no chão, fui, pidi uma cerveja, num quisero me dá, falei: — Cêis num vão me dá não é? Aí [riso] sei que assim, dona M, calma. Aí viero, falô pa mim: — Vai, foge que nós vamo te ajudá - porque a maioria, ninguém gostava dela, né? - nós vamo te ajudá, dá tempo de você saí fora - eu falei - num vô, eu falei eu num vô saí fora. “Vai Rosa, nós vamo chamá um moto-taxi, a polícia vai demorá, ninguém chamô a polícia, ainda. Eu falei: — Não, eu num quero sabê, eu num vô. Todo mundo eu num vô, vô falá bem a real porque eu não vô, eu já tô em processo, vô fugi de uma coisa que eu acabei de cometê? Tô ciente que é eu, vô ficá foragida, eu falei não, vô me entregá. Aí eles me dero um copinho de água, um copinho desses americano, de canela, eu

fui e sentei pro lado de fora e fiquei lá, fumando um cigarro, sentada, esperando (ROSA, 2015, grifo nosso).

O corpo de bombeiros foi chamado para realizar o socorro, em seguida, chegaram os policiais, e ela entregou-se sem resistência.

Atualmente, Rosa foi condenada à treze anos e seis meses prisão, em regime fechado. Quando perguntamos o que ela mudaria em seu passado, ela lamenta não ter tido uma adolescência normal, com oportunidade de estudar, namorar e desejava ter se formado em veterinária ou enfermagem, porém, como a realização desse desejo não foi possível, ela se contenta com o presente: “se eu pudesse voltá atrás, era isso que eu quiria, continuá cum meus estudo, e chegá onde eu quiria alcançá, sê uma veterinária o uma enfermera, mais num tem como, tem que ficá contente cum isso memo” (*Ibidem*). Ainda que o seu presente seja muito diferente daquilo que ela desejava para si, ela sabe que no momento não há nada a fazer, a não ser contentar-se com o cárcere, esperar o tempo passar, até que chegue a liberdade. A reflexão de Rosa, a partir do cárcere, brota do sofrimento em decorrência da distância dos filhos: “na hora da minha raiva, eu pensei só no que eu ia fazê, eu não pensei no futuro dos meu filho, eu num pensei nos meu filho na hora, e hoje em dia já não, hoje em dia já não. Antes deu fazê uma coisa, antes deu agi eu penso neles né?” (*Ibidem*). A imagem de mãe revelada nesse excerto comprova a preocupação com o bem-estar dos filhos, e a sua responsabilidade materna, embora esteja longe.

A distância das filhas é algo que, da mesma forma, aumenta o sofrimento de Luísa na prisão. Os nascimentos de suas duas filhas foram tumultuados. Aos quinze anos, ao descobrir-se grávida, também descobre que é portadora do vírus HIV. Três anos mais tarde, engravida da segunda filha sem que ela tenha planejado. O uso de entorpecentes e a prostituição para manter o vício colaboram para uma gravidez indesejada.

infelizmente eu me envolvi com drogas aos treze ano, nesse meio tempo conheci meu, meu ex-esposo, cum quinze ano eu engravidei, a minha primera filha, convivi mais um poco com ele e depois separei, nesse meio tempo vai passando os ano, depois de três ano engravidei de novo (...) o segundo filho, num foi..., eu num vô falá pa sinhora que foi um amor, foi...a...na verdade a minha segunda filha ela foi, ela foi mais, posso dizê um acidente? Ela foi um acidente. Porque, quando eu tava tamém nesse mundo da droga, eu acabei....[embaraço] num vô minti, eu fazia programa pra sustentá o meu vício, e um desses, num desses dias acabei engravidano, essa foi a minha segunda filha (LUÍSA, 2015).

Segundo ela, a gravidez, aos quinze anos, foi planejada juntamente com o companheiro. O que não havia imaginado é que poderia ter contraído o vírus HIV. Essa descoberta lhe causou revolta e nos primeiros meses do nascimento, a rejeição à sua filha:

eu já tava com uns dois ano, dois ano na droga, eu num sei dizê assim muito conhecimento, infelizmente, nesse tempo de droga, tudinho, eu acabei contraindo o vírus do HIV, infelizmente fiquei sabendo no exame que eu fiz, que toda mulher grávida tem que fazê, isso pra mim na época foi um choque muito grande, foi um choque porque minha mãe trabalhava no hospital, no posto, ela trabalho no hospital, depois ela foi pro posto, e a minha mãe pelo fato dela conhecê os médico, conhecê as enfermera, ela ficô sabendo primero que eu, e a minha mãe naquela época ela sabia que... todo mundo sabe que a AIDS matava, que a AIDS era, se num cuidasse, ainda mais eu que era usuária de droga ia morrê, então a minha mãe ficô sabendo disso primero que eu, minha mãe falô que foi três dia calada, sem me contá nada, eu sem... eu posso imaginá o que que a minha mãe tava sofrendo, minha mãe, eu lembro que a minha mãe chorava muito, eu tava de três mês de gravidez já, minha mãe ela chorava muito, e eu perguntava: — o que que tá acontecendo, mãe? E ela num falava. — Mãe o que que tá acontecendo?, (...) **e eu me lembro dessa cena como se fosse...** uma coisa pra mim como se o mundo tivesse acabado. Eu tava deitada, aí minha mãe chegô chorando, ela sento assim na bera do meu pé, começô a passá a mão no meu pé assim, aí eu falei: — O que que tá aconteceno, mãe? [Comoção] “Se a mãe falá pra você que você tem que tomá remédio pro resto da sua vida, vários remédio?” Eu falei: — Por quê? Ela falô assim: — Porque você tem AIDS. [Silêncio/choro] E aquilo ali pra mim eu sabia só que eu ia morrê, eu num quiria acreditá no que ela tava falando, nisso eu comecei a gritá, gritá, me batê, dava murro na minha barriga, porque eu quiria morre naquele momento, eu começava a gritá, gritá, a me arranhá e me dá soco e tudo (...) e eu **gritava, gritava, gritava**, aí veio essa minha tia, pedi pra mim tê calma, eu num quiria sabê de calma, eu só quiria morrê naquele momento, até que eu consigui respirá, consigui me acalmá, mais foi depois de muitas hora. (LUÍSA, 2015).

Para Luísa, era como se tivesse uma sentença de morte, com data marcada, aos quinze anos de idade. A presença da mãe, a compreensão e carinho da parte de seus familiares foram fundamentais nesse momento de extremo desespero. Os gritos aflitos e a autoagressão foram as formas que ela encontrou para punir-se na hora da angústia. São memórias dolorosas que Luísa revisita com lágrimas nos olhos. Vivências que ressurgem e que ela revive hoje, com outro olhar, como uma expectadora que nada pode fazer para mudar o passado cheio de dores. Em seguida, contar esta situação para o seu companheiro foi uma árdua tarefa.

ele chegô do serviço, me pegô e fomo pra casa, eu num conseguia dormi ficava pua lá e pra cá, que eu tenho que falá pra ele, ficava pensando e eu cheguei e falei. Falei: — Joel, fiquei sabendo que... no meu exame deu que eu tenho HIV. Ele deu..., a reação dele foi, foi tipo irreconhecível, porque ele num falô nada, ele num, num teve um-a reação, tipo “meu Deus, o que que tá acontecendo?” ele, praticamente falô assim pra mim, é? Falei: — Você não vai falá nada? Falô assim: — Eu vô falá o que, Luísa? Vô no médico. Aí nisso, no otro dia, como minha mãe trabalhava no posto, ela correu já atrás, tudinho, fomo, nós foi pra Campo Grande, e pra minha surpresa, até então, nele num tinha dado nada, e pra minha surpresa ele fez o teste rápido e num deu nada (*Ibidem*).

Embora fosse difícil, ela teria que contar ao marido o seu problema de saúde, para que ele também pudesse se proteger. A reação de seu companheiro, ao tomar conhecimento da notícia, foi diferente daquela que Luísa esperava, e para surpresa maior, após os testes,

constatou-se que ele não era portador do vírus. Em virtude das pressões da família e da sociedade onde moravam, Joel resolveu terminar o relacionamento com Luísa:

Eu acho que como a cidade ali é pequena, saiu, a Luísa tem AIDS, a Luísa tem AIDS, se ela tem AIDS, o marido dela também tem. Na época, a mãe dele queria que ele largasse de mim, queria que ele me abandonasse tudinho, até que, até então, até nesse momento, ele tava comigo, porque como ele fez várias vezes o exame e num deu nada, até onde ele tá e num deu nada. O que aconteceu? A barriga foi crescendo, ele foi se distanciando de mim, depois que a V nasceu, ele teve um comportamento totalmente diferente daquele homi que me ajudou, aquele homi que me deu força, aonde eu ouvi da boca dele que eu ia morrer, que eu era aidética, do homi que eu amava e que, infelizmente, eu amo até hoje. O que que aconteceu? A minha filha nasceu, eu peguei raiva a minha filha, peguei raiva porque se eu num tivesse grávida, eu não saberia que eu teria, se eu num tivesse grávida, até hoje eu taria com a pessoa que eu amo, isso foi no começo, isso durô uns cinco mês depois que ela nasceu, ai nós fomos, ai, ai nosso casamento acabou de vez, cabô porque ele me jogô na cara esse problema aí. Infelizmente, olhava pra minha filha e num conseguia ficar perto dela, foi ai que tive depressão pós-parto (LUÍSA, 2015).

Para Luísa, a filha representava a descoberta de um final: o término do seu casamento e também o começo de muito sofrimento, de forma que não conseguia cuidar da recém-nascida. Além de conviver com a doença, também conviveu com a rejeição e o preconceito de quem ela amava. E essa situação a levou de volta às drogas: “Aí comecei a passá por psicólogo tudinho, tentei fazê a minha vida de novo, num consegui, aí depois desse desprezo que eu tive da parte dele, aonde que eu me enfiei na droga de vez e sem volta” (Luísa, 2015). Para Luísa, a filha era culpada de todos os seus problemas, pois se ela não tivesse grávida não saberia que era portadora do vírus e então estaria vivendo com o amor da sua vida até os dias de hoje. Esse raciocínio aparenta ser bastante imaturo, afinal, se não tivesse grávida, não poderia ter tomado as precauções para impedir o avanço de uma doença tão grave que, se não cuidada, leva à morte. Culpar a filha seria tirar de si toda a responsabilidade por seus atos e de seu companheiro que preferiu terminar a relação; além do vírus HIV também havia a depressão pós-parto para agravar a situação. Era como se os castelos de sonhos de Luísa estivessem desabando, sem que ela pudesse fazer nada. Ao voltar para as drogas, ela volta para a prostituição, e dois anos depois, mais uma gravidez, que ela define como um “acidente”, no entanto, a nova gravidez não muda o modo de vida de Luísa. Ainda que tenha passado por diversas experiências de dor, elas não são suficientes para fazê-la modificar sua conduta.

As vozes que ouvimos nestes relatos falam de sonhos perdidos, decepções, trajetórias sofridas; por trás dessas narrativas estão pessoas machucadas, marcadas por um passado de

amarguras. Pessoas alcançadas pelo crime. De vítimas, passaram a reprodutoras da violência sofrida. São vozes marginais: à margem, esquecidas pelo caminho.

_____ Capítulo III

“Qual história trouxe você aqui?”: de vítima a algoz

*Vem a lua, vem, retira
as algemas dos meus braços.
Projeto-me por espaços
cheios da tua Figura.
Tudo mentira! Mentira
da lua, na noite escura.*

Cecília Meireles
(1901-1964)

Neste último capítulo, abordaremos a questão da culpa e da culpabilidade num contexto marcado pelas mais diversas formas de violência: tentativa de infanticídio, a negligência, o abandono afetivo, dentre outros. No processo de tentar compreender o motivo pelo qual houve a violência, muitas vezes, o percurso se direciona para o sentimento de culpa e de justificativa para a agressão sofrida. Tanto a recepção quanto à prática da violência conduz as entrevistadas por caminhos difíceis, tornando-as criminosas. A conduta criminosa, por sua vez, revela a outra face da mulher: aquela que também é capaz de contrariar as normas vigentes, de ferir e matar.

Na prisão, para diversos momentos, há o jargão “Cadeia não é eterna!”, seja para dizer “te pego lá fora”, ou seja, para se alegrar: “logo estou na rua”. É o desejo de chegar ao final da pena que mantém viva a esperança das encarceradas. Alcançar a liberdade e estar de volta ao convívio com os familiares são os sonhos mais acalentados, quer para a semana que vem, ou para daqui a 20 anos. Os sonhos para depois da pena são os condutores para o último tópico deste capítulo. São eles que embalam e amenizam os dias, quase todos iguais, por detrás das grades. Todavia, apenas alcançar a liberdade não garante que os sonhos serão realizados. A reincidência criminal e o despreparo da sociedade para acolher a egressa são fatores que podem transformar os sonhos em dura realidade. São poucos os programas sociais e governamentais que acolhem e ajudam as internas que retornam para a sociedade, e optam por caminhos longe da delinquência. A reincidência criminal no Brasil é o caminho para o retorno de muitas mulheres à prisão. Não há como falar em projetos para o futuro sem falar em recomeço, e, dessa forma, finalizaremos este capítulo abordando como as memórias revisitadas contribuem para novas possibilidades de se enxergar e se aceitar.

3.1 “A culpa é minha”: Violência e Culpabilidade

A violência, seja ela física ou psicológica, sempre deixa as suas marcas. Nos casos de violências sofridas ou praticadas pelas apenadas que entrevistamos, verificamos o quanto os cenários de hostilidade estão presentes em todas as narrativas. Desde agressões verbais, abusos sexuais, abandonos, tentativa de homicídio, em síntese, as situações de desrespeito à pessoa humana são contínuas. Empregamos aqui a definição de violência dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 5) como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”. Nas entrevistas, averiguamos que o

tipo de violência mais sofrido pelas mulheres é a doméstica. Em muitas situações, ela é vista como natural, e ainda justificada em virtude do modelo patriarcal da sociedade brasileira. A Lei Maria da Penha³⁵ (Lei 11.340/2006) define violência doméstica como:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

No Brasil, os índices de violência contra a mulher são alarmantes. Pesquisa recente, realizada pelo instituto de pesquisa Datasenado³⁶, da Secretaria de Transparência do Governo Federal, revelou que a cada cinco mulheres, uma já sofreu agressões físicas do marido, companheiro, namorado ou ex. E embora as brasileiras saibam da existência da Lei Maria da Penha, promulgada há nove anos, acreditam que ela ainda não está sendo, de fato, cumprida, pois muitos casos de violência permanecem impunes. Ciúmes e bebida aparecem como as principais causas da violência, que já vitimou 18% das mulheres brasileiras. Esta realidade é bastante conhecida das entrevistadas. É interessante ressaltar também que a violência psicológica, ainda que pouco divulgada, é tão grave e devastadora quanto às agressões físicas.

Em meio a esse contexto degradante, onde respeito e dignidade são palavras extintas, a violência psicológica, presente em diversas situações no dia-dia das mulheres, se oculta por detrás de comentários ofensivos, ou de comportamentos conformistas por achar que “as coisas são assim mesmo”. Bourdieu (2014), ao falar sobre a violência contra mulheres, ressalta que a dominação masculina é uma forma de submissão, e que o comportamento submisso resulta na violência simbólica. Ela pode parecer invisível aos olhos da própria vítima, pois acontece de forma velada, encoberta por outras ações, e dessa forma, com o consentimento imperceptível da vítima. Tal consentimento proporciona as condições ideais para que a violência simbólica aconteça reiteradamente. A continuidade dessas agressões causa efeitos devastadores na vida de qualquer mulher. Sequelas que vão marcar as memórias, como também os esquecimentos de uma memória impedida de recordar.

³⁵ A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) refere-se à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela define e tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos.

³⁶ Pesquisa disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>, acesso em 26.out.2015.

As agressões podem acontecer de forma sutil, como, por exemplo, quando a narradora Luísa afirma que seu pai aparecia apenas “de vez em quando”, deixando nos ombros da mãe toda a responsabilidade pela criação e cuidado com as filhas, ou sempre que ela via sua mãe se colocar na porta do banheiro, para que as filhas não vissem o pai fazer uso de entorpecentes. Outras vezes, ocorrem abertamente. A narradora Luísa presenciou as agressões de seu pai à sua mãe, e também foi abandonada pelo companheiro depois de saber que ela era portadora do vírus HIV. No momento da prisão, ela foi vítima da violência policial. O abandono afetivo sofrido por Luísa, primeiro pelo pai, depois pelo seu companheiro, assim como a pressão psicológica policial, são violências que não aparecem nas estatísticas.

Segundo os relatos de Flora, supomos que ela pense que as agressões aconteçam apenas fisicamente, porém, os ciúmes e a vigilância constante do marido também eram ofensivos. Muitas mulheres acreditam que a violência se dá apenas quando há a agressão física, no entanto, as agressões verbais e psicológicas machucam e ferem da mesma forma que as pancadas e empurrões (ler depoimento de Flora, 2014, na página 57 desta dissertação).

O marido de Flora, como muitos outros, considera que a mulher é uma propriedade sua, da qual pode dispor no momento em que quiser. A narradora Vanda também passou por agressões de toda ordem com o segundo marido, que era usuário e traficante de drogas:

aí nessa, nessa caminhada conheci o meu segundo marido, que nesse tempo ele fumava só maconha, aí eu continuei fumando maconha com ele, passô uns tempo nós usando maconha, aí ele conheceu o crack, aí ele me ensinô a fumar o crack, aí foi a perdição da minha vida, aí fumamo uma casa de quatro peça com tudo dentro, nisso eu engravidei do meu guri, hoje ele tem dezoito ano, e... **direto apanhando, direto sempre sofrendo na mão dele, aí eu tomei a decisão** e vim embora pra Dourados, que lá até ele dizia... eu não quiria mais usá o crack, que o crack tava acabando comigo, já os meu filho tava passando fome, eu passando fome [...] mais ou menos uns quatro meses, ele ficô bem, sem usá o crack, aí ele voltô de novo a usá o crack, aí foi indo, foi indo, eu me separei dele (VANDA, 2014 grifo nosso).

Nas memórias de violências revisitadas por Vanda, restam as frustrações, mentiras e promessas quebradas pelo seu companheiro. Neste cenário de dor e decepções, é possível constatar o sentimento de culpa por estar em um relacionamento que lhe trouxe sofrimentos para si e para seus filhos. Ainda que culpe o companheiro por lhe “ensinar” a fumar crack, “a perdição de sua vida”, ela permanece sofrendo e passando por violências e privações, até que, no limite das aflições, opta pela separação.

Ao falar sobre o tempo em que esteve morando com uma família, durante sua infância, ela narra episódios de violência física e psicológica. Podemos perceber o sentimento de abandono e de desamparo que está contido na voz de Vanda, responsabilizando a irmã pelos seus infortúnios, que, segundo ela, mesmo tendo condições de criá-la, preferiu mandá-la para

trabalhar com outra família. Tais situações de desamparo e de abandono não passam ilesos nas ruínas da memória:

Tinha um mininu que me batia muito. O Cris, é o nome dele. É o Cris e a Tati. A Lúcia nunca judiô de mim, nem o seu Antônio que era o marido dela, mais ela e o filho dela sim, eles sim judiavam muito de mim. Minha irmã tinha sim condições de me criá, ela tinha casa própria, ela tinha serviço fixo, ela tinha condições de me criá, não me criô porque num quis (VANDA, 2014).

O sentimento de mágoa e de culpa se mistura ao lembrar as agressões que recebia. Ela tinha oito anos e queria brincar com a bicicleta, porém, não podia chegar perto do brinquedo, que era hostilizada. Hoje, relata que o agressor estava certo, pois a bicicleta era dele, e ela não tinha mesmo que tocar nela, naquele tempo, porém, ela não compreendia:

a única coisa que eu lembro, guardo, é isso. É que ele, o guri, me bati, que ele tinha uma bicicleta, e eu quiria andá naquela bicicleta, aí ele me batia se eu tocasse na bicicleta, era motivo dele me batê, e ele era um guri que tinha aula de judô, de karatê, daí ele me batia mesmo, não era assim um tapinha, ele me batia, e ela achava que ele tava certo por causa da bicicleta, num ponto ele tava né? que a bicicleta era dele, num tinha nada que querê, **mais eu não entendia isso**, eu vinha de uma família pobre, pra mi aquilo [riso] era novidade, então, pra mim eu guardo isso daí (*Ibidem*, grifo nosso).

Para Vanda, além de si, há sempre alguém para responsabilizar pelas suas adversidades. Além de culpar-se, culpa ora a irmã, ora o companheiro, ora a família adotiva. O passado violento que ficou distante nas memórias da infância não é possível alterá-lo, ele apenas pode ser “ressignificado” a partir das experiências vividas e trazidas para o presente. A criança que “não entendia” é, por fim, compreendida pela mulher por detrás das grades. O menino que “batia mesmo” e ela recebem o olhar de quem deseja revisitar o passado com menos amargura. Vanda que foi vítima do abandono da irmã na infância, quando adulta e mãe, reproduz o comportamento que tanto a feriu: deixa a sua filha por dias, com uma comadre, enquanto se diverte:

Gostava de saí, largava ela (filha) com a minha cumadre, que ela era madrinha dela. Largava na sexta-fera, lá na segunda eu aparecia pra buscá ela, e minha cumadre me falava um monte pra mim, e mesmo assim não entrava na minha cabeça. Hoje eu me arrependo, se hoje eu tivesse ela jamais (abandonaria)... (*Ibidem*).

Ela, já adulta, passa a reiterar a violência que sofreu durante a infância. Embora ela relate que o único amor que ela já sentiu na vida é pelos filhos. A filha mais velha é quem é a vítima da negligência materna.

A violência doméstica, conforme a lei define, não é somente entre marido e mulher, mas toda ação agressiva que acontece no âmbito doméstico. No relato da narradora Tereza, logo em seu início, ao falar de si, ela afirma:

A Tereza uma pessoa que não tem muitas histórias boa, mais só lembranças triste da época da infância que, desde quando ela se entende como uma minina adolescente aos oito, nove anos de idade começô a ir atrás da história de vida da sua mãe com o pai, separação, aí entre isso veio o padastro, sofrimento, até houve uma tentativa de abuso por parte do padastro com uns onze ano de idade. Aí dessas época em diante, eu já me via uma pessoa assim a começá vivê revoltada pelo mundo [...] (TEREZA, 2014).

É o reflexo da violência que foi sentido no decorrer de sua vida, esse reflexo se traduz em revolta. A voz de Tereza está imersa em amargura e ressentimentos pela violência sofrida no passado e que determinou também o seu futuro, uma vez que, após esse episódio, ela passou a “viver revoltada pelo mundo”. É possível perceber no relato de Tereza uma mágoa em relação aos pais, por terem se separado. Depois disso, a mãe passou a conviver com outro companheiro, o qual tentou abusar sexualmente dela, motivo principal de sua raiva. Dessa forma, não só o agressor é o culpado, mas também os seus pais. Ela atribui o seu ingresso no mundo de revoltas aos acontecimentos de sua infância: negligência dos pais e maus-tratos do padrasto. Tereza, mesmo adulta, se mantém presa às memórias de um passado de dores e sofrimento.

Podemos observar nas narrativas que a violência sexual esteve presente na vida de várias mulheres. Os abusos relatados nas entrevistas, em nenhum caso, houve denúncia ao poder policial, as vítimas acabaram silenciadas, e os agressores não foram punidos. Ana Maria Züwick (2001) traz importantes reflexões sobre a violência sexual contra mulheres, considera que também, nestes casos, há violência simbólica:

Embora a violência sexual propriamente dita seja representada por todo ato exercido contra a vontade da mulher, através da ameaça, intimidação ou ataque, ela também engloba um conjunto de atitudes e fatos sociais. A mulher pode ser discriminada, submetida ou subordinada por ataques simbólicos à sua liberdade e dignidade. A publicidade que apresenta as mulheres como objetos sexuais, o assédio ou o toque de qualquer parte do corpo da mulher sem seu consentimento são formas como a violência simbólica pode manifestar-se, na medida que expressa uma assimetria nas relações de poder entre homens e mulheres (ZÜWICK, 2001 p.84).

A violência sexual, simbólica ou física, atenta contra a dignidade da mulher, e é a representação em maior grau das desigualdades entre homens e mulheres. Ela torna-se mais

grave quando são utilizadas armas, é exercida por mais de um agressor, como no caso de Vanuza, ou quando a vítima conhece o agressor, nos casos de Flora, Rosa e Tereza. Nesses casos, a possibilidade de haver o sentimento de culpa é maior, assim como, o medo de represálias ao denunciar a agressão, e por fim, ainda são obrigadas a continuar convivendo com seus algozes.

Além das violências físicas, outras formas de opressão marcaram a vida das entrevistadas. Vanda e Vanuza quando crianças tiveram que fazer diversos trabalhos domésticos. A infância de ambas, que poderia ser um tempo para desenvolverem suas capacidades, na verdade, foi voltada para as responsabilidades que não eram delas. Elas foram tratadas como se fossem pequenos adultos, e o direito ao lazer, à recreação e à aprendizagem que deveriam ser preservados, foram esquecidos. Estas atitudes, muito comum nos dias atuais, se mostram um retrocesso para a infância. No passado, as crianças eram tidas como adultos incompletos, em desenvolvimento e eram obrigadas a assumir obrigações incompatíveis com suas idades e aptidões.

Em consonância com essa realidade, o historiador francês Philippe Ariès (1978) afirma que especialmente durante o século XIX, a exploração do trabalho infantil se intensificou, porque essa mão-de-obra era considerada barata e não havia nenhum controle ou fiscalização por parte das autoridades competentes, sendo as crianças mais pobres as mais vulneráveis à exploração. No Brasil, e ainda nos dias atuais, as crianças oriundas de famílias pobres têm um destino semelhante: elas são submetidas aos trabalhos domésticos ou a acompanharem seus responsáveis em trabalhos diversos. Vanuza relata que cuidou dos irmãos e também dos afazeres domésticos, assumindo atribuições que não eram suas, sem ter o direito de ir à escola:

não tinha como eu estudá e tomá conta deles, porque do meu irmão mais velho, tinha do de oito ao de sete eu tomava conta deles, meu, minha mãe tinha, um curral de porco, assim a gente cuidava porco, eu num podia estudá porque eu tinha que cuidá dos porcos, fazê comida, dá banho neles pra levá eles pra escola, aí num tinha muito como eu ir pra escola, porque era muita obrigação pra mim, porque eu era pequena, eu era doente já nessa época, aí num tinha como, porque eu fazia tudo ao mesmo tempo porque quando eles chegasse da escola já tinha que tê comida pronta, pra quando minha mãe chegasse do serviço já ta tudo pronto, pra mim podê adianta o serviço pra no otro dia eles podê ia pra escola de novo (VANUZA, 2014).

A sequência de “porquês” que marcam a narrativa de Vanuza é significativa. Ela reconhece que a falta de escolaridade lhe impediu de conquistar uma trajetória mais digna. Assim, busca se eximir da culpa por ter desistido de ir à escola. Nas afirmações: “porque era muita obrigação para mim, porque eu era pequena”, estão contidas a reflexão do adulto que

recupera a imagem da criança que um dia foi. No caso de Vanuza, esta criança é desculpada e a ausência da escola é compreendida pela mulher que rememora. Ao ser perguntada sobre o seu relacionamento com os pais, ela relata:

Bom, ca minha mãe era mais ou menos, que era bem difícil a gente conversar, porque sempre ela chegava cansada e queria descansá, o meu pai quando ele tomava uma pinga, a vida dele era xingá a gente, então, assim, quem eu tinha mais contato mesmo era ca minha mãe, meu pai quase nada, era bem difícil assim a gente pará pra conversar era mais, quando ele queria pegá pra batê mesmo eu xingava causa de alguma coisa (*Ibidem*).

É possível notar que Vanuza procura desculpar a falta de atenção e carinho dos pais, uma vez que a mãe trabalhava demais e chegava cansada em casa, e o pai era agressivo porque estava bêbado. Ou seja, para ela, os seus pais não tinham consciência da situação de desamparo e negligência em que ela e os seus irmãos eram as vítimas. Também isenta o pai de culpa quando começou a ingerir bebidas alcoólicas: “eu já sabia tomá pinga porque falaram pro meu pai que conhaque era bom pra sará bronquite, e, nesses bom pra sará bronquite eu virei alcoólatra [...]” (*Ibidem*). Destarte, a avaliação da conduta do pai, elaborada por Vanuza, nesta situação, é de que ele não pode ser culpado pelo seu vício, porque, quando ele lhe induziu a ingerir álcool, estava pensando em curar sua doença, não transformá-la em uma alcoólatra. Logo, se isso aconteceu, a culpada era ela por sofrer de asma.

O sentimento de culpa pode ser observado na narrativa de Sandra, ao mesmo tempo em que procura justificar-se dos seus atos, coloca-se como a única culpada por estar encarcerada. Em seu desabafo, confessa que tinha noção da ilicitude de suas ações, e ao assumir estas ações, assume também a culpabilidade que elas carregam. Tal atitude supõe a consciência de que a sua família não pode ser responsabilizada pelas consequências da sua conduta.

Hoje eu pago um erro, num vô dizê que a culpa é da minha família, porque eu sô, **cada um sabe o que faz**, porque antes de você fazê uma coisa você já tá sabendo o que vai acontecê, se alguém chegá e falá assim, que todo mundo me conhece por Sol, meu apelido é Sol na família, em casa, aqui, intão se alguém chegá e falá: — Sol, [...] vamo na igreja? Eu sei que se eu ir pa igreja eu vô ganhá uma bença, eu vô tá bem protegida. Se alguém chegá ni mim e falá: — Sol, vamo lá naquela festa. Eu sei que lá vai rolá droga, eu sei que lá vai rolá briga, eu sei que lá tem quem presta e quem não presta. Intão, eu sei, **a minha família não tem culpa da minha vida sê assim** (SANDRA, 2014, grifo nosso).

A história que trouxe Luísa para a prisão não é muito diferente da história de diversas pessoas que fazem uso de entorpecentes e não tem condições financeiras para adquirir: a prostituição e o tráfico são as opções mais frequentes. E foi o consumo de entorpecentes

aliado à prostituição que causou a prisão, sob a acusação de tráfico de drogas e aliciamento de menores. Sobre a sua prisão ela relata:

Pra mim, o dia que eu fui presa? Pra mim era como um dia qualquer, um dia qualquer, uma noite qualquer, tinha acabado de tê feito um pograma, era num quartinho onde eu ia várias vezes, consumi dogra ou fazê pograma, foi numa noite totalmente normal, fiz um pograma no valor de sessenta reais, e nisso eu tinha fumado o dia intero, eu tinha fumado, eu tinha consumido bastante droga, álcool, e [...] fiz o pograma, peguei esse dinheiro, peguei a chave do quarto onde eu estava, fui num bar que é muito conhecido lá, que é o bar do Caio, era uma noite normal pra mim, dancei muito, bebi muito, e comprei três paradas, que cada uma lá era de vinte reais, eu comprei três por cinquenta que até era que eles davam né? e fiquei com dez reais no bolso. E ali continuei bebendo, normal, depois de tê comprado as parada, dancei muito e [...] a hora que eu decidi voltá pro quartinho lá onde eu fiz o pograma pra consumi a droga que eu tinha comprado, encontrei um-a conhecida minha, chamada Sueli [...] no que a gente tava indo a polícia apareceu, abordo eu e essa mulher, pergunto o que que eu tinha no bolso, eu num tenho nada no bolso e eles recuaram pa trás e foram onde estava o menor, no que eles encontro o menor, não sei o que o menor falô pra eles, que nisso eles apanharo o menor e viero, apanharo a gente, batendo, xingando, com palavrões, com vários tapa, que a gente tava vendendo droga, e como eu tava alcoolizada e drogada eu tentei tipo reagi a prisão e nisso eles colocô, ele colocô o menor e a minina no camburão atrás e me jogô dento do carro no banco de trás e como eu fiquei muito agitada tudinho, nisso passô o Will com a bicicleta nesse momento, aí eles abordo o Will, no que eles abordô o Will; eu sai de dento do camburão correndo, nisso eles deram dois tiro pa pará e eu num parei porque eu tava tipo incontrolada, num sei dizê o que que aconteceu naquele momento e nisso eu corri dentro do camburão e fiquei numa casa abandonada que tinha lá perto e eles me caçando, os policiais ficô lá onde eu tava e os otro foi levá o menor e a minina na delegacia, e naquilo eu tremia, tremia, tremia porque aquele dia eu pensei que eu fosse morrê aquele dia, porque eu ouvi da boca deles que eles ia me matá por eu tê corrido tudinho, aí depois acho que de uma hora, uma hora e meia que eu tava ali eu resolvi sai, aí no que eu sai eles tava ali, aí eu **apanhei, apanhei, apanhei, apanhei como eu nunca tinha apanhado na minha vida**, aí eu tirei do meu bolso, em momento nenhum eu pensei em entregá a droga, porque eu tinha duas parada, não eu vô apanhá e vô embora, só que eu vi que num foi bem assim, [...] aí eles falô: — Ou você assina as dez parada, ou eu coloco um quilo pra você assiná. Eu num tive escolha. **Me deparei que eu estava presa mesmo quando eu entrei aqui dentro**, que aí eu fui cai na realidade do que estava acontecendo comigo, essa foi a história que me troxe aqui (LUÍSA, 2015, grifo nosso).

O consumo de entorpecentes, a prostituição, a violência policial, a delação, a prisão. Luísa rememora a trajetória que a trouxe para o cárcere. Tem clara em sua memória cada situação que antecedeu a prisão: a ida ao bar, o encontro com os conhecidos, a fuga dos policiais, colocando em risco a sua vida, a acusação de aliciamento, e finalmente a vinda para uma penitenciária. Todas essas lembranças lhe parecem cenas que não aconteceram com ela. Até que tivesse os portões de ferro fechados atrás de si, não havia assimilado a situação; a dura realidade: o cárcere, a solidão, a abstinência. Estar presa leva Luísa a refletir sua condição de filha, de irmã e de mãe, se envergonha do passado e do sofrimento causado à família. O sentimento de culpa conduz à seguinte reflexão:

é a pior coisa que, que aconteceu comigo, mais que, que eu não desejo pra ninguém. Porque a droga é dois caminho, **e eu dou graças a Deus de tá presa** hoje, o primero por não tê morrido, e o primero de tá aqui e podê pensá no futuro, porque a droga ou é o cemitério ou é a cadeia. É a coisa que eu não recomendo pra ninguém, é uma coisa que hoje em dia quando eu lembro, **eu me envergonho** porque eu tento imaginá o que que a minha mãe passô, o sofrimento da minha mãe e das minha irmã. Então eu prefiro, eu penso em levá isso pra fora pra não tentá e não voltá mais naquele vício, naquela vida que eu tinha antes. É isso que eu penso (LUÍSA, 2015, grifo nosso).

É possível perceber, em seu relato, a culpa pelo sofrimento da mãe e das irmãs em decorrência da sua prisão. Ela sente-se responsável pelas angústias e dores que afetaram a vida de sua família, o que resulta na confissão do desejo de não voltar ao vício. Tal pensamento nasce da tomada de consciência do real papel que a prisão deve ter para os apenados: lugar para reflexão sobre os desacertos do passado e resolução de manter-se firme e em conformidade com as normas sociais no futuro.

Por detrás da voz de Luísa, percebemos também um consenso popular de que as drogas oferecem apenas duas opções aos seus usuários: a morte ou a cadeia, e, nesse sentido, ela se sente agradecida por não estar morta. Sente que lhe foi dada uma nova chance para recomeçar. O olhar de mulher presa sobre o seu passado proporciona, ainda que pareça irreal, um sentimento de gratidão por receber uma segunda oportunidade para agir de forma diferente no futuro. A vergonha pelos seus atos decorre da angústia que seus familiares passaram por causa de sua conduta criminosa. Ao colocar-se no lugar da mãe e das irmãs, ela enxerga outro ângulo para a mesma condição, imaginar-se na posição da família implica em olhar com os olhos do outro a sua situação. A memória sofrida conduz ao desejo de não reincidir.

Para a interna Mirtha, a separação do marido foi o motivo que a levou às drogas. Para ela, ter marido e filhos é ter uma família, e a partir do momento em que essa família é desfeita, o ideal de lar também se despedaça. É importante lembrar que, na infância, em decorrência da separação de seus pais, ela foi morar com a avó, e só retornou ao convívio com a mãe, quando ela estava com outro companheiro, e em melhor situação financeira. Ela acredita que, se os pais não tivessem se separado, sua história seria diferente, e de repente ela se vê impondo a mesma situação de separação aos seus filhos. Dessa forma, não suporta a nova condição e procura refúgio nas drogas. Afastar-se dos entes queridos foi uma forma de não fazê-los sofrer com a sua condição de usuária:

saia a noite inteira pra vê se eu esquecia, aí passo o tempo, comecei a me envolvê com drogas, aí foi por água a baixo [Discurso emocionado, voz embargada]. Quando eu me envolvi com drogas eu não quis que a minha família me visse desse jeito, aí eu me afastei da minha família (MIRTHA, 2014).

O sentimento de culpa decorre da possibilidade de ser vista pelos familiares em uma situação degradante, fato que causaria sofrimento à família. Assim, ela prefere afastar-se para não agredir.

As agressões narradas, tanto as físicas quanto às psicológicas, revelam que tais ações são um caminho de mão dupla: a agressão sofrida, mais cedo ou mais tarde, será revidada. Na vida das entrevistadas, a culpa decorre do revide. É a maneira de replicar agressão suportada, mas, juntamente com esse revide, o sentimento de culpa aparece e também causa dor.

3.2 “Cê que ganhá dinheiro? O crime como caminho

A prática de crimes por mulheres aumenta à medida em que cresce a atuação feminina nos diversos espaços sociais. Nas estatísticas criminais, este crescimento não é diferente, embora a proporção de mulheres praticantes de delitos, em relação aos homens, seja infinitamente menor. O crime não é reservado apenas ao homem, é uma conduta atribuída ao ser humano. A palavra crime é derivada do Latim: *crimen* que significa “ofensa, acusação, indício”, *de cernere* – “escolher, decidir, separar”. A legislação penal, no Art. 1º da Lei de Introdução do Direito Penal – LIDP “Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas alternativa ou cumulativamente”. Já o Art. 1º do Código Penal Brasileiro afirma que: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”, ou seja, para que o crime exista, é necessário que tal ação já esteja descrita em lei. Ainda no âmbito do Direito, dentre diversas concepções, ele pode ser conceituado formalmente como “qualquer fato do homem, lesivo de um interesse, que possa comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade” (BETTIOL, 1978, p.105).

As memórias das atividades criminosas que foram relatadas trazem presente, em sua maioria, uma situação de necessidade financeira. Para as internas entrevistadas Arlete e Rosa, acusadas de homicídio, houve uma necessidade de defesa. O crime praticado por elas, embora considerado cruel, segundo os seus relatos, foi a forma que encontraram saírem daquela situação. Sobre estudos acerca da personalidade da mulher criminosa, Almeida afirma:

Criminologistas mais recentes, como Tiradentes (1978) e Albergária (1988), apesar de já considerarem a possibilidade de a mulher cometer crimes diversos, também fazem seus estudos com base em fatores biológicos, acrescentando os fatores moral e social, o que leva a pensar nas diferenças de corpo frágil e mente dócil, de sexo passivo e honrado, de moral religiosa e maternal. Essa concepção diluiu no imaginário a idéia de que a mulher é menos agressiva sexual, social e também criminalmente. Consideram o fácil ocultamento da ação criminosa da mulher, considerando serem elas mais instigadoras e cúmplices do que autoras e, sendo assim, dificilmente aparecem nas estatísticas oficiais (OLIVEIRA ALMEIDA, 2001, p.75).

Esse olhar para os crimes cometidos por mulheres considera diversos elementos que classificam tais delitos como “crimes femininos”. São fatores físicos, como a debilidade física, força muscular, passividade sexual, e fatores morais como a inclinação à religião, a maternidade e a sensibilidade às questões éticas; ainda que a mulher dos dias atuais participe mais de atividades da vida social e econômica, ela ainda está ancorada no ambiente doméstico e, dessa forma, “os crimes femininos”³⁷ são os mais atribuídos a elas. O criminologista Lopez-Rey (1973) avança nos estudos sobre a criminalidade, considerando-a como um fenômeno sociopolítico, que relaciona as condições socioeconômicas e políticas de um país às condições de qualidade de vida da população. Quanto mais desfavorável for a qualidade de vida da população, maiores serão os índices de violência e de criminalidade.

O tráfico de drogas é o crime que mais leva mulheres para a PFRBR. Geralmente ele ocorre de forma não-violenta, discreta, não há necessidade de força física para cometê-lo, há um retorno financeiro rápido e relativamente com pouco esforço. Muitas das mulheres são também usuárias e, para manter o uso dos entorpecentes, optam pelo tráfico. Nesse sentido, o crime aparece como uma possibilidade de vida, um caminho. Embora todas saibam onde esse caminho poderá chegar, das consequências de trilha-lo, ainda assim, ele aparece como uma opção sedutora.

Sobre o crescente número de prisões de mulheres acusadas de tráfico de drogas, a professora e pesquisadora Monica Ovinsk (2015), em artigo publicado recentemente e intitulado “*Mulheres e Tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista*”, oferece importantes reflexões sobre o aprisionamento feminino e a sua relação como o tráfico. Uma pesquisa³⁸ realizada em uma unidade penal catarinense serviu como base para suas considerações. Ovinsk afirma que as condições de encarceramento feminino em condições

³⁷ Os crimes considerados femininos são ações delituosas típica na mulher: o aborto; o infanticídio, o mariticídio, o abandono das crianças, a prostituição, o furto e as fraudes.

³⁸ Pesquisa de iniciação científica sob orientação da professora Monica Ovinsk, na Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc, realizada em 2010, na Ala Feminina do Presídio Santa Augusta, tendo como objetivo geral examinar se havia um histórico de violência na vida das mulheres em situação de prisão.

precárias e ilegais são uma violação aos Direitos Humanos das Mulheres. Tecendo o seu olhar pelo viés da criminologia crítica e da criminologia feminista, que procuram desconstruir a visão criada pelo sistema penal sobre as mulheres vítimas ou autora de delitos, Ovinsk trata sobre os aspectos da seletividade penal, o tráfico ilícito de drogas e a feminização da pobreza. Ela considera que o lucro, que desponta do proibicionismo do comércio de drogas, é a lógica que orienta seus comerciantes, porém, esse não é o único motivo pelo qual as pessoas se arriscam em seu comércio. Conforme dados de sua pesquisa, nem todas as mulheres foram aliciadas ou influenciadas pelos companheiros ou familiares para o comércio de drogas, visto que, para algumas, a opção pelo caminho do crime foi escolha própria, como meio para obter reconhecimento e *status*. No entanto, as relações discriminatórias de gênero que ocorrem nos meios sociais também são reproduzidas nas organizações criminosas, onde as mulheres geralmente desenvolvem papéis secundários:

Em regra, as mulheres reproduzem nessas organizações criminais os papéis ou tarefa associados ao feminino, como cozinhar, limpar, embalar drogas ou realizar pequenas vendas, e só conseguem ascender de posição quando mantêm atitudes de extrema subserviência às ordens dos chefes do tráfico (OVINSK, 2015, p. 767).

A subjugação feminina ocorre nestas organizações, e de acordo com os dados coletados, a necessidade e dificuldade em manter o sustento dos filhos e familiares são o principal motivo pelo qual elas buscam as atividades ilícitas. Estes dados reforçam a ideia de que o envolvimento no tráfico tem como objetivo a obtenção de uma fonte de renda, portanto,

O ingresso das mulheres no tráfico de drogas é apontado como um efeito da feminização da pobreza, ou seja, da consideração estatística e social de que a pobreza tem atingido de forma significativa as mulheres e orientado suas escolhas de vida (*Ibidem*, p. 767).

É fato que inúmeras famílias brasileiras são chefiadas e sustentadas por mulheres, e não é diferente com as entrevistadas de nossa pesquisa, que embora declarando que trabalhavam, também tinha no tráfico um meio de sustentar sua prole. Apenas Norma e Vanusa não são mães. As demais entrevistadas criaram os filhos praticamente sozinhas e em condições financeiras precárias. Dada essa situação, comum às duas pesquisas, Ovinsk considera que

um aspecto que chama a atenção nos dados gerais do cenário brasileiro é o fato de as mulheres, em geral, serem mães que não contam com a corresponsabilidade dos pais, numa cultura baseada na “ética do cuidado” como parte da condição feminina, o que resulta na diretriz de que elas serão as responsáveis diretas pelo cuidado e sustento dos/as filhos/as. Por conta disso, as mulheres tornam se também chefes de família (OVINSK, 2015, p. 768).

A condição de mães ou responsáveis diretas pelos filhos lhes condiciona a responsabilidade da criação, afeto, cuidado e educação sem a presença de outra pessoa para compartilhar tais incumbências. Situações como estas, além de sobrecarregar a mulher, permite que o homem não assuma as suas responsabilidades como pai. Relembramos o relato de Rosa, que ao quase perder a guarda dos filhos, na ocasião em que esteve internada, afirmou ao magistrado: “eu tenho amor pelo meu filho, num é porque eu... dei um deslize que... os meus...os meu filho num é cachorro. Eles num tem pai, mais tem mãe” (Rosa, 2015). Rosa não questiona onde estão os pais de seus filhos, nem os culpa pela omissão, apenas assume para si a responsabilidade em provar ao juiz que é capaz de cuidar da prole.

Nesse contexto de necessidades diversas, o tráfico de drogas surge como uma opção tentadora, uma luz em meio à escuridão. Para Sandra, sozinha e com o companheiro preso, traficar foi, segundo ela, a única opção que lhe restou para sustentar o filho pequeno:

daí eu comecei a vendê drogas na minha casa com uma criança pequena, o meu filho nasceu com problemas cardíacos, aí eu comecei a vendê droga também, porque eu não tinha da onde... com quem dexa meu filho, não tinha como pagá um aluguel, não tinha como comprá o leite dele que o leite dele foi passado pa supressol e era trinta reais naquela época, agora a caxinha, então, eu comecei vendê drogas (SANDRA, 2014).

Vanuza também estava passando por dificuldades financeiras, e revela como foi aliciada e depois presa ao tentar levar drogas para dentro de um presídio:

cê que ganhá dinheiro? Eu vô arrumá pra você, só que cê tem que levá droga pra dentro do presídio, eu tô precisando, não tenho outra opção, aí eu fui levá, aí eu levei uma, levei duas, na terceira vez aí eu fiquei, fiquei presa também [choro misturado com riso nervoso] (VANUZA, 2014, grifo nosso).

Ganhar dinheiro para suprir suas necessidades foi a primeira motivação para que ela começasse suas atividades no tráfico. Justificar que não havia outra opção possível é um meio de amenizar a reprovação de sua conduta. Flora afirma que não tem preguiça de trabalhar, no entanto, também se deixou seduzir pelo desejo do lucro:

Bom, eu trabalhava, sempre trabalhei, **não tenho prigiúça de trabalhá**, assim[...] passá necessidade, assim pa falá assim ai hoje eu não tenho um arroz, não tenho um feijão não, eu vô, eu chego, falo, a senhora num ta precisando duma faxina? Qué que eu leve uma ropa? **Não tenho prigiúça**, eu faço faxina, de tudo na rua. Aí eu, eu inventei né? Peguei uma droga né? Aí eu comecei vendê, tinha uma bar lá, e, eu vendi nesse bar, e, assim, de tarde eu vendia lá, ficava lá Pra mim não vendê na minha casa, **aí eu ia todo dia, todo dia eu ia lá, aí eu voltava**. Daí os meus filho falava, pára mãe, pára mãe, não fica indo lá (FLORA, 2014, grifo nosso).

Os filhos de Flora conheciam a prática ilícita e aconselharam a mãe a deixar o tráfico, porém todos os dias ela retornava ao bar. O retorno diário e constante ao local onde vendia drogas sugere que ela já havia desenvolvido a predileção pela atividade ilícita. O tráfico passou a fazer parte de sua vida, até que foi delatada por um de seus clientes. Foi presa em casa, num domingo, enquanto lavava roupas.

A entrevistada Vanda afirma trabalhava. Enfatiza que trabalhava e ganhava bem, mas, além de trabalhar, também vendia drogas:

Meu envolvimento com a droga. Se eu tivesse... **Só que eu tava trabalhando, eu tava trabalhando, eu trabalhava** já há sete meses na metalúrgica, tava bem, ganhava bem, mais a **ganância** do dinheiro... era grande. A **ganância** que eu tinha... não era **ganância**, era podê dá um calçado de marca pra eles, tanto pra os meus dois filho, como pra o meu neto, dá roupa de marca, que eu sempre gostei de vê eles bem calçado, bem vestido. Comprei uma moto, comprei essa moto com o dinheiro que eu trabalhava. E o da droga usava pra calçado, roupa, festas. Festa boa que eu dava na minha casa, então eu acredito que o que me troxe foi isso, a **ganância me troxe**. E, não pará pra pensa (VANDA, 2014, grifo nosso).

Vanda tem claro em suas memórias o que a trouxe para a prisão: a ganância por dinheiro. O tráfico de entorpecentes era uma atividade que já fazia parte de sua vida cotidiana. O desejo de manter um padrão de vida incompatível com seus ganhos, dar festas e comprar coisas caras estão entre os fatores que motivaram Vanda na permanência do tráfico. É possível notar que o desejo de obter bens materiais e a inclinação para a transgressão faz com que Vanda continue por muito tempo na vida criminosa.

Mirtha, que casualmente viajava para visitar o seu companheiro, também estava trabalhando quando foi presa, alega que a influência do seu companheiro foi a causa da prisão, mas assume para si a culpa pela conduta dele:

quando eu voltei pra cá, foi o seguinte, meu atual companheiro, meu marido né? Ele veio pra cá disse que pra trabalhá, aí quando ele chegô aqui ele começô a se envolvê de novo com drogas, mas pra vendê, não pa consumi, eu sabia, só que eu não participava né? Eu falei pra minha mãe: mãe, **em parte eu tenho culpa**, porque se eu tivesse batido no peito e falado não, eu não quero disso, eu não quero aquilo, eu não taria aqui hoje, aliás, nem ele, pois enquanto ele mandava dinheiro tava bom, tava fácil, me economizava mais um poquinho o trabalho porque a vida era bem puxada, **eu também trabalhava**, aí ele começô me arrumá, vendia droga aqui, vendia um poquinho lá, aí foi indo nisso, eu vinha de vez em quando...Eu não morava aqui, eu vinha com o Junior de vez em quando pra vê ele, e numa dessas que eu vim aqui, foi o dia que prenderam ele e eu vim junto (MIRTHA, 2014, grifo nosso).

A influência masculina no cometimento de crimes não aconteceu apenas com Mirtha. Para muitas mulheres infratoras, estar ao lado do companheiro, mesmo em situações

contrárias à lei, é uma demonstração de amor e fidelidade. Em muitas situações, quando o companheiro vai preso por tráfico de drogas, é a mulher quem assume as atividades ilícitas, até que ele saia, ou que ela tenha o mesmo destino: a prisão.

Estudos realizados pela pesquisadora Maria Palma Wolff (2007)³⁹, acerca desse assunto, apontam que o tráfico de drogas é a causa do aumento expressivo no número de mulheres presas. Para Zaluar (1993), muitas vezes, o envolvimento da mulher começa por amor a um bandido ou por serem usuárias de entorpecentes. Dessa forma, principiam com pequenos furtos para ajudar o companheiro ou para pagar pela droga, assim como também, podem esconder armas ou drogas em casa, auxiliando o companheiro na prática delitiva.

Ao se relacionarem com bandidos, estas mulheres têm a possibilidade de adquirir objetos, roupas ou joias caras. Desperta-se a sensação de poder, de *status*, de se sentir invejada, sendo muito comum a postagem de fotos nas redes sociais para mostrarem suas aquisições. Ter dinheiro fácil para gastar com o que quiser é o que estimula o desejo de continuar com tais relacionamentos e com as atividades criminosas. Porém, quando os companheiros, irmãos ou filhos são presos, essas mulheres aparecem sob outra ótica, mais parecidas com a “mulher Amélia”. Segundo Zaluar (1993, p. 140), são elas que estão presentes, sofrendo junto, nas portas das prisões, providenciando dinheiro, advogado, roupas e o que mais for necessário,

Mas, ao contrário da Amélia, esta mulher dedicada pode vir a roubar, mentir, traficar e até matar (e morrer) se for preciso para ajudar o seu prisioneiro, ou por conluio com o seu narcisismo, ou para salvar-lhe a vida. Não pode, portanto, permanecer no mundo doméstico das preocupações femininas e de seus papéis tradicionais que a Amélia nunca deixou. Vai, mais que à luta, à guerra (ZALUAR, 1993, p. 140).

São elas que, muitas vezes, assumem as atividades em lugar do filho, irmão ou companheiro que foi preso, a fim de manter a família financeiramente. Em muitas situações, quando os dois, marido e mulher, são presos, é comum vermos o homem assumindo a culpa pelo ato, para que a mulher seja liberada. Essa atitude de suposta “proteção” à mulher, geralmente tem haver com o fato de que é ela quem vai prover as necessidades do companheiro preso. É o elo com o mundo exterior e a garantia de que os direitos legais serão preservados.

³⁹ A pesquisadora Maria Palma Wolff coordenou um projeto de pesquisa sobre o tráfico de drogas e mulheres na prisão, que resultou no livro *Mulheres e prisão: a experiência do observatório dos Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier* (2007). Foram realizadas entrevistas com gestores, internas e servidores da penitenciária, que fica em Porto Alegre - RS. Também foram realizadas pesquisas junto a diferentes órgãos públicos. O projeto foi financiado pelo Governo Federal (DEPEN), do Ministério Público estadual (RS), Escola do Serviço Penitenciário e do Conselho Penitenciário Estadual.

A história de Mirtha é a de inúmeras mulheres que optam pelo crime para permanecerem junto aos seus companheiros. Nesse sentido, é importante salientar que a falta de perspectivas para um emprego, histórico de abuso de drogas, as dificuldades financeiras e a sedução do lucro fácil são justificativas para que as mulheres adentrem voluntariamente no tráfico de drogas. Norma também auxiliava o companheiro no tráfico de drogas e estava com ele quando foi presa. Ela relata:

o Will começou a vendê com ele, e, eu sempre fiquei de boa nesse ponto, aí eu terminei com ele porque eu queria que ele saísse, e, ele não queria saí, aí foi quando eu perdi meu pai, aí eu perdi meu pai, foi onde eu “destrambelhei” de vez, fui pra Aquidauana pra matá esse menino que matô meu pai, foi por Deus eu não encontrei. Aí eu voltei pra cá, quando a gente voltô, uma semana, menos de uma semana, aí os menino falô que tinha polícia na cidade, que era pra tomá cuidado, aí nisso, tinha uma dívida pra pagá, e, num tinha ninguém pra ir buscá, aí eu fui, busquei, aí ficô lá em casa, eles venderam, passaram dinheiro numa quarta-fera, na quinta-fera a polícia entro em casa, foi sorte, aí acharam 29 gramas de “nóia” e 6 paradinha de maconha (NORMA, 2014).

As memórias de Sandra também trazem presentes lembranças da prisão junto com o companheiro, em um assalto:

por causa do Mendes eu puxei uma cadeia de quase dois anos aqui, ele tinha um revólvi e nesse revólvi teve um assalto, nós entramos junto, quando viu já tava envolvido, numa relojoaria e eu vim cai presa no 157 ([...]) acharo uma testemunha, e hoje eu convivo com a testemunha, a testemunha que me acusô, que nem me conhecia, só comprava droga desse meu marido, que na época, ele era do crime, ele trabalhava, mais mexia cum coisa errada (SANDRA, 2014).

Estar presente com o marido no momento do crime confere à mulher o *status* de companheira para todas as horas. Embora ela afirme que o companheiro trabalhava, ao mesmo tempo, e com o seu conhecimento, ele praticava crimes. Mesmo tendo ciência das atitudes ilícitas do companheiro, a opção de Sandra foi de permanecer junto a ele, inclusive nos momentos de transgressão da lei. Nesse sentido, ela não transgrede apenas a lei, mas também todas as convenções sociais que são atribuídas à mulher.

Na narrativa de Tereza, não foi o companheiro, mas o cunhado que motivou a sua prisão, ela alega: “por causa do meu cunhado, ponho a droga dele dentro da minha casa, enquanto eu tava na fazenda. Aí como, como, como que eu vô explicá isso?” (Tereza, 2014). Também, nesse caso, há uma ligação de parentesco com a figura masculina, e Tereza já tinha conhecimento das atividades ilícitas do cunhado.

Para Luísa, os entorpecentes que a fizeram sofrer na infância se tornaram seus tiranos na adolescência: aos treze anos começou a usar drogas, e para manter o vício começou a se

prostituir. Foram sete anos “usando droga, acho que a minha, minha juventude, falá, eu num sei dizê porque eu tava no mundo da droga, tava nesse..., eu perdi nesse, nesse total de tempo, foi sete ano perdido” (Luísa, 2015), e a junção de drogas e prostituição a levaram para a prisão aos vinte e um anos. Os sete anos dedicados ao consumo de drogas e a prostituição são classificados por Luísa como um tempo perdido. Suas palavras contêm um desabafo, é a voz de quem sabe que não é possível voltar atrás e reaver o tempo que já passou, sabe que só é possível rememorar. A juventude é retratada como uma fruta que passou do tempo de ser colhida. Para Luísa, as memórias revisitadas aparentam ter o peso do tempo sobre si. Nas entrelinhas, entendemos que o “mundo da droga” apenas traz perdas: da juventude, da família, da saúde, da liberdade.

A história que trouxe Arlete para a prisão foi uma agressão física que resultou na morte de seu companheiro. O relacionamento conturbado e repleto de agressões já em seu início revela um desfecho trágico. Arlete conheceu o companheiro, que não foi nomeado, em uma festa de São Pedro, viveram juntos por três anos. No início, conhecendo a fama dele como um homem agressivo com as mulheres, ela rejeitou a proposta de ficarem juntos: “Eu conheço a sua fama, cê bate em muié, cê corta muié, cê baleia muié, ichi [...] eu conheço a sua fama”, até que foi convencida a mudar de ideia: “Não! Eu num sô mais aquele, vamo tentá”. E assim foi. — Cê largo memo da fulana? “Larguei”, porém o relacionamento era permeado de agressões: “Aí foi ficano difícil, difícil, difícil, difícil, difícil, e eu querendo que ele ia embora, pidia e ele, uma pidição pra ele i embora, e ele: — Não [...] Chegava chutando tudo, e gritava, gritava, gritava” (Arlete, 2015). Algumas lembranças da noite da morte estão presentes na memória de Arlete:

aquele dia parece que foi uma coisa, eu nunca faltava, porque se eu arrumava uma coisa era pra funcioná, pra tê lucro, não pra num tê, então, eu num dexava, eu abria todo dia, todo dia, amanhecia e anoitecia lá, aí eu peguei e falei pra ele assim, aquele dia eu tava ruim, ruim, ruim, uma tosse, já tinha comprado uns dois xarope e nada, aí vem aquela sementinha da sucupira aquilo lá eu curei a bronquite da minha filha cum aquilo lá, eu falei hoje eu num vô trabaiaí, eu vô tomá um remédio e vô durmi, ruim, ruim, cum febre, e de tarde ele sempre sumia, aquele dia ele num sumiu[...] (ARLETE, 2015).

Arlete continua seu relato, pormenorizando os detalhes que antecederam o crime, até que despertou com as agressões do companheiro, e para se defender utilizou a “maldita marretinha” que havia utilizado para macetar a semente de sucupira. Depois, com o auxílio de uma faca de cozinha, lhe desferiu um golpe mortal, a partir desse momento Arlete afirma: “e daquilo ali parece eu lembro assim, parece que foi um sonho aquilo ali, tem coisa que eu

lembro bem, tem coisa que eu num lembro”. As lembranças que surgem na narrativa de Arlete parecem, segundo ela, irreais, surgem como imagens oníricas. Sobre o esquiteamento e a ocultação do cadáver ela opta por não falar. Ela utiliza o caráter seletivo de sua memória, escolhendo revelar apenas aquilo que deseja. São as suas lembranças. Não nos cabe questionar se houve esquecimento ou não.

Ao tratar sobre o esquecimento na obra *Memória e Identidade*, o antropólogo francês Joël Candau (2014) afirma:

O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios (CANDAU, 2014, p. 127).

É provável que o esquecimento em meio à história de Arlete surja como uma “censura indispensável” para que possa conviver consigo mesma e com as lembranças que resistiram ao trauma vivido por ela. Esquecer, nesse sentido, é tão vital quanto lembrar.

Ricoeur (2007), ao tratar sobre a memória impedida, memória manipulada e esquecimento de reserva, na perspectiva dos usos e abusos da memória, considera que o esquecimento de reserva, diferente do apagamento dos rastros, possui uma reversibilidade, ou seja, o que foi esquecido poderá ser um dia, novamente acessado. Tal esquecimento não apaga totalmente os rastros, apenas permite que as lembranças traumáticas não atrapalhem a vida do indivíduo, retornando todo momento.

Durante o processo de esquecimento e rememoração do passado, permanece apenas aquilo que é importante para cada indivíduo. Em nossa pesquisa, percebemos que os relatos sobre a presença materna, em diversas situações da vida das entrevistadas é frequente. A presença da mãe, ora como mediadora de conflitos ou como refúgio nas dificuldades ora como pessoa omissa diante das situações, é um ponto relevante em diversas narrativas.

Para Tereza, a opção da mãe perante a tentativa de abuso foi o motivador para a sua revolta. Ao afirmar: “minha mãe, por tê filhos, preferiu ficá com o marido”, procura desculpar a mãe, por não ter tomado a sua defesa, ou seja, foi para garantir o sustento dos filhos que ela optou pelo marido. No entanto, Tereza também é filha, e é uma filha que foi agredida e precisava do apoio materno. Ainda que encontre uma justificativa para tal atitude, Tereza se revolta diante do desdém materno para com a sua dor. Ao ser questionada se mudaria alguma coisa no seu passado, ela respondeu:

Se eu pudesse mudá, acho que quase tudo, **quase tudo eu mudava**. Eu ia cobrá o passado da minha mãe, se eu pudesse voltá lá atrás, eu ia cobrá dela pa ela **sê mais mãe**, porque a parte dela foi só por no mundo né? Intão eu ia falá pa ela **sê mais mãe**, tomá as responsabilidades de inducá, dá conselho, pra ela melhorá isso daí, pra que hoje se fosse uma coisa diferente. Porque se ela tivesse feito isso lá atrás, talvez a nossa história de vida teria sido outra (TEREZA, 2014, grifo nosso).

O desejo de Tereza é de que sua mãe fosse “mais mãe”, assumisse a responsabilidade pelos filhos. Nesse sentido, supomos que para ela a imagem de “ser mãe” é a imagem que a sociedade patriarcal impõe. Em sua voz, ouvimos as vozes que ditam que a mulher é a principal responsável pela criação, educação e o futuro dos filhos, tirando do papel paterno tais responsabilidades. Ela reflete também que a vida poderia ter sido diferente se a mãe tivesse tomado atitudes diferentes, e sobre a mãe recai toda a responsabilidade pela sua infelicidade. E diante dos maus tratos do padrasto, revela que a mãe permanecia omissa:

ele não batia de tapa, era um[...] ele puxava meu cabelo, me jogava no chão, dava chute, murro, é[...] esses tipo de situação que eu passei, que é uma coisa assim[...] tem hora que **doi só de lembrá**, que eu num tive a mãe que chegasse assim e falasse: — Não, você tá errado em fazê isso com a minha filha [...] Ela concordava. Falava que ele tava me inducandu, mais eu acho que na situação ali que eu vivia ele já não tava mais me inducandu, a revolta tava ficando pior (*Ibidem*, grifo nosso).

Além da mãe não protegê-la das agressões feitas pelo padrasto, elas eram feitas sob seu consentimento e ainda eram justificadas. O entendimento materno era de que as punições físicas tinham o propósito de educar. Já para Tereza, só restavam revolta e, hoje, a dor ao recordar os espancamentos. É a dor pela negligência, pela omissão daquela que deveria lhe dar amor e acolhimento. Revisitar o passado leva Tereza a refletir sobre o perdão: “hoje eu perdoei, até uns ano atrás eu não perdoei, eu não tinha perdoado, mais **num dianta cê tê tanta mágoa no coração** (grifo nosso)”. Para Paul Ricoeur, o perdão tem um poder curativo, pois depois dele é possível esquecer, nesse sentido “o perdão dirige-se não aos acontecimentos cujas marcas devem ser protegidas, mas à dívida cuja carga paralisa a memória e, por extensão, a capacidade de se projetar de forma criadora no porvir” (RICOEUR, 1995, p. 7). Perdoar é permitir-se seguirem frente. Tão importante quanto o ato de perdoar, é o de pedir o perdão, pois quem se dispõe a pedi-lo, deve estar preparado também para ser rejeitado, para conhecer e conviver com o imperdoável. Perdoar é saldar uma dívida, para haver a reconciliação e a lembrança sem a dor.

Mais adiante em sua narrativa, Tereza nos surpreende e revela outra imagem da mãe, que está presente em um momento de necessidades: “minha mãe foi pra longe, aí devido ao meu sofrimento de vida cum marido, minha mãe voltô pra perto e, ela voltô pra perto de mim

de novo” (Tereza, 2014). Podemos notar que o relacionamento de Tereza com a mãe se mostra conturbado, ainda que ela demonstre reprovação pelos posicionamentos da mãe, também revela uma face materna preocupada e solidária que estava próxima de si quando ela sofreu com o marido.

Na vida de Flora, a presença materna foi essencial. Desde a morte de seu pai, a mãe, grávida de oito meses, criou os quatro filhos trabalhando muito, sem deixar que nada faltasse, e embora Flora tenha fugido de casa para casar-se, é para a casa materna que ela retorna, em busca de refúgio quando o seu casamento torna-se inviável. E também depois de estar presa, a sua mãe está sempre próxima, visitando-a, sempre que possível. Mesmo que dois dos quatro filhos estejam presos, a imagem materna, para Flora, é a de uma mãe exemplar.

Para Vanda, as poucas lembranças que tem da mãe são da infância numa fazenda, onde a mãe trabalhava e convivia com o padrasto. Os maus-tratos à mãe eram frequentes, até que ela faleceu vítima de hemorragia devido a um suposto aborto. A narrativa da morte da mãe de Vanda é carregada de dor e sofrimentos, elaborada a partir de fragmentos da memória de uma criança de oito anos, que via a mãe ser espancada constantemente. Ainda após a morte, foi caluniada pela cunhada que disse ter sido a mãe que provocou o aborto, quando, na realidade, o aborto foi causada por agressões do padrasto:

Ele batia muito na minha mãe de chute na barriga dela, de soco, eu vi isso daí. Às vezes assim eu penso comigo, eu quiria encontrá e falá pra ela que ela falô isso da minha mãe porque ela tava defendendo o irmão dela, mais minha mãe, minha mãe, eu acredito que não fez isso, jamais. **Também não sei**, eu tinha apenas oito anos, mas **eu prefiro acreditá que não**, eu acredito que foi ele que matô a criança dentro dela (VANDA, 2014).

Mesmo que tenha se passado muitos anos, as lembranças dolorosas ainda estão presentes na memória de Vanda. Este fato aconteceu num passado distante, quando ela tinha “apenas oito anos”, ela pondera que, talvez até tenha acontecido diferente, ao justificar-se: “também não sei”, mas, em seu íntimo acredita que a mãe tenha sido assassinada. Seu processo de rememoração recorre aos sentimentos para narrar algo que mudou o seu destino. Notamos que a mágoa pela calúnia sofrida pela mãe não cicatrizou, pois ainda deseja fazer justiça à memória da mãe falecida revelando a verdade por detrás da morte materna, assim como, do bebê que ela gestava. Ao ser questionada sobre lembranças do pai, de quem a mãe se separou, se ele agredia a sua mãe, ela revela: “Não. Não me lembro de nenhum momento o meu pai batendo nela, não me lembro. O meu pai era uma pessoa muito calma e boa”(Vanda,

2014). O carinho que ficou nas lembranças de Vanda, em relação ao pai, se contrapõe à mágoa do padrasto, preservada na memória.

A mãe de Arlete faleceu aos 98 anos, sob os seus cuidados. A imagem materna que Arlete traz consigo é de uma mãe severa, rígida na educação e nos costumes, mas que a defendia dos maus tratos paternos:

Ela me defendia, ela sempre me defendia, meu pai que era muito bravo, era muito bravo, quarqué coisinha, já vivia cum reião pindurado assim, se corria dele, era laçado pela perna. Minha mãe me defendia, vixe! [...] É, sempre a minha mãe me ajuda (ARLETE, 2015).

Podemos verificar, no relato de Arlete, que a sua mãe também foi uma vítima da violência física e psicológica do patriarca da família: “Tardão da noite quando ele loqueava, nos surrava ele, minha mãe levantava, brigava com ele, aí ele brigava com a minha mãe, e assim era” (*Ibidem*). A agressão era justificava porque o pai era tomado por uma “loucura”. Também era a mãe quem lhe contava histórias sobre o passado da família, e quem lhe deu auxílio com os filhos. A imagem que Arlete constrói de sua mãe e que está presente em suas lembranças condiz com o que é socialmente esperado para o papel materno: presente, prestativa, severa, defensora, e Arlete a retribui como uma filha dedicada, que está próxima até os últimos momentos de vida de seus pais.

Ouvindo as narrativas memorialísticas e conhecendo os caminhos que cada uma trilhou até chegar ao cárcere, refletimos sobre o perfil da população das prisões femininas e que são semelhantes ao perfil das entrevistadas: mulheres jovens, com baixa escolaridade, sem trabalho fixo, com dificuldades em sustentar a família e sem a ajuda de terceiros. Para aquelas que optaram pelo tráfico de drogas, o crime foi uma escolha com um final já conhecido: a prisão, e a continuação das violências das quais foram vítimas e muitas vezes, as autoras. Para aquelas que cometeram homicídio, resta o arrependimento como companheiro, durante o longo tempo no cárcere.

3.3 “Será que eu nunca vô se feliz nessa vida?”: Sonhos para depois da pena

As memórias dolorosas revisitadas no cárcere, assim como o esquecimento causado pelas amarguras, têm no perdão um meio de superação. Para Ricoeur “O perdão é uma espécie de cura da memória, a finalização do seu luto. Libertada do peso da dívida, a memória fica capaz de grandes projectos. O perdão dá um futuro à memória” (RICOEUR, 2005, p. 207). É por meio do perdão que a memória permanece sem causar dor, o que não quer dizer

que as memórias traumáticas tenham sido esquecidas. Perdoar supõe que o indivíduo esteja disposto a trabalhar o sentimento de luto, como também a generosidade e a reconciliação com o seu passado. Uma vez perdoada, a memória livra-se do peso da dívida e encontra a liberdade.

Nesse sentido, não se pode acreditar que o passado está “morto e enterrado” e que ele nunca será mudado, pois os fatos do passado estão sujeitos à novas interpretações e novos olhares, diferentes formas de lembrar como também, novas formas de compreender o que ficou no passado, abrindo portas para a reconciliação e para o perdão. Pensar um futuro só será possível se o passado estiver em paz e reconciliado. Consentir o perdão às memórias do passado é reconciliar-se com o presente e projetar um futuro sem amarras. Para quem se encontra na prisão, pensar o futuro é um desafio, um enigma que só será decifrado quando enfim, a liberdade chegar.

Em meio ao seu relato, a interna Sandra se questiona em tom de desabafo: “Será que eu nunca vô se feliz nessa vida?”. São tantas as dificuldades encontradas no caminho, que o sonho de alcançar a felicidade parece uma utopia distante. O futuro se revela incerto, entretanto, elas acalentam sonhos e partilharam as aspirações para o futuro em liberdade. Todas esperam alcançar seus objetivos depois de cumprirem suas sentenças e saldarem a dívida com justiça. Todavia, há um fantasma que ronda o desejo de liberdade, que é o da reincidência criminal⁴⁰. Em suas falas, relatam a pretensão de não cometerem mais ilícitos para estarem próximas de seus entes queridos, reconstruírem suas histórias e certamente nunca mais retornarem à prisão.

A pesquisa sobre a reincidência criminal, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a pedido do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, neste ano, revelou que a reincidência penitenciária no Brasil é em torno de 70% por cento, sendo que este número é bem menor entre as mulheres. Contudo, o fenômeno da reincidência é algo que preocupa as entrevistadas. Luísa afirma que, mudar é o que ela mais deseja, porém, admite que a reincidência, a recaída no uso de drogas é uma ameaça para seus sonhos:

⁴⁰ No Relatório de Pesquisa elaborado pelo Ipea (2015), encontramos quatro tipos de conceitos para o termo reincidência, que seriam: “i) reincidência genérica, que ocorre quando há mais de um ato criminal, independentemente de condenação, ou mesmo autuação, em ambos os casos; ii) reincidência legal, que, segundo a nossa legislação, é a condenação judicial por novo crime até cinco anos após a extinção da pena anterior; iii) reincidência penitenciária, quando um egresso retorna ao sistema penitenciário após uma pena ou por medida de segurança; e iv) reincidência criminal, quando há mais de uma condenação, independentemente do prazo legal”. Disponível:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf acesso em 26/10/2015.

agora que eu penso, que eu consigo vê o meu erro, eu sô penso em mudá, e eu espero que essa minha vontade de mudá não seja só aqui dentro, mais sim lá fora, que é uma coisa monstruosa, é horrível de vê, é horrível de se falá, horrível até de se lembra (LUISA, 2014).

Regressar ao convívio com os familiares é, para a maioria das apenadas, um grande desejo, e não apenas regressar, mas empenhar-se para viver de forma diferente. Para as entrevistadas Rosa, Vanda, Flora e Sandra, esta não é a primeira vez que passam pelas amarguras da prisão. Foram vencidas pelas adversidades da vida em liberdade, e novamente cometeram ilícitos, ocasionando o retorno à prisão. Embora não tenham mencionado claramente o tempo em que estiveram presas anteriormente, preferiram não recordar esse período.

Os sonhos que Flora cultiva, e que seleciona para partilhar conosco, relacionam-se a uma conduta correta, longe dos crimes, e ao retorno ao convívio com seus familiares:

Meu sonho pro futuro, eu assim, sai desse lugar, nunca mais mesmo mechê cum essas coisa errada, e, tê meus filho, meus neto, que ta aumentando, cada dia aumentando né? E vai aumentá mais ainda, tê eles tudo assim oh, tudo perto de mim, num quero que nenhum fica longe de mim, tê eles sempre do meu lado, tudo na minha casa, que nem eu falo assim, **tê uma varanda bem enorme**, umas duas mesa grande pra eles fica comigo tudo na hora do almoço comigo, e, eu consegui um serviço muito bom, pra eu ajuda, bem, pra ajuda meus filho lá fora (FLORA, 2014, grifo nosso).

Cultivar o desejo de “nunca mais mexer com coisa errada” demonstra a consciência de que a prática das atividades ilícitas, como o tráfico de entorpecentes, vai afastá-la do convívio dos familiares, ao mesmo tempo em que considera que a sua presença será útil para seus filhos e netos. Para alcançar seu sonho, ela compartilha “E, meu sonho é esse, eu sei que vô consegui, eu tenho muita fé e não tenho preguiça. Por isso que eu tô estudando também” (*Ibidem*).

Retornar para o seio familiar também é o desejo de Mirtha. Ao ser questionada se ela tem sonhos para o futuro, responde: “Vários. O primeiro é sai daqui, **me reconstruí** de novo, voltá a estudá, trabalhar, quando acabá de pagá o que eu devo pra justiça né? Voltá pra minha casa, e, cuidá da minha mãe” (Mirtha, 2014 grifo nosso). Para Mirtha, a reconstrução de si é o ponto de partida para a realização dos projetos para o futuro. A sua casa, sua mãe, aparecem como referências para tal reconstrução. O lugar onde viveu dias felizes, sua terra Natal, Assunção, está presente nas suas lembranças e cooperam na projeção de dias melhores. É o

regresso ao aconchego do colo materno, que, apesar de tantos conflitos, não se apagou da memória.

Mesmo a narradora Norma, que tem os pais falecidos e não tem filhos, põe o seu desejo de futuro na construção de uma família: “saí daqui e arrumá uma pessoa certa, pra me ajudá a segui um rumo certo na vida, me apoiá nas minhas decisões, pra mim é tudo, já basta pra mim. E, aceitá a minha família, que meio esquisita ela é” (Norma, 2014). Ela demonstra a necessidade de estar ao lado de alguém que a ajude a seguir o “rumo certo” e que a apoie nas decisões. Diante dessa afirmativa, percebemos que ela expressa dependência da presença masculina para prosseguir no futuro.

Para Tereza, que teve a sua infância destruída após uma violência sexual, e a partir daí passou a viver revoltada pelo mundo, hoje, também acalenta um sonho para o futuro: recomeçar, construir de novo, e, especialmente, começar diferente, porque ela já sabe que suas ações no passado, suas escolhas, em sua maioria, só lhe trouxeram dor e sofrimento:

Quero sai, construí minha vida tudo de novo porque eu sei que lá fora vai tá acabado, é... começá hoje diferente, arrumá uma pessoa que goste de mim de verdade, nem que seja o ex-marido né? Pelos filho a gente faz tudo. Diz ele que tá me esperando lá fora, e, começá tudo de novo (TEREZA, 2014).

Os sonhos de Luísa são “construí uma família que eu também perdi. Esse é me meu sonho, construí uma família com a minha mãe e com as minha filha [...]” e mesmo que tenha sido desprezada pelo ex-companheiro, acredita que possa encontrar alguém que a ame: “e se Deus abençoá, um esposo, uma pessoa que me aceite do jeito que eu sô, com as minha filha, e, fazê uma família. Esse é meu sonho pro futuro” (Luíza, 2015).

Estar próxima da família também faz parte dos sonhos para o futuro de Arlete: “Pro futuro eu tenho é muito, pensá muito bem, eu quiria ajudá meus filhos, vivê né?, trabaiá bastante, pra depois melhorá a situação né?” o desejo de trabalhar para melhorar a situação e ajudar os filhos, além de “fazê de novo tudo isso aí, tê minha casa, ajeitá bem ajeitada, aonde eu num sei, mais meu plano é esse aí, e, trabaiá e tocá esse barco pra frente, e, peço a Deus pra que nunca mais aconteça isso comigo” (Arlete, 2015). A atitude de “tocar o barco pra frente” demonstra o desejo que Arlete possui de seguir em frente, contando com a ajuda divina para que nada de ruim lhe aconteça.

O desejo de futuro, para a narradora Sandra, inclui o desejo de estar presente com a sua família de retornar aos estudos para ajudar a quem necessita:

Sandra: E o meu sonho é sê uma mãe presente pos meu filho, fazê tudo o que eu não tive, e tudo que eu não pude fazê. Eu acho que... **não é tarde**, e, voltá a estudá, voltá a estudá é um sonho, me formá pra alguma coisa.

E: O quê que você faria hoje de faculdade?

Sandra: Se eu fosse, eu quiria fazê direito.

Sandra: Quiria defendê.

E: Defender quem?

Sandra: Quiria defendê eu mesma, primeramente, que eu tô precisando [riso] E depois defendê, ah eu vejo..., as minha colega, alguém que pricisasse, ah eu quiria formá pra direito, pra mim sê uma advogada, mais num quiria cobrá nada de ninguém, mais pra isso eu precisaria tê muito dinheiro, que eu sei que... cada folha que eu ia batê ia me custá, mais eu cum essa vontade, Deus sabendo que era verdade, Deus conhecendo meu interior que ele sabe, acho que ia abri as porta (SANDRA, 2015, grifo nosso).

O desejo de se formar advogada para defender as pessoas que não podem pagar por um defensor revela o sonho de Sandra em ajudar, sem esperar retribuições. Contar com a ajuda de Deus, para alcançar esse objetivo, supõe que, para Sandra, a intervenção divina é o suficiente para realizar seus intentos, como em um conto de fadas.

Para Vanda, a crença em Deus e o nascimento do neto contribuem para reforçar o desejo de não se envolver mais com tráfico de drogas. Ela, porém, não delega apenas a Deus a sua conquista, mas principalmente a si mesma:

com fé em Deus, e, vergonha na cara, eu nunca mais quero vendê droga, pra nunca mais tê que vim pra esse lugar, isso eu prometo não pra Deus, eu **prometo pra mim mesmo** [choro], porque quando o meu neto nasceu, eu sempre pensei assim, com ele não vai sê que nem foi com os meus filhos, uma vida sofrida, com ele eu vô fazê diferente, [...], isso daí pra mim, é o limite, com fé em Deus eu não volto pra cá não (VANDA, 2014, grifo nosso).

Para Vanuza, manter relações saudáveis com sua família já seria um sonho realizado: “Ah, eu queria que a minha família fosse normal, igual as otras, que num dia de natal, ou qualquer dia, assim, pudesse toda a família sentá e conversá, perguntá como foi o dia do outro, ou simplesmente, conversar por conversar [...]” (Vanuza, 2014).

Também para Rosa, seu desejo para o futuro é o de estar junto à sua família:

Pro futuro, eu quero assim, dona M, eu quero tê uma casinha, se Deus me abençoa, minha mesmo, e ponhá meus filho dentro cum meus neto, tá dos lado, e assim, o que eu num tive cum eles na infância, eu quero mais pra frente, entendeu? (...) Eu pretendo..., dona M, será que eu consigo? Se, se, se eu tipo assim, eu tenho que achá um meio como é que eu vô começá, né? (...) veterinária, meu sonho, meu sonho é veterinária, o otro sonho era sê veterinária que eu tinha na vida. E, ficá perto dos meu fio, assim o tempo que eu fiquei presa, o tempo que eu tive perdida, os erro que eu fiz, que Deus me perdoe, né? E, ficá lá cuns meu filho, meus neto, que eu tenho uma neta, até agora eu num conheço, já tá cum cinco ano, num conheci minha neta ainda, intão eu falo pra ela, “vó quero te conhecê, vó vem me vê, vó...”. Intão, aquilo sabe? Acho aquilo é o que me dá força, pra tirá... aqui dentro [...] (ROSA, 2015).

Rosa sonha com um futuro profissional para si, deseja formar-se em medicina veterinária, além de estar perto dos filhos e da neta que ela ainda não conhece. Importante é notar que Rosa não lamenta seus erros e o tempo que esteve presa, que “Deus a perdoe” por tudo isso, e mantém o seu olhar para o futuro, pois é isso que lhe dá forças para suportar e vencer as dificuldades da prisão.

O estudo realizado pelas pesquisadoras Bárbara Musumeci e Iara Ilgenfritz (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 122) com mulheres em situação de prisão entre os anos 1999 e 2000, no estado do Rio de Janeiro, teve resultado semelhante, quando a questão era sobre as pretensões e os sonhos para depois do cumprimento da pena: trabalhar, viver/cuidar dos filhos, dos netos e dos pais, estudar e reconstruir a vida estiveram entre as principais respostas escolhidas e pelas mulheres entrevistadas.

Podemos verificar, por meio das respostas, que, embora tenham passado por diversos sofrimentos, não deixam de sonhar em fazer algo: seja estudar ou trabalhar para alcançar seus objetivos. Encontrar pessoas para conviver, formar um núcleo familiar é o desejo de todas, de modo que, a felicidade parece estar vinculada à convivência com familiares e a um companheiro. A prisão, que lhes tira a liberdade temporariamente, não lhes tira o desejo de recomeçar, e a almejar à felicidade.

O relatório de pesquisa Ipea, em suas conclusões, afirma que “O estigma de preso e/ou ex-presidiário foi apontado como um dos problemas centrais que inviabilizam o processo de reintegração social e dificultam a efetivação dos direitos e assistências, tais como o trabalho e a saúde” (Ipea, 2015, p. 115). Dessa forma, para haver uma real efetivação destas mulheres à sociedade, para que elas consigam realizar seus projetos, é necessário também lutar contra o estigma de ser uma ex-presidiária. E considerando que muitas delas, antes da prisão, eram usuárias de entorpecentes, o relatório sugere que:

Seria necessário pensar em uma política de drogas no sistema prisional que englobasse um conjunto de ações visando à assistência à saúde (processo de desintoxicação); à assistência psicológica (dependência psicológica da droga); à assistência psiquiátrica (medicamento controlado); à assistência social (medidas recreativas e atividades lúdicas); e ao amparo da família como alicerce emocional (*Ibidem*, p. 119).

Para atingir os objetivos e realizar os sonhos não é necessário apenas sair da prisão, a sociedade que recebe a interna egressa também deve estar preparada para essa acolhida. Nesse sentido: “Faz-se necessário estimular e conscientizar a sociedade acerca da importância de se

acolher no convívio social os indivíduos que um dia estiveram presos, para que não voltem a cometer crimes” (Ipea, 2015, p.117).

Um estudo feito pela pesquisadora Susane Amaral Vieira, intitulado *Mulheres Triplamente Penalizadas - Perspectivas de Inclusão Social para Egressas do Presídio Feminino de Florianópolis*, com mulheres egressas do sistema prisional de Florianópolis, revela que a vida após a prisão é cheia de desafios e exige destas mulheres muita coragem para superá-los, pois

Migram da situação de encarceradas para a de egressas sem receber uma oportunidade ou orientação de como recomeçar a vida. Por esse motivo, ainda que desejado pelas detentas, os benefícios atemorizam, por representarem o início de uma re-organização nas suas vidas. Nesse momento, entra o papel da sociedade, dos profissionais que trabalham nas áreas humanas e sociais, dos gestores das políticas públicas, para dar condições a essas mulheres de conseguirem restabelecer os vínculos e se integrarem socialmente de forma positiva. Caso contrário, a situação delas se assemelha ao período da abolição da escravatura, em 1888, que estabeleceu o fim da escravidão no Brasil, mas não deu condições para que a população negra pudesse se incluir na sociedade (VIEIRA, 2008, p.81-82).

A realidade que está fora dos muros, a espera das futuras egressas não será mais fácil do que aquela deixada no passado. Quando saírem, precisam encontrar uma sociedade que lhes dê novas oportunidades, sem novas punições para um crime que já foi pago. Nesse sentido, para Vieira (2008), quando as egressas são discriminadas pela sociedade, elas são triplamente penalizadas. Primeiro, quando elas são presas, depois, quando se tornam invisíveis no sistema prisional, e finalmente quando são discriminadas por uma sociedade que fecha as portas, e dessa forma, retornam às margens. É importante ressaltar que, somado a estas penalizações, também está o simples fato de serem mulheres. As questões de gênero, classe, etnia, preconceitos, estigmas, falta de trabalho, múltiplas exclusões, que já haviam antes da prisão, são agora agravadas. Finalizando o estudo Vieira (2008), comenta que as perspectivas de futuro das egressas, assim como das entrevistadas de nossa pesquisa, estão ligadas “a obtenção de um trabalho para garantir renda e o cuidado dos filhos” (*Ibidem*, p. 82), também há o desejo de retornar aos estudos, porém, esse sonho tem que ser deixado para depois, pois o sustento de sua prole está em primeiro lugar.

É urgente que as políticas públicas transversais sejam colocadas em prática para que a desigualdade e a discriminação às mulheres egressas do sistema prisional sejam minoradas e possibilite a quebra dos ciclos produtores da exclusão social, que as mantém na marginalidade, longe dos direitos básicos para uma sobrevivência digna.

Todas as narradoras de si, que contribuíram com a partilha de suas memórias neste trabalho, sabem que há muitas indefinições pela frente, e há uma única certeza: precisam ser mais fortes fora dos muros do que foram do lado de dentro. Lá fora, muitos “juízes” as aguardam. E o questionamento de Sandra: “Será que eu nunca vô se feliz nessa vida?”, só poderá ser respondido com o tempo, aquele que desfigura, mas preserva as nossas memórias.

_____ Considerações Finais

“Num diana câ tê tanta mágoa no coração”

*Sou água que corre entre pedras.
Liberdade caça jeito.*

Manoel de Barros
(1916-2014)

As narradoras se encontram privadas de liberdade, no entanto, por meio do relato de suas experiências de vida, suas vozes ultrapassam as muralhas da prisão. Como nos inspira Manoel de Barros, “a liberdade caça jeito”. Nascemos para a liberdade, e por mais que as algemas, os muros ou os padrões sociais nos aprisionem, haverá sempre um meio de driblar as dores que estão no caminho. Como água que escorre por entre as pedras, as memórias vão fluindo em forma de vozes e palavras formando narrativas, ora tristes, ora alegres.

A oralidade foi o principal instrumento usado para que estas narrativas se tornassem possíveis. Assim como as avós e mães das entrevistadas, no passado, utilizaram da força da palavra para transmitir os saberes, histórias e memórias à sua descendência, com a mesma força, as mulheres ouvidas nesta pesquisa também puderam perpetuar as suas recordações. A lembrança das fugas durante a guerra, os remédios medicinais, a culinária típica, os mitos e lendas, as histórias de cada família, todas essas recordações ficaram conservadas porque um dia foram narradas, ouvidas e guardadas na memória. A oralidade possibilita que experiências importantes, para a família ou grupo social, sejam preservadas. Só permanece o que é relevante e significativo. É importante ressaltar também o caráter da união que está presente no conceito de oralidade, pois essa transmissão de conhecimentos só é possível se os atores estiverem próximos. Só é possível ouvir se houver tempo, disponibilidade e vontade para abrir os ouvidos, para sentar junto, para a escuta atenta, seja ela em meio aos trabalhos da lida diária ou ao final do dia. Escutar requer atenção, intimidade.

Ao final desta reflexão, conhecemos com profundidade as condições degradantes das prisões femininas, as mazelas e a privação dos direitos mais básicos, assim como diversas situações de violência que ferem a mulher dentro e fora do sistema prisional. Enxergamos, também, os caminhos que cada mulher trilhou até chegar atrás das grades. Histórias diferentes, violências parecidas. Em cada trajetória, um relato a ser contado: infância com violência, família despedaçada, um estupro no caminho, um abandono por vez, um filho assassinado, um companheiro marginal, a vontade de ter dinheiro e *status*, o desejo de encontrar a felicidade, o aconchego na família. Atrás das grades há a dura realidade do silêncio e da invisibilidade, ainda existem memórias a serem revisitadas e partilhadas.

Nesse contexto, podemos afirmar que a condição marginal da mulher encarcerada, e o espaço prisional influenciam nas memórias a serem preservadas, como também na maneira como elas são revisitadas. As narrativas orais de vida são um instrumento por meio do qual as vivências podem ser partilhadas. A narrativa, que ela protagoniza, assume importância para ser testemunhada. Nesse ato, a mulher, antes invisível e sem valor, assume a autoria de sua

história, e ao contá-la, deixa a sua marca, como o oleiro deixa no vaso, afinal, são as suas experiências.

É pela memória que se pode saber de si, uma identidade singular é concebida, da mesma forma que as memórias, embora construídas coletivamente, são únicas e individuais. A passagem pelo cárcere marca, de modo indelével, as memórias a serem revisitadas. As experiências de solidão e amargura são o novo parâmetro para olhar o passado. E dessa experiência brotam reflexões, promessas (“eu prometo não pra Deus, eu prometo pra mim mesmo”), o desejo de fazer diferente, e, o desafio do perdão, pois, “num adianta cê te tanta mágoa no coração”, conforme destaca Tereza. Tem-se a certeza de que é preciso seguir em frente, reconstruir-se.

A memória revisitada é o constante saber que se renova. A cada chance de ser recontada, a memória atualizada é vista por outros ângulos, um olhar filtrado pelas experiências e diferentes realidades encontradas ao longo do caminho. Para Rosa, visitar suas memórias e falar de si representou um alívio, um desabafo:

Brigada, dona M, eu agradeço a sinhora que... eu consegui aliviá um pouco o que tava dentro de mim, e nem pra minha mãe eu me abri assim, sabe? Intão, eu pra mim... acho que agora vai sê um alívio, entendeu? Coisas que... nunca que tinha comentado, tipo... meu estupro, nunca. Tipo a doença da minha mãe que levô à morte, nunca comentei com ninguém. A turma me perguntava o que que ela morreu, “parada cardíaca”, né? e sempre ficou por ela, eu nunca... assim, coisas minhas, particular, nunca comentei com ninguém. Intão, acho que..., eu agradeço muito a sinhora que me deu a oportunidade de, de... me abri. Porque acho que isso aí tava me fazendo um pouco de mal, também né? assim, guardando ela só pra mim, e eu sô uma pessoa assim, ruim de chorá dona M, e a sinhora me fez chorá viu? (ROSA, 2015).

Dispor-se a viajar ao passado requer voltar o olhar para suas vivências e experiências mais intensas, reconhecer as marcas mais profundas. Nesse sentido, as entrevistadas, ao revisitarem o passado, encontraram-se com as dores da violência doméstica, tentativas de estupro, espancamentos, violência conjugal com os maridos alcoólatras, violência policial ao serem presas, violência na perda dos familiares. Violências silenciadas todos os dias nas/pelas unidades prisionais. A oralidade das vozes aprisionadas tornou essa narrativa possível. Nesse sentido, concordamos com Hannah Arendt (2010) ao afirmar que as penas, sejam elas quais forem, tornam-se suportáveis se as narrarmos ou fizermos delas uma história.

Nas memórias emergidas durante as entrevistas, nos deparamos com mulheres (mães, filhas, órfãs, esposas), algumas alegrias e diversos sofrimentos, “cidadãs” que, apesar das angústias da prisão, ainda sonham. O reencontro com a família, seja aquela que ficou para

trás, ou a que está no porvir (quero) “Uma varanda enorme, com duas mesas, almoçar todo mundo junto”, representa o desejo do recomeço.

Depois de cumprir a sua pena, e saldar a dívida com a justiça, existirá o recomeço, mas a mulher, agora ex-interna, estará sem a proteção dos muros e diante da realidade que deixou no passado. É chegada a hora de confrontar-se com o mundo real. Muitas vezes, esta realidade é ainda pior do que aquela em que estava vivendo, antes da prisão. Para ela, é como um tempo que não passou, porém, as experiências vividas no cárcere não se apagam facilmente. Ao final desta reflexão, podemos considerar a possibilidade de manutenção da condição marginal da mulher que esteve em situação de prisão, talvez até em maior grau. Pensemos, por exemplo, que, após o cumprimento da pena, ela é uma “ex-presidiária”, e o retorno ao convívio social, tão almejado durante o tempo de confinamento, e a esperada ressocialização serão temas conflituosos em seu cotidiano.

As marcas da prisão permanecerão mesmo depois do cumprimento da pena, assim como uma cicatriz indesejada, sempre a lembrando que está ali. Já não dói, mas não deixa esquecer. A sociedade também não esquece, e quando estiver à procura de trabalho e dignidade, haverá alguém para lhe lembrar de onde veio: das margens. Será preciso, dia após dia, lutar por manter-se livre, sair da marginalidade e encontrar alternativas para não retornar à prática de delitos, sempre caçando jeito de ser livre ao modo das águas de Manoel de Barros.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *O Sagrado Feminino: Da Pré-história à Idade Média*. Lisboa: Editora Colibri, 2007.

ACHUGAR, Hugo. “Culpas e memórias nas modernidades locais: divagações a respeito de “O flâneur” de Walter Benjamin”. In: *Modernidades Alternativas na América Latina*. SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo (org.). Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2009, p14-31.

_____. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil*. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil. Ano LXVII, n.53, mar.1928. p. 6293-6298.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v. I. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BETTIOL, Giuseppe. Direito Penal, parte geral, v. I. Coimbra: Coimbra editora. 1978. p. 105. In: Júlio Fabbrini Mirabete; Renato N. Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BHABA, Homi k. *O local da Cultura*. Tradução de Myriam Avila, Eliana Loureiro de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BITENCOURT, C. *Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais LTDA, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015>> Acesso em: 10 jan 2016.

BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia: História de Deuses e Heróis*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CASCUDO, Luis Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CASTRO, Tito Lívio de. *A mulher e a sociogenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Co., 1893.

CUNHA, Manuela P. da. *Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. Vinhedo (SP): Horizonte, 2008.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal: parte geral*. São Paulo: RT, 2007.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org.). “Apresentação”. In: *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: P&A, 2006.

HENRIQUES, Fernanda. *Dívida e Perdão em Paul Ricoeur um indicador e um limite da justiça*.in.: http://www.lusosofia.net/textos/20120217henriques_fernanda_divida_e_perdao_e_m_paul_ricoeur.pdf acesso em 28 mar. de 2016.

HOLLOWAY, Thomas. O Calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XXI, in Clarissa Nunes, Flávio Neto, Marcos Neto & Marcos Bretas, eds. *História das prisões no Brasil*, 2 vols, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009, vol I. pp. 253-281.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

LEJEUNE, Philippe. “Definir autobiografia”. In: MORÃO, Paula (org.). *Autobiografia. Auto-Representação*. Lisboa: Colibri, 2002.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Tradução de L. Meille. Alcan, 1896.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES, Evaristo de. *Prisões e Instituições Penitenciárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1923.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latinoamericanos*. Tradução de Eliana L. Lima; Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NAVARRO, Marcia Hoppe. “Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana”. In: *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. (org.). Marcia Hoppe Navarro. Porto Alegre: Editora UFRGS. 1995.

NOLASCO, Edgar César. *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

OLIVEIRA ALMEIDA, Rosemary de. *Mulheres que matam*. Universo Imaginário do Crime Feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra escrita*. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

OVINSK, Monica. “Mulheres e Tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, setembro-dezembro, 2015, p.761-778.

PALERMO, Zulma. “De fronteras, travesías y otras liminalidades”. In.: COUTINHO, Eduardo F.; BEHAR, Lisa B.; RODRIGUES, S.V. (org.). *Elogio da lucidez: a comparação literária em âmbito universal; textos em homenagem a Tania Franco Carvalhal*. Porto Alegre: Evangraf, 2004, p. 237-244.

PERAZZO, Priscila F. “Narrativas Oraís de História de Vida”. In: *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS, v. 16, n. 30, jan./abr. 2015. p.121-131.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Práticas da Memória Feminina*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n. 18, 2005, p.09-18.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRIORI, Claudia. Violência cometida pelas mulheres: práticas e construções discursivas. In: *Anais Eletrônicos do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História*, LHAG/UNICENTRO, 2013, p.428-440.

RICOEUR, Paul. Transcrição de comunicação na conferência “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”, Budapeste, 2003. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia. Acesso em: 10 jul. 2015.

RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em; 10 jul. 2015.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

SCHIMITD, Rita. “Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina”. In: *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Marcia Hoppe Navarro (org.). Porto Alegre: Editora UFRGS. 1995.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priori (org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. *História oral e contemporaneidade*. HISTÓRIA ORAL, v. 5, 2002. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015. p. 9-28.

VECCHI, Roberto. “Barbárie e representação: o silêncio da testemunha”. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 71-94.

VIEIRA, Susane Amaral Vieira. *Mulheres Triplamente Penalizadas - Perspectivas de Inclusão Social para Egressas do Presídio Feminino de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, UFSC - Florianópolis. 104 f.2008.

WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: a experiência do observatório dos Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2007 .

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. Santa Catarina. Estudos Feministas, n.1, 1993. p.135-142.

ZÜWICK, Ana Maria. “O corpo violado”. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (orgs.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 83-94.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Fontes Orais:

Entrevista: ARLETE. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 07/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS.

Entrevista: FLORA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 23/08/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: LUÍSA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 07/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: MIRTHA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos. e BARROS, Maria Aparecida de. 17/09/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: NORMA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos. e BARROS, Maria Aparecida de. 07/03/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: ROSA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 07/09/2015. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: SANDRA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos. e BARROS, Maria Aparecida de. 17/09/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: TEREZA. Gravada em áudio por BARROS, Maria Aparecida de. 23/08/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: VANDA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos. e BARROS, Maria Aparecida de. 17/09/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Entrevista: VANUZA. Gravada em áudio por PINHEIRO, Alexandra Santos. e BARROS, Maria Aparecida de. 07/03/2014. PFRBR – Rio Brilhante/MS

Sites consultados:

<<http://www.depen.gov.pr.br>> Acesso em: 26.out.2015.

<<http://www.infopen.mj.gov.br>> Acesso em: 26.out.2015.

ANEXOS

Bibliografia consultada

Publicações sobre mulheres encarceradas

Livros

Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Bárbara Musumeci Soares; Iara Ilgenfritz. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Este livro trata o tema das prisões femininas. As autoras reúnem as impressões de campo, num conjunto de pequenos textos que descrevem situações observadas nos presídios, no manicômio judiciário e na penitenciária Talavera Bruce. Elas tecem um histórico dos debates e dos fatos que envolveram a criação das prisões femininas no Brasil. Também analisam os dados resultantes do levantamento que realizaram junto às mulheres presas.

Mulheres que matam. Universo Imaginário do Crime Feminino. Rosemary de Oliveira Almeida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Esta obra apresenta o retrato da mulher que não é apenas vítima dos maus-tratos e da discriminação social, que a enquadra no padrão culturalmente construído da mãe, esposa e dona de casa, revela também o deslocamento da figura feminina que sofre o poder e a violência, para aquela que age e impõe poder e violência.

Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana. Rosângela Peixoto Santa Rita. Imprensa: Brasília, Ministério da Justiça, 2007. A autora trata a questão da maternidade dentro das prisões, constatando que a realidade que as internas mães vivenciam são diferentes daquelas que a lei normatiza, de forma que há a necessidade de que sejam implementadas as políticas públicas para que a dignidade de mãe e crianças sejam repetidas.

Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias. Maria Auxiliadora Cesar. Brasília: Thesaurus, 1996. A obra trata de questões referentes ao dia-dia nas prisões e os relacionamentos nesse contexto. Temas como gênero, criminalidade e exclusão social são o ponto de partida para as reflexões, onde as mulheres são aquelas que mais sofrem com as desigualdades.

A mulher encarcerada em face do poder punitivo. Olga Espinoza. São Paulo: IBCCrim, 2004. Esta obra de Espinoza traz à luz questões sobre o encarceramento feminino. As reflexões contidas no livro nasceram com a dissertação de mestrado em Direito da autora e dão visibilidade a este assunto pouco abordado. O poder punitivo do estado procura passar a imagem de que ele seja igualitário, não seletivo, não discriminador, porém em relação às prisões de mulheres, esse poder punitivo se faz presente de forma diferente. A obra alerta para a dimensão humana, pouco observada nas instituições prisionais.

Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Julita Lemgruber. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999. A obra faz a análise de um dos primeiros presídios exclusivo para mulheres, o Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Sua primeira edição foi publicado em 1983, é uma obra pioneira no gênero, e que traz importantes reflexões sobre a vida na prisão, abordando as diferentes realidades das prisões para mulheres, o direito a visitas íntimas, as desigualdades de gênero e os relacionamentos afetivos iniciados no cárcere

Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro – o período das freiras (1942 – 1955). Elça Mendonça de Lima. Rio de Janeiro: Pesquisa, 1983. A obra é um relato da época em que as prisões femininas do Rio de Janeiro foram administradas por uma congregação religiosas, bem como das características destas prisões, administração, normas e tratamento das internas.

Cela forte mulher. Antônio Carlos Prado. São Paulo, Labortexto, 2003. O jornalista faz um relato do que acontece dentro das celas de uma prisão feminina, são diversas histórias sobre amor, solidariedade, mas também violências e sofrimentos. A obra é o resultado de um trabalho de sete anos, em que o autor trabalhou como voluntário em um projeto de um jornal foi confeccionado dentro da prisão.

Cadeia: Relatos Sobre Mulheres. Debora Diniz. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Cadeia é um relato sensível, preciso e necessário, que apresenta o que foi visto e ouvido por seis meses, durante a convivência da escritora com aproximadamente setecentas mulheres, prisioneiras temidas, no Distrito Federal.

Trabalhos acadêmicos

Tese

No ventre da cadeia. Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas Neilza Alves Barreto ,Tese de Doutorado em Psicologia, PUC-Rio, 2006. A pesquisadora analisou a fala de 154 internas para investigar se elas tinham projetos para o futuro. A maternidade e a família apareceram como fios condutores na maioria das vezes, sendo que os projetos futuros passam por tais dimensões. Foi analisado que a maternidade é a maior prejudicada com o encarceramento de mulheres, havendo a necessidade de políticas publicas para sanar esta problemática.

Dissertações

Gênero, Cárcere e Família: Estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas. Maria Luiza Lorenzoni Bernardi, Dissertação de Mestrado Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas Pelotas, 2013

Mulher encarcerada: trajetória entre a rebelião e o sofrimento por atos de humilhação e violência. Hélio Roberto Braunstein, Dissertação de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

Quem são as mulheres encarceradas? Daniela Canazaro de Mello. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica – Faculdade de Psicologia, PUCRS. – Porto Alegre, 2008. Com o objetivo de conhecer o perfil da mulher encarcerada foi elaborada esta dissertação, que está composta por três estudos, sendo um teórico e dois empíricos. No artigo teórico foi realizada uma revisão sistemática com o objetivo de verificar a prevalência de sintomas depressivos e uso de substâncias psicoativas entre as mulheres encarceradas nas publicações indexadas n

Monografias

Perfil da mulher encarcerada na região catarinense da Amurel. Elizângela Antunes Bressan monografia de Especialização Lato Sensu em Gestão Penitenciária, Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Florianópolis, 2013

Mulheres Triplamente Penalizadas - Perspectivas de Inclusão Social para Egressas do Presídio Feminino de Florianópolis. Susane Amaral Vieira. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Trabalho sobre as mulheres egressas do sistema prisional, especificamente aquelas que cumpriram pena dentro do Presídio Feminino de Florianópolis e que lhes foi concedido o benefício de prisão albergue domiciliar ou livramento condicional. O trabalho foi realizado a partir da experiência vivenciada no Setor de Serviço Social da Vara de Execuções Penais do Fórum da Comarca de Florianópolis, e é resultado de pesquisa bibliográfica e entrevistas com 49 mulheres

Artigos

Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. Regina Maria Fernandes Lopes, Daniela Canazaro de Mello e Irani I. de Lima Argimon, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil publicado em © Cien. Cogn. 2010; Vol. 15 (2): 121-131. Estudo e reflexão sobre as características sociodemográficas e clínicas da mulher encarcerada, além de verificar a prevalência de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

Violência cometida pelas mulheres: práticas e construções discursivas. Claudia Priori. In: Anais Eletrônicos do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História, LHAG/UNICENTRO, 2013, p.428-440. Este artigo discute a conjugação entre o feminino e a violência, os atos de violência cometidos por homens e mulheres. Além das práticas discursivas sobre a feminilidade que são carregadas de naturalizações e estereótipos idealizados, não atribuindo às mulheres a violência, agressividade e criminalidade.

Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. Alba Zaluar. Estudos Feministas, n.1, 1993. p.135-142. Artigo sobre a participação das mulheres na criminalidade violenta, onde elas não são os personagens principais, e defendem o seu lugar no mundo empresarial do crime. A autora aponta que a presença delas no mundo do tráfico é diversificada e complexa.

Mulheres e Tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. Monica Ovinsk In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, setembro-dezembro, 2015, p.761-778. O texto propõe uma reflexão sobre o fenômeno das altas taxas do aprisionamento feminino no Brasil e sua relação ao crime de tráfico de drogas, sob a ótica da criminologia feminista e a da feminização da pobreza. Os resultados apontam para a necessidade da implementação de políticas públicas específicas, pautadas para prevenir as situações de vulnerabilidade que têm orientado essas mulheres para o ingresso no tráfico de drogas.

Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Lídio de Souza, publicado em *Psicol. teor. prat.* v.7 n.1 São Paulo jun. 2005. A pesquisa sobre as representações sociais do espaço prisional entre detentas de uma Penitenciária Estadual Feminina e revelou que as práticas e

vivências prisionais compartilhadas são fundamentais para a construção e transformação das representações sobre o universo prisional. Revelou-se o uso de estratégias que permitem suportar o estar na prisão, assim como características de gênero e crença na recuperação.

Gênero e criminalidade: Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. Salma Hussein Makki e Marcelo Loeblein dos Santos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 78, jul 2010. Análise sobre a questão das mulheres encarceradas no Brasil, buscando descrever as peculiaridades e as características da mulher que cumpre pena, principalmente enfocando a temática da criminalidade no Brasil e qual a participação da mulher nesses índices.

Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina. Manuela P. da Cunha In: *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários*, Lisboa, 1994. Artigo sobre questões enfrentadas, no cotidiano, por mulheres encarceradas em Portugal.

Mulheres Encarceradas Na Penitenciária Feminina Do Paraná: O Agir Da Teologia, Bioética E Pastoral Carcerária. Cecília Francisca dos Santos e Waldir Souza. Caderno Teológico da PUCPR, v.2, n.2, 2014. O texto é produto das visitas na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), localizada no município de Piraquara-Pr, onde está se desenvolve o Programa Ciência e Transcendência: educação, profissionalização e inserção social, que atua em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU).

Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos . Leni Beatriz Correia Colares; Luiz Antônio Bogo Chies. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010. Artigo sobre o aumento do encarceramento feminino que tem levado as autoridades a confinarem mulheres dentro de unidades masculinas. O estudo faz uma reflexão sobre dos problemas carcerários, mostrando que o acesso aos espaços, a distribuição do trabalho, uso de castigos e a definição das regras disciplinares são referenciados por uma orientação masculina.

Questionário aplicado durante a entrevista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS FACALE/UGD



PROJETO DE PESQUISA:

“POR DETRÁS DAS GRADES: HISTÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO”

Entrevistas Orais

- Como você gosta de se apresentar para as pessoas? Fale sobre você.
- Quando você pensa em sua infância, quais as imagens que lhe veem à cabeça?
- Dentre as imagens, há a lembrança de adultos que lhe contavam histórias?
- Como era o seu relacionamento com seus irmãos?
- Quais lembranças você tem do seu tempo de escola?
- Quais eram as brincadeiras preferidas? Onde elas aconteciam?
- Há algum acontecimento que marcou a sua infância?
- Como foi sua adolescência e juventude?
- Gostaria de falar sobre os primeiros amores?
- Como foi a escolha do seu companheiro?
- Quais as lembranças da infância dos seus filhos?
- Há pessoas que você lembra com saudades?
- O que ajuda lhe ajuda a não esquecer as vivências seu passado?
- Qual história trouxe você até aqui?
- Você faz uso dos livros da biblioteca? O que mais lhe agrada ler?
- Se pudesse mudar algo no seu passado, mudaria alguma coisa?
- Há algum sonho que você deixou para trás? e quais seus sonhos para o futuro?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Comitê de Ética em Pesquisa da UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
(1ª via do informante – 2ª via pesquisadora)

A senhora está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “Por detrás das grades: memórias de Mulheres em situação de prisão” sob a responsabilidade da pesquisadora *Maria Aparecida de Barros*, aluna do Programa de Mestrado em Letras (PPGL/UFGD) e orientada pela *Profa Dra. Alexandra Santos Pinheiro*, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados.

O objetivo da pesquisa é compreender como as memórias são recuperadas e acolhidas pelas mulheres em situação de prisão e a importância delas em sua trajetória de vida. Com os resultados, espera-se contribuir para uma reflexão sobre o modo como a mulher, privada de liberdade, fala de si, rememora o seu passado e como essa prática influencia em sua vida atual.

Durante o estudo será realizada uma entrevista com questões estruturadas para a senhora responder oralmente. A resposta a ao (s) instrumento(s) e a participação na pesquisa caso lhe causem algum constrangimento poderá deixar de ser respondida. Sua participação pode ser interrompida a qualquer momento. Os dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica. Vale ressaltar, por último, que o estudo não oferece nenhum tipo de risco a sua saúde física e psicológica.

A Senhora pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa/UFGD para quaisquer esclarecimentos em relação à pesquisa pelo e-mail: cep@ufgd.edu.br ou telefone: (67) 3410.2328, ou então pode entrar em contato com a responsável pelo estudo, *Maria Aparecida de Barros*, pelo e-mail mariabarros@terra.com.br;

Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em seu poder e outra com a pesquisadora responsável.

Eu, RG:.....

Endereço:, interna do Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como informante do projeto de pesquisa.

Rio Brilhante,de.....de.....

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Imagens da PFRBR

Imagem da parte frontal da penitenciária



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Internas em aula de informática



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Visão do pavilhão onde ficam as celas



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Atendimento odontológico



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Atividades Culturais



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Internas trabalhando na horta



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.